Entretenimento
Skydance, de David Ellison (foto), fecha acordo de US$ 8 bi para assumir a Paramount B6

Aviação comercial
Boeing deve se declarar culpada por fraude em acordo sobre desastres com o 737 Max B5

Agronegócios
Sicoob vai oferecer R$ 53,4 bi em crédito rural na safra 24/25, alta de 10% sobre o ciclo anterior, diz Almada B8

Terça-feira, 9 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6039 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Ação no STF pode elevar rombo na previdência de servidor

Contas públicas Ministros avaliam constitucionalidade da contribuição progressiva; placar é de 5 a 5

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

A União acompanha com preocupação o julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), que pode declarar a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas para a contribuição previdenciária de servidores públicos, instituída pela reforma de 2019. O placar está em 5 a 5, e o voto decisivo será do ministro Gilmar Mendes, que pediu vista em 19 de junho. Ele tem até 90 dias para devolver o processo para pauta.

Antes da reforma, servidores federais contribuíam com percentual fixo de 11%. Com a mudança, as alíquotas passaram a variar conforme a faixa salarial, começando em 7,5% para um salário mínimo e chegando a 22% acima de R$ 52 mil.

A União não tem dados sobre o efeito de uma derrota para as contas públicas. Ao todo, ações envolvendo a reforma da Previdência têm impacto estimado de R$ 497,9 bilhões. Cálculos preliminares de Paulo Tafner, do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, indicam que a derrubada da progressividade teria custo de R$ 300 bilhões em dez anos para a União.

O mecanismo segue a lógica do Imposto de Renda e busca um sistema mais justo, ao cobrar mais de quem recebe mais. Além disso, eleva a arrecadação, amenizando a trajetória de crescimento do déficit do regime próprio. Em 12 meses até maio, o rombo chegou a R$ 55 bilhões.

"Temos a perspectiva de que, principalmente na parte das alíquotas progressivas, a gente consiga demonstrar que elas são necessárias", diz Flavio Roman, adjunto do Advogado-Geral da União. Leonardo Rolim, consultor da Câmara, avalia que a progressividade promove justiça contributiva, ao fazer com que servidores com salários mais altos paguem alíquota maior.

Associações que representam setores do serviço público alegam que o STF já derrubou, em outras situações, a progressividade, por não haver previsão constitucional. A AGU afirma que o item consta da emenda constitucional de 2019. Diego Cherulli, do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário, diz que a alíquota é alta e que, se derrubada a progressividade, voltaria a ser de 11%. O Ministério da Previdência Social não se manifestou. **Página E1**

Reforma deve incluir ITCMD em fundos PGBL e VGBL

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

O deputado Mauro Benevides (PDT-CE), relator-geral do segundo projeto de lei de regulamentação da reforma tributária, reincluiu no texto a cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) na transferência de recursos investidos em planos de previdência privada complementar, como PGBL e VGBL. O tributo, de competência estadual, havia sido incluído na proposta original do governo, mas retirado a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devido à repercussão negativa da medida. Conforme o texto apresentado ontem pelo grupo de trabalho, as entidades de previdência privada serão responsáveis pela retenção e recolhimento do imposto. Haverá, contudo, duas exceções: planos securitários, similares a seguros de vida, não serão taxados, assim como os valores aportados em planos do tipo VGBL há mais de cinco anos. **Página A7**

Sustentabilidade

NILANI GOETTEMS/VALOR

O chef Rodrigo Oliveira, do restaurante Mocotó, passará a fabricar queijo coalho na fazenda da família, em Socorro (PE), onde já produz leite, mandioca e farinha. "Vamos reimplementar a queijaria artesanal em busca do Selo Arte, que, se acontecer, será o primeiro de Pernambuco", disse à repórter Isadora Camargo. Página B8

Bolsonaro tentou desviar R$ 6,8 milhões em joias, diz PF

Isadora Peron, Lu Aiko Otta, Mariana Assis, Gabriel Shinohara e Gabriela Pereira
De Brasília

O relatório final da Polícia Federal sobre o desvio de joias recebidas pelo Estado brasileiro durante a gestão de Jair Bolsonaro concluiu que o ex-presidente atuou para se apropriar de presentes de alto valor, cujo montante ultrapassaria R$ 6,8 milhões. Além de Bolsonaro, outras 11 pessoas ligadas ao ex-presidente foram indiciadas. Os crimes apontados são os de lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa. Em nota, a defesa de Bolsonaro disse que o ex-presidente não tinha "qualquer ingerência, direta ou indireta" sobre o destino dos presentes oferecidos a ele durante o mandato.

Ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, retirou o sigilo do caso e enviou os autos à Procuradoria-Geral da República, que decidirá se apresenta denúncia contra os investigados. **Página A6**

Destaques

Carlsberg compra a Britvic
A cervejaria dinamarquesa Carlsberg comprou a fabricante de sucos e refrigerantes Britvic, em um acordo de 3,3 bilhões de libras. Desde 2015, a companhia britânica é dona das marcas Maguary e Dafruta no Brasil. **B4**

Redução da pobreza
De 2021 a 2023, o número de brasileiros em situação de pobreza extrema caiu à metade, passando de 19,2 milhões para 9,5 milhões, graças aos programas de transferência de renda, melhora do mercado de trabalho e reajuste real do salário mínimo. **A12**

BB Asset e Iguatemi no RioSul
A BB Asset, por meio do fundo BB Premium Malls, e o grupo Iguatemi estão comprando 49,9% do Shopping RioSul. O Iguatemi terá 16,6% das ações e passará a administrar o empreendimento. Segundo fontes, o valor da transação foi de R$ 1,1 bilhão. **C6**

Indicadores

Ibovespa	8/jul/24	0,22 %	R$ 19,3 bi
Selic (meta)	8/jul/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	8/jul/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	8/jul/24		5,4714/5,4720
Dólar comercial (mercado)	8/jul/24		5,4749/5,4755
Dólar turismo (mercado)	8/jul/24		5,5044/5,6844
Euro comercial (BC)	8/jul/24		5,9272/5,9300
Euro comercial (mercado)	8/jul/24		5,9259/5,9266
Euro turismo (mercado)	8/jul/24		5,9920/6,1720

Falta de mão de obra afeta alguns setores

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Escassez de mão de obra tem sido observada em alguns setores da economia, como construção civil, serviços e comércio. Metade dos setores monitorados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, está com a demanda por trabalhadores aquecida. E 20% deles já enfrentam esse problema há pelo menos seis meses, segundo estudo do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Daycoval. A dificuldade para encontrar novos empregados pode prejudicar a produtividade da economia, além de se refletir em preços mais altos aos consumidores ou margens de lucro menores.

Na sondagem empresarial realizada pela FGV em junho, 19,3% dos entrevistados do setor de serviços mencionaram a escassez de mão de obra qualificada como um dos fatores que limitam a melhora dos negócios. "É um setor que demorou para sair dos efeitos da pandemia e que volta a ter uma atividade mais aquecida", diz Rodolpho Tobler, da FGV. **Página A4**

Minoritários apelam à B3 em disputa com Kora

Beth Koike
De São Paulo

A disputa travada entre minoritários e o controlador da rede de hospitais Kora, a gestora H.I.G., ganhou um novo capítulo com a entrada da B3 no caso. A H.I.G. quer tirar a companhia do Novo Mercado e realizar uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) com o papel a R$ 0,70 — o que desagrada aos minoritários, que pagaram dez vezes mais em 2021, na abertura de capital. A B3 acatou pedido desses acionistas, que alegam que dois dos fundadores da companhia não poderiam votar na assembleia que definiria a saída da rede hospitalar do Novo Mercado. A fatia acionária detida por eles representa metade do "free float" da Kora, sendo que seus votos são decisivos. Procurada, a H.I.G. informou que o caso está na Justiça e que não pode comentar. A Kora disse que "a saída do Novo Mercado e eventual OPA é uma prerrogativa dos acionistas controladores". O grupo de minoritários não se pronunciou. **Página B1**

Petrobras aumenta preço da gasolina

Kariny Leal e Victoria Netto
Do Rio

A Petrobras anunciou o primeiro reajuste de preços da gasolina sob o comando de sua nova presidente, Magda Chambriard. A partir de hoje, o valor do litro do combustível subirá R$ 0,20, ou 7%, para as distribuidoras. A estatal também elevou o preço do gás de cozinha (GLP), em R$ 3,10. O último aumento da gasolina havia ocorrido em agosto de 2023. A Petrobras calcula que a gasolina na bomba ficará R$ 0,15 mais cara. Para analistas, o anúncio é positivo para a empresa, mas os valores seguem defasados em relação aos preços praticados no mercado internacional. **Páginas B1 e C1**

Alumínio mais verde

ANA PAULA PAIVA/VALOR

A multinacional norueguesa Norsk Hydro está investindo R$ 1,6 bilhão para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa na produção de alumínio no Brasil. "Acreditamos que, em algum momento, o mercado vai pagar um prêmio pelo produto 'responsável'", disse à repórter Stella Fontes o vice-presidente de operações de bauxita e alumina, Carlos Neves. Página B3

Há um bom tempo o setor elétrico perdeu a razoabilidade econômica
Edvaldo Santana **A11**

Real foi um plano genial, mas não perfeito

Pedro Cafardo

O país comemorou nas últimas semanas os 30 anos do Plano Real, que livrou os brasileiros da hiperinflação. Foram justas as comemorações e corretos os inúmeros elogios ao grupo de jovens economistas que estruturaram o plano, hoje todos com cabelos brancos.

Justas e apropriadas foram também as homenagens ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na época ministro da Fazenda e braço firme de sustentação do programa perante o governo do então presidente Itamar Franco.

Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dos críticos do plano naquela época, visitou Fernando Henrique, hoje com 93 anos, num implícito reconhecimento de sua posição equivocada 30 anos atrás.

Quem viveu aqueles anos terríveis em que as remarcações eram contínuas e os salários não acompanhavam a corrida dos preços tem a obrigação de testemunhar a genialidade do modelo que promoveu a estabilização monetária no país. Aquilo ressuscitou o Brasil.

Faltou às numerosas publicações das últimas semanas, porém, talvez por excesso de gentileza num momento de comemoração, dedicar espaço um pouco maior e mais didático às críticas daquilo que não deu certo no Real. Infelizmente, o plano foi genial, mas não foi perfeito.

Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do IBGE, foi uma exceção. Em artigo no Poder 360, ele também fez rasgados elogios ao modelo de estabilização monetária. Observou, porém, que o Real "abriu uma janela de prosperidade para o país, mas faltou abrir a porta", porque "não engatou o compromisso com o crescimento". Os realizadores do plano teriam ficado presos à sua concepção neoliberal, convictos de que bastaria "prender numa jaula a hidra da inflação de preços e liberar o comércio internacional para o Brasil acumular ganhos de produtividade".

Rabello de Castro observa que se engendrou uma "doutrina de juros altos" eficaz como método de controlar a inflação, mas que teve efeitos deletérios. O economista preparou um infográfico mostrando que, desde 1995, a "inflação de juros" atingiu 4.136%, enquanto a "inflação de preços" ficou em 466%. Nos 30 anos, a Selic média anual foi de 13,8% e o IPCA, de 6,2%. Houve, portanto, um enorme custo social associado à estabilidade do real. Esses elevados e continuados ganhos financeiros desestimularam investimentos produtivos e limitaram o crescimento da economia.

Por outro lado, as despesas primárias do governo aumentaram 2.100% nesse período de 30 anos, enquanto o PIB crescia 1.600%. Ou seja, o país viveu e ainda vive numa mistura de despesas frouxas com juros altos. Para os fiscalistas, os gastos excessivos e os déficits levaram e levam à manutenção dos juros elevados. Para os progressistas, os juros elevados são responsáveis por deprimir a economia, reduzir receitas e provocar déficits. É uma discussão semelhante à do ovo e da galinha.

Outra exceção foi um artigo do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, na "Folha de S.Paulo". Petista, ele louvou a forma criativa e organizada do Real, que debelou a hiperinflação sem congelamento de preços — até então, seguidos planos haviam fracassado ao congelar preços.

Mercadante lembrou que a valorização inicial do câmbio foi essencial para a rápida redução da inflação, mas trouxe um alto custo: o início da era de elevados juros reais, que atingiram 22% ao ano de 1994 a 1999. Prorrogada, segundo o economista, essa âncora cambial provocou apreciação do real, deterioração das contas externas e grave crise cambial, econômica e social. O déficit das transações correntes subiu de 2,5% do PIB em 1995 para 4,5% em 1999; e o desemprego subiu de 4,6% em 1995 para 7,6% entre 1995 e 1999. O país teve então de pedir um socorro bilionário ao FMI e submeter-se às regras contracionistas do "Consenso de Washington". A dívida com o Fundo foi quitada no governo Lula.

Paul Davidson e a incerteza

Por falar em homenagens, passou praticamente despercebida no Brasil a morte do grande economista pós-keynesiano Paul Davidson, aos 93 anos, no dia 20 de junho.

Em obituário publicado nas redes sociais, Grec, um dos três filhos de Davidson, define com uma frase o legado do pai: "Ele dedicou sua vida a desafiar as teorias econômicas convencionais e a defender políticas que priorizassem o bem-estar humano em detrimento de modelos abstratos."

Davidson nasceu em Nova York, obteve o bacharelado no Brooklyn College e o MBA na City University of New York. Mas só no doutorado na University of Pennsylvania desenvolveu o que o filho chama de "ceticismo profundo em relação às principais doutrinas econômicas" que muitas vezes, segundo ele, falhavam em enfrentar os desafios econômicos do mundo real.

A principal obra de Davidson, que publicou 22 livros, é "Money and Real World", de 1973, na qual desafiou os pressupostos sobre o papel do dinheiro na economia.

Segundo José Luís Oreiro, um dos mais influentes economistas brasileiros pós-keynesianos, Davidson foi o maior economista pós-keynesiano de sua geração. Escreveu seu principal livro em meio à crise do pensamento keynesiano tradicional, que havia predominado nos anos 1950 e 1960 e estava sob ataque depois do avanço das ideias de Milton Friedman, da Escola de Chicago. Uma das contribuições de Davidson se refere à questão da incerteza na qual os agentes econômicos tomam suas decisões e as limitações causadas por essa incerteza.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Relações externas Menção a Pequim antecede posse do Uruguai, país que negociar com chineses à revelia dos parceiros, à frente do bloco

Lula pede 'harmonização' de BCs e acordo entre Mercosul e China

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender ontem uma maior "harmonização" nos procedimentos adotados pelos bancos centrais do Mercosul como forma de "reduzir custos" e beneficiar pequenas e médias empresas da região. Além disso, Lula afirmou que o Mercosul precisa aprofundar, ainda neste ano, o diálogo para um "acordo abrangente com a China".

"Espero que neste ano possamos aprofundar o diálogo sobre um acordo abrangente com a China. Aprimorar o Sistema de Pagamentos em Moeda Local será importante tarefa da próxima presidência pro tempore. Maior harmonização nos procedimentos adotados pelos nossos bancos centrais para esse tipo de operação reduzirá custos e beneficiará sobretudo pequenas e médias empresas do nosso continente", disse o presidente durante reunião de cúpula do Mercosul, realizada ontem em Assunção, Paraguai.

A menção aos chineses não é à toa. Nos próximos seis meses, o Mercosul será dirigido pelo presidente do Uruguai, Lacalle Pou, que há algum tempo vem reivindicando o direito de seu país negociar um acordo bilateral diretamente com Pequim, sem anuência do restante do bloco.

Outra crítica frequente de Lacalle Pou é que o Mercosul "não quer" se modernizar. Sobre isso, Lula também fez um aceno ao presidente uruguaio ao dizer que é necessário, sim, um "esforço de atualização" do bloco para apontar em direções diferentes. Como exemplo, o petista defendeu uma maior integração na região em dois setores econômicos: o automotivo e o açucareiro, que engloba a questão dos biocombustíveis.

RICARDO STUCKERT/PR

Lula, durante o encontro do Mercosul, em Assunção: "Precisamos de uma integração regional profunda"

"Nossos esforços de atualização devem apontar para outra direção. Temos uma agenda inacabada, que envolve dois importantes setores de nossas economias excluídos do livre comércio. Os avanços para a inclusão do setor automotivo ainda são insuficientes. No setor açucareiro, que engloba o desenvolvimento dos biocombustíveis, não logramos sair das discussões teóricas. Precisamos de uma integração regional profunda", disse Lula.

A reunião de cúpula em Assunção também marcou a entrada da Bolívia no bloco. Neste sentido, Lula acrescentou que a adesão do país vizinho vai colocar o Mercosul como um "ator incontornável no contexto da transição energética". Para o presidente brasileiro, isso significa que a América do Sul tem "tudo" para se tornar um "elo importante" na cadeia de semicondutores, baterias e painéis solares.

"A adesão plena da Bolívia tem enorme valor estratégico e faz do nosso bloco ator incontornável no contexto da transição energética. Somos ricos em recursos minerais e possuímos abundantes fontes de energia limpa e barata. Temos tudo para nos tornar um elo importante na cadeia de semicondutores, baterias e painéis solares. Podemos formar uma aliança de produtores de minerais críticos para que os benefícios do processamento desses recursos fiquem em nossos países", explicou o presidente.

No discurso, Lula mencionou também a crise climática que atingiu a Amazônia, o Pantanal e os Pampas, no Rio Grande do Sul. Neste sentido, o presidente fez um "chamamento" para que a região tenha mais engajamento e ambição na questão climática. "Somos o continente com a maior floresta tropical e as maiores reservas de água doce do mundo", justificou.

Lula lembrou ainda que a região sediará as COPs 16 e 30, na Colômbia e no Brasil, respectivamente. "Temos a autoridade moral para nos fazer ouvir e a responsabilidade histórica de liderar pelo exemplo", argumentou.

Por fim, o presidente mencionou o fato de o Brasil ocupar, atualmente, a presidência do G20, grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo e a União Europeia.

Por conta disso, ele pediu "apoio" dos países da região numa aliança contra a fome e a pobreza. "Espero contar com o apoio de todos vocês como membros da aliança", concluiu o presidente brasileiro.

> Encontro de Assunção marca a entrada da Bolívia como membro pleno do bloco

Para presidente, Milei fez 'bobagem' ao relegar bloco e preferir Cpac

Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou ontem a ausência do presidente da Argentina, Javier Milei, na reunião de cúpula do Mercosul, em Assunção. Ele também classificou como "desagradável", "antissocial", "antipovo" e "antidemocrático" o fato de o governante argentino ter participado da Conferência de Ação Política Conservadora (Cpac), realizado em Santa Catarina no último fim de semana, onde foi recebido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele também fez um alerta contra "falsos democratas" na região, ao discursar na abertura do evento — o que foi interpretado como uma referência a Milei, embora não o tenha citado nesse trecho.

"A ausência de um presidente não atrapalha se o país está presente", disse Lula a jornalistas em Assunção. "Como nós somos um bloco em construção, eu acho que quem perde é quem não vem. É uma bobagem imensa um presidente de um país importante como a Argentina não participar de uma reunião com o Mercosul."

Ele acrescentou que "a Argentina é um país extremamente importante para o sucesso do Mercosul". Questionado sobre a participação de Milei na cúpula conservadora, Lula disse que não tem interesse nesse "tipo de reunião".

"Sinceramente, é o tipo de reunião que não me interessa. Eu acho que no final das contas, um presidente da República perder tempo fazendo uma coisa da extrema direita é tão desagradável, é tão antissocial, tão antipovo, tão antidemocrático. Eu não sei o que as pessoas ganham participando disso", afirmou.

Horas antes, em seu discurso na cúpula do Mercosul, Lula defendeu que o bloco precisa se manter "vigilante" depois que a Bolívia sofreu uma nova tentativa de golpe de Estado. E defendeu que há uma similaridade entre a situação na Bolívia e a ofensiva golpista registrada no Brasil em 8 de janeiro de 2023. Neste sentido, Lula acusou "falsos democratas" de tentarem solapar as instituições na região como forma de resgatar experiências "ultraliberais". Apesar de não citá-lo diretamente, a mensagem foi interpretada como um recado a Milei.

Isso porque, há alguns dias, Milei afirmou acreditar que a tentativa de golpe havia sido fabricada pela gestão do presidente boliviano, Luís Arce.

Em outro recado a Milei, Lula emendou dizendo que o "livre-mercado não é uma panaceia para a humanidade" e, portanto, em sua avaliação, não faz sentido recorrer ao "nacionalismo arcaico" e "isolacionista" ou resgatar "experiências ultraliberais" que apenas agravam as desigualdades na região. Por fim, o presidente brasileiro defendeu que a "diversidade de opiniões" é bem-vinda ao Mercosul, mas desde que não venha acompanhada de "extremismos" e "intolerância".

Durante o discurso, Lula elevou o tom, mais uma vez, contra a guerra na região da Faixa de Gaza. Para o presidente, o conflito é "irracional" e, por isso, o Brasil decidiu apoiar a África do Sul, em sua ação na Corte Internacional de Justiça, como forma de pôr fim à matança indiscriminada de mulheres e crianças em Gaza.

Também falando a jornalistas, Lula disse ontem esperar que o presidente Emmanuel Macron (centro-direita), o ex-presidente François Hollande (socialista) e o líder de esquerda Jean-Luc Mélenchon "se coloque de acordo" para formar um governo na França, após a união de forças democráticas para barrar o avanço da extrema-direita no país europeu.

"Espero que meu amigo Macron, meu amigo Mélenchon, meu amigo François Hollande e que tantos outros companheiros da França se coloquem de acordo para montar um governo que possa atender aos interesses do povo francês", disse Lula.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Escassez de mão de obra afeta preços ao consumidor ou margem de lucro das empresas

Construção, comércio e serviços sentem falta de trabalhadores

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Em meio a um mercado de trabalho mais aquecido do que o previsto, setores como comércio, alguns serviços e construção civil já passam por descasamento entre oferta de trabalhadores e demanda por funcionários. A dificuldade de patrões em encontrar empregados pode prejudicar a produtividade da economia, além de se refletir em preços mais altos aos consumidores finais ou margens de lucro menores para as empresas.

Metade dos setores monitorados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, está com a demanda por trabalhadores aquecida e 20% deles já enfrentam escassez de mão de obra há pelo menos seis meses, segundo um estudo do novo Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Daycoval.

"Setores como comércio e serviços de alojamento e alimentação parecem ter absorvido o excesso de mão de obra e já sugerem falta de trabalhadores disponíveis, enquanto serviços especializados como informação, comunicação e finanças, além da indústria, ainda não parecem enfrentar escassez, mas apresentam demanda aquecida", escrevem, em relatório, o economista-chefe Rafael Cardoso, o economista Julio Cesar Barros e o analista Antonio Castro.

O estudo do Daycoval é inspirado em um trabalho do Fed San Francisco (distrital do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos), que analisou variações de valores e quantidades para um indicador de inflação — índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) — dos Estados Unidos.

Adaptando a classificação para o emprego, um quadro de escassez de oferta de trabalhadores é caracterizado quando há crescimento da ocupação abaixo da média histórica, mas com rendimentos subindo acima da média, explica Rafael Cardoso. Já o excesso de oferta de trabalhadores ocorre quando ocupação e salários têm desempenho abaixo da média.

"Se o número de ocupados cresce, mas não gera pressão nos salários, podemos concluir que, a despeito do crescimento forte da demanda, a oferta de trabalhadores também é grande. Por outro lado, se o número de ocupados não acompanha o avanço dos rendimentos, pode haver escassez de oferta de trabalhadores", diz Cardoso.

Pelo lado da demanda empresarial por funcionários, ela pode ser considerada alta quando tanto a ocupação quanto os rendimentos crescem acima da média histórica, diz Cardoso. Se ambos crescem aquém disso, é um indicador de baixa demanda.

A equipe do Daycoval também observou que a alta demanda empresarial por trabalhadores tem ganhado participação na explicação do crescimento dos rendimentos no primeiro quadrimestre do ano. "A alta demanda denota dinamismo do mercado de trabalho, mas que não se chegou ainda a uma limitação desse processo. O mercado de trabalho estaria muito forte, mas ainda existiria para onde crescer", afirma Cardoso.

A alta demanda por funcionários em um setor pode, eventualmente, se transformar em um quadro de escassez de oferta de mão de obra, observa Cardoso. O trabalho do Fed San Francisco pondera, segundo o economista, que um diagnóstico mais preciso dos cenários dependeria de as categorias analisadas permanecerem na mesma classificação por 11 meses.

"Nossa conclusão é que há uma tendência de mais segmentos da economia brasileira estarem em um quadro que indica alta demanda por trabalho ou escassez de oferta de mão de obra. Não há uma escassez generalizada ainda, mas isso pode vir a acontecer", afirma Cardoso.

A contrapartida de um cenário mais generalizado de escassez de mão de obra, diz, seria juros mais altos. Simulações do Daycoval apontam que rendimentos reais crescendo acima da produtividade se materializam, sim, na inflação, principalmente na de serviços intensivos em trabalho. "Se isso é verdade, ainda que não haja uma transmissão generalizada para a inflação, gera um comportamento mais conservador do Banco Central", afirma Cardoso.

Levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para o mercado formal mostra que, das cem principais ocupações no comércio e no turismo, 27% e 36%, respectivamente, apresentavam indícios de escassez de mão de obra em maio. Foram consideradas como profissões com indícios de escassez de mão de obra aquelas em que, apesar da ampliação de vagas, o salário de admissão avançou de forma mais intensa do que a média do setor.

No comércio, o salário médio de admissão nominal variou 6,9% ante maio de 2023, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do governo federal. Para a profissão de analista de pesquisa de mercado, no entanto, a alta foi de 26,2%. Fabio Bentes, economista sênior da CNC, destaca também o avanço dos salários para promotor de vendas especializado, embalador, alimentador de linha de produção e em profissões relacionadas a entrega e logística.

"Chama a atenção o fato de profissões mais tradicionais do comércio não estarem com indícios de escassez de mão de obra. O comércio está se transformando e tem procurado alguns profissionais mais qualificados", afirma Bentes (*leia mais abaixo*).

Apesar disso, ele diz que, se há uma escassez de mão de obra mais preocupante, ela se apresenta mais no turismo do que no comércio. No turismo, observa Bentes, os indícios de escassez de mão de obra estão presentes em profissões mais "tradicionais", relacionadas a hotelaria, transporte, alimentação e serviços em geral, por exemplo.

"A reação do turismo para retornar a níveis anteriores à pandemia demorou mais do que no comércio, mas, quando veio, foi muito forte. Os indícios de escassez no setor aparecem de forma mais frequente, disseminada e em profissões básicas, reforçando que a demanda está muito aquecida", diz.

Há indícios de escassez de mão de obra ainda nas sondagens empresariais realizadas pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Na pesquisa de junho, 19,3% dos entrevistados do setor de serviços mencionaram a escassez de mão de obra qualificada como um dos fatores que limitavam a melhora dos negócios, o maior valor para o mês desde 2015 (23,5%) e atrás apenas da competição (38,5%) e da demanda insuficiente (25,9%).

"É um setor que demorou para sair dos efeitos da pandemia e que volta a ter uma atividade mais aquecida", afirma Rodolpho Tobler, coordenador das Sondagens Empresariais da FGV.

O problema é ainda mais claro na construção. No setor, as menções a escassez de mão de obra qualificada como limitante aos negócios passaram de 25,4% na sondagem de maio para 28,7% em junho, assumindo o primeiro lugar entre os entraves citados. É também o maior valor para junho desde 2014 (31,6%).

O mercado de trabalho aquecido se desdobra não só na dificuldade de encontrar mão de obra em alguns setores, mas também no custo para conseguir contratar esses funcionários, aponta ele.

No comércio, 11,6% dos entrevistados mencionaram o custo da mão de obra como fator limitante aos negócios em junho. Ainda que o valor seja um pouco inferior às menções em maio (15,1%), é o maior para junho desde 2019 (13,6%) e a tendência dos últimos meses é de alta, segundo Tobler.

"Essa série costuma ser mais volátil. Precisamos avaliar também se não houve uma questão pontual ligada, por exemplo, à tragédia no Rio Grande do Sul. Essas empresas podem estar com problemas maiores agora e terem parado de mencionar [o custo da mão de obra]. Nas próximas sondagens, com a normalização, isso pode voltar. O custo de mão de obra tem incomodado o comércio", diz Tobler.

Isso também tem pressionado o dia a dia das empresas na construção, setor em que 19,2% dos entrevistados mencionaram o custo da mão de obra como limitante para seu crescimento em junho.

No geral, a escassez de trabalhadores qualificados e o aumento do custo da mão de obra podem impactar, à frente, tanto a produtividade da economia quanto os preços cobrados dos consumidores, observa o economista da FGV.

"Não quero dizer que terá um efeito amanhã, mas a continuidade dessas dificuldades podem ser problemas estruturais, mostrando que, apesar dos ganhos de escolaridade ao longo dos anos, poderíamos ter condições de produção mais favoráveis, mas alguns entraves atrapalham o crescimento dessas atividades", afirma.

Vagas disponíveis

Segmentos de serviços, comércio e construção já enfrentam dificuldade para encontrar mão de obra

Menções dos empresários à escassez de mão de obra qualificada como fator limitante aos negócios - em %

	Serviços	Construção
Jun/11	28	41,4
Jun/12	32,7	40,5
Jun/13	29,2	34,7
Jun/14	30	31,6
Jun/15	23,5	15,7
Jun/16	11,8	5,7
Jun/17	11,1	5,1
Jun/18	12,5	5,3
Jun/19	13,3	8,2
Jun/20	6,9	3
Jun/21	14,1	10,7
Jun/22	16,6	21,6
Jun/23	15,5	22
Jun/24	19,3	28,7

Menções dos empresários ao custo da mão de obra como fator limitante aos negócios - em %

	Construção	Comércio
Jun/11	9,4	9,2
Jun/12	13,8	13,5
Jun/13	15,9	17
Jun/14	17	17,1
Jun/15	16,6	21,8
Jun/16	14,1	22,9
Jun/17	8,6	17,2
Jun/18	7,4	21
Jun/19	10,3	13,6
Jun/20	5,8	7,7
Jun/21	12,5	8,1
Jun/22	19,2	9,7
Jun/23	14,5	12,8
Jun/24	19,2	11,6

Ocupações com indícios de escassez*
Salário médio de admissão (% em 12 meses)

No comércio	
Analista de pesquisa de mercado	26,3
Motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes	12,1
Vendedor pracista	11,3
Promotor de vendas especializado	11,2
Mecânico de manutenção de máquinas em geral	10,8
Auxiliar de pessoal	10,4
Auxiliar de contabilidade	10
Comércio (geral)	6,9

No turismo	
Mecânico de manutenção de veículos	22,7
Motorista de ônibus urbano	17,5
Agente de vendas de serviços	15,2
Zelador	15
Pizzaiolo	13,7
Assistente administrativo	12,5
Auxiliar de pessoal	12,5
Turismo (geral)	7,2

Fontes: FGV e CNC, com dados do Caged. * Profissões com indícios de escassez são aquelas em que, apesar da ampliação de vagas (variação positiva de estoque), o salário de admissão avançou de forma mais intensa que a média do setor

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

"Contrapartida para escassez de mão de obra geral seria mais juros"
Rafael Cardoso

Saída para negócios é melhorar a produtividade

De São Paulo

O ganho de produtividade, através da adoção de novas tecnologias, é imperativo para que os negócios consigam amenizar a escassez e o alto custo da mão de obra, segundo entidades representativas dos setores.

A mão de obra "é hoje, talvez, o maior desafio na operação dos nossos negócios", afirma Paulo Solmucci, presidente-executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

São vários os desafios, segundo ele. "Na pandemia, precisamos demitir muita gente, pessoas que foram para outros empregos, como motorista de aplicativo, ou viraram pequenos empreendedores. Colocar essas pessoas para dentro de novo fica mais difícil", diz.

A pandemia também acelerou os serviços de venda digital e entrega no segmento de alimentação e mudou a exigência de perfil de trabalhadores em bares e restaurantes, segundo Solmucci.

"Antes, eu tinha um salão e acompanhava tudo, ia na mesa, sabia o que o cliente estava achando. Agora, preciso de um atendimento pré e pós-venda. O cliente pesquisa preço, cardápio, procura ofertas, vê se compensa mais pedir em casa ou pegar 'para viagem'. Isso trouxe um conjunto de novos profissionais — de mídias sociais, backoffice etc. — e novos desafios para a nossa mão de obra", diz Solmucci. "Não só a gente disputa, como já fazia, mão de obra tradicional com outros setores, como agora passamos a disputar uma mão de obra bastante demandada, de profissionais de tecnologia, marketing digital."

O resultado, diz, é que o salário médio de alojamento e alimentação, por exemplo, está cerca de 50% maior do que o salário mínimo. O rendimento médio mensal real efetivamente recebido no trabalho principal no segmento no primeiro trimestre de 2024, segundo os últimos dados disponibilizados pelo IBGE, era de R$ 2.159, para um salário mínimo de R$ 1.412 em 2024. .

Pela mesma métrica, o salário em alojamento e alimentação também sobe acima do salário médio no primeiro trimestre, ante igual período de 2023: 4,4%, contra 4%. Ainda assim, Solmucci observa que o setor só paga melhor do que agricultura (R$ 1.959) e serviços domésticos (R$ 1.253).

"A mão de obra que é mais competitiva para nós tende a ser menos qualificada, o que nos impõe enorme desafio de qualificação e treinamento. Ao mesmo tempo, estamos tendo de subir os salários acima da média para atrair e reter mão de obra mais qualificada. Isso tem pressionado os custos, mas temos dificuldade de repassar os preços ao cardápio", afirma.

Não à toa, diz, pesquisa recente da Abrasel mostrou que 69% das empresas do setor estão operando sem lucro e 25% estão com prejuízo. "A saúde financeira fica muito debilitada", afirma.

O problema de escassez de mão de obra não é novo na construção civil, segundo Ricardo Michelon, vice-presidente de relações trabalhistas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). "O problema é que agora está chegando a um pico de mão de obra. No último Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados], com dados de maio, somamos 2,907 milhões de trabalhadores com carteira assinada na construção, muito próximo do pico de 2,980 milhões de 2014", afirma.

Michelon nota também que o salário médio de admissão da construção em maio (R$ 2.290,41) foi o maior entre os outros grandes segmentos e superior ao salário de admissão médio geral da economia (R$ 2.132,64). Por ora, Michelon diz que o setor sente a inflação da mão de obra, mas "ainda não é algo que a gente possa entender como alarmante".

De qualquer forma, Michelon diz que o setor precisa agregar mais tecnologia aos seus processos, de modo a tornar o ambiente de trabalho mais atrativo e capaz de reter funcionários. Solmucci também cita o uso de tecnologia e automação para que bares e restaurantes consigam promover ganhos de produtividade relevantes. "Há janela de saída, mas não vai ser fácil trilhar esse caminho." **(AF)**

Relações externas Ideia é melhorar a segurança no abastecimento e permitir troca de energia e venda de excedentes aos bolivianos

Brasil e Bolívia negociam integração na área de energia

TAUAN ALENCAR/MME

Ministro Alexandre Silveira lidera as negociações com governo boliviano

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), lidera a comitiva do governo brasileiro que viajou nesta segunda-feira (8), para Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, para acertar detalhes de ao menos três negociações diplomáticas no campo da integração energética entre os dois países. As tratativas envolvem assinatura de memorando de entendimento previsto para esta terça-feira (9).

Representantes dos governos devem formalizar iniciativas para gerar ganhos à segurança de abastecimento dos dois países, além da oportunidade de empresas brasileiras venderem energia excedente no mercado doméstico para a Bolívia e ainda garantir a substituição de fontes de energia mais caras no sistema boliviano.

O primeiro projeto está relacionado à elevação da cota (nível de água) do reservatório da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO). A estratégia foi antecipada em edição do **Valor** no mês passado. Na ocasião, havia sido colocada a possibilidade de um aumento médio da produção anual de Jirau em 330 megawatts-médios (MWmed).

A ideia, segundo uma fonte oficial que acompanha o assunto, é fazer com que a usina opere, somente por alguns períodos do ano, na cota de 90 metros. Esse novo nível não poderá ser mantido ao longo do ano para não alagar áreas na Bolívia. O ajuste na gestão da água resultará em ganho na produção de energia pela usina brasileira.

Distribuidora será beneficiada com aumento da comercialização de energia no Acre

Esse ganho energético será dividido com a Bolívia, na proporção de dois terços para o mercado brasileiro e um terço para o sistema boliviano. Para provocar efeito prático, a medida precisará passar por análise prévia da Agência Nacional de Águas (ANA) e pela aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Questões de preço e volume de energia ainda serão acertadas, mas, no primeiro momento, isso será feito em caráter experimental para medir aos poucos os efeitos sobre o território boliviano, sendo admitido eventuais recuos na decisão.

O segundo acordo envolve o atendimento de sistemas isolados de energia da Bolívia. Semelhante ao que ocorre no Brasil, as regiões que não recebem energia dos grandes troncos de transmissão precisam arcar com um custo extra de suprimento. Neste caso, o apoio será dado pela distribuidora do grupo Energisa, no Acred, na fronteira com a Bolívia.

Na proposta de integração dos sistemas pelo Estado do Acre, a distribuidora local deverá ser beneficiada com aumento na comercialização de energia e enquanto a Bolívia poderá suspender o despacho de usinas movidas a óleo diesel, com alto grau de emissão de poluentes e elevado custo de geração. Com o resultado dessa negociação, os países esperam viabilizar a transferência do volume de 50 MW.

Por fim, a terceira frente de negociação entre os países, tratada ainda em estágio preliminar, é intensificar o potencial de troca de energia através da fronteira para o montante de 400 a 500 MW. A decisão levará mais tempo para reduzir efeitos práticos, pois exigirá estudos mais aprofundados — da parte do Brasil, será feito pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) — antes de partir para a fase de contratação infraestrutura para viabilizar o plano.

Curta

IGP-DI desacelera
O IGP-DI passou de alta de 0,87% em maio para 0,50% em junho. Com isso, o economista André Braz, da FGV, reviu de 4,2% para 4,1% a projeção para o IPCA, indicador oficial de inflação, deste ano. O IGP-DI teve desaceleração generalizada em junho. Para a alimentação no domicílio, André Braz reduziu sua projeção de 6% para 5% em 2024.

Judiciário Documento indica que ex-presidente sabia da venda de joias no exterior. Dinheiro teria sido usado para temporada nos Estados Unidos

Bolsonaro desviou R$ 6,8 milhões em presentes, diz PF

Isadora Peron, Lu Aiko Otta, Mariana Assis, Gabriel Shinohara e Gabriela Pereira
De Brasília

O relatório final da Polícia Federal (PF) sobre o inquérito das joias concluiu que Jair Bolsonaro (PL) atuou para desviar presentes de alto valor recebidos durante a sua passagem pela Presidência. O documento apresenta indícios de que o ex-presidente tinha conhecimento da operação para vender os itens de luxo no exterior. De acordo com o relatório, o valor de mercado dos itens ultrapassaria os R$ 6,8 milhões.

A PF também suspeita que, além de ter sido direcionado ao patrimônio do ex-presidente, o dinheiro obtido com a venda desses objetos tenha sido usado para financiar a temporada do ex-presidente nos Estados Unidos. Ele deixou o Brasil em 30 de dezembro de 2022, após as eleições, e retornou ao país somente em março de 2023.

Além de Bolsonaro, a PF indiciou outras 11 pessoas, entre elas o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência que fechou acordo de delação. Os crimes apontados são de lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa.

Nessa segunda-feira (8), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou o sigilo do caso e enviou os autos à Procuradoria-Geral da República (PGR), que agora terá que decidir se apresenta denúncia contra os investigados. O órgão também pode seguir outros caminhos, como pedir novas diligências ou indicar o arquivamento do processo.

Inicialmente, a PF afirmou que os valores envolvidos na tentativa de desvio somavam cerca de R$ 25 milhões. A informação estava na parte final do relatório, mas tratou-se de um "erro material", que foi corrigido. Em outros trechos do documento, o valor correto é informado: US$ 1.227.725,12 ou R$ 6.826.151,66.

Segundo a PF, a investigação identificou uma associação criminosa voltada para a prática de desvio dos presentes. O relatório cita pelo menos cinco conjuntos de bens valiosos que foram negociados no exterior, como kits de joias de ouro rosé e de ouro branco, além de esculturas e relógios.

Para a PF, "os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente da República, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores".

O documento avança ao apresentar elementos que indicam que Bolsonaro sabia das operações. Em uma conversa com Mauro Cid, ele é informado sobre a data do leilão que aconteceria em Nova York para a oferta do chamado "kit ouro rosé". Em resposta, evidenciando ciência do fato, o ex-presidente respondeu: "Selva".

A PF também identificou no celular de Bolsonaro apreendido pelos agentes "cookies" e histórico de navegação da página da empresa Fortuna Auction, responsável pelo leilão.

Segundo os investigadores, o grupo utilizava duas formas para executar o desvio dos bens. O primeiro era simplesmente não registrar o momento da entrega do presente, para que ele fosse subtraído diretamente pelo ex-presidente, sem sequer passar pela avaliação do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (GADH).

A outra forma de atuação foi implementada por Marcelo Vieira da Silva, então chefe do GADH, para desviar bens que haviam sido registrados. Nesses casos, o departamento destinava os presentes recebidos ao acervo privado de Bolsonaro, desconsiderando o valor dos objetos e ampliando ilegalmente o conceito de "bens personalíssimos".

Em depoimento sobre o caso, a ex-coordenadora do GADH Marjorie de Freitas Guedes afirmou que dos cerca de 9 mil itens presenteados a Bolsonaro, apenas 55 foram classificados como acervo público. Para a PF, isso demonstra a "atuação desgarrada do interesse público" que o órgão estava adotando.

A PF também afirmou que Mauro Cid e seu pai, o general Mauro Lourena Cid, repassaram a Bolsonaro, "de forma fracionada" e "em espécie", US$ 68 mil obtidos com a venda de dois relógios, entre os quais um Rolex. Os recursos foram depositados no dia 13 de junho de 2022 em uma conta em nome de Lourena Cid.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 18/10/2023

Defesa afirma que ex-presidente como chefe do Executivo não tinha ingerência sobre análise de presentes oferecidos

Os investigadores relatam que os montantes também foram entregues a Osmar Crivelatti, assessor do ex-presidente. De acordo com o texto, o objetivo era "dificultar a detecção do retorno dos recursos ilícitos ao patrimônio do ex-presidente pelas autoridades brasileiras".

Já os recursos obtidos com a venda de outras joias, no valor de US$ 18 mil, foram trazidos em espécie para o Brasil por Mauro Cid e entregues a Bolsonaro, "reforçando o 'modus operandi' do grupo investigado para tornar seguro os proventos dos crimes antecedentes".

Para os investigadores, Bolsonaro usou parte desse dinheiro para se manter na temporada que passou nos EUA, já que cruzamentos de dados mostram que ele "possivelmente não utilizou recursos financeiros depositados em suas contas bancárias" no Banco do Brasil e no BB América nesse período.

De acordo com o relatório, as contas bancárias do ex-presidente possuíam aproximadamente o mesmo saldo em dezembro de 2022 e abril de 2023, "revelando que, possivelmente, não realizou movimentações financeiras (crédito/débito) no período em que esteve residindo nos Estados Unidos".

A PF disse ainda que, após o caso das joias ser revelado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", a suposta associação criminosa "estruturou uma operação clandestina para recuperar os bens, que estavam em estabelecimentos comerciais nos Estados Unidos, planejando, coordenando e executando os atos necessários para escamotear a localização e movimentação dos bens desviados do acervo público brasileiro e tornar seguro, mediante ocultação da localização e propriedade, os proventos obtidos com a venda de parte dos bens desviados."

Segundo os investigadores, houve uma divisão de tarefas na operação para trazer os objetos de volta e foram escalados para a missão o ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten, o advogado Frederick Wassef, além do próprio Mauro Cid. Na época, porém, interlocutores de Bolsonaro afirmavam que as joias não haviam deixado o Brasil e se encontravam guardadas na fazenda do ex-piloto Nelson Piquet, onde estavam outros itens do acervo pessoal do ex-presidente.

Em nota, a defesa de Bolsonaro afirmou que como chefe do Executivo, não tinha "qualquer ingerência, direta ou indireta" sobre a análise de presentes oferecidos a ele durante o mandato. "Os presentes ofertados a um Presidente da República obedecem a um rígido protocolo de tratamento e catalogação e sobre a qual o Chefe do Executivo não tem qualquer ingerência, direta ou indireta, sendo desenvolvido pelo 'Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (GADH)."

Já a defesa Marcelo da Silva Vieira disse que as ações dele no comando do GADH "foram realizadas no sentido de manter total zelo e cuidado com referidos documentos, nos termos da legislação em vigor, sendo incompreensível a sua inclusão nesta investigação".

Fabio Wajngarten afirmou, em nota, que foi indiciado apenas por estar cumprindo a função de advogado e que não participou da operação para recomprar as joias. "Minha orientação advocatícia foi a de que os presentes recebidos pelo ex-presidente da República fossem imediatamente retornadas à posse do Tribunal de Contas da União, em defesa de qualquer dúvida sobre questionamentos em relação ao interesse público. E conselho jurídico não é crime", disse.

Procurada, a defesa de Mauro Cid e do pai dele não se manifestou. Wassef não retornou ao contato da reportagem. Já Crivelatti não foi localizado.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	0,50	0,87	1,11	-3,30	2,88	1.117,79	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	0,34	0,31	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	0,55	0,97	0,49	-5,92	2,51	1.300,66	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	1,52	0,38	1,44	-11,34	2,39	1.811,00	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	0,19	1,19	0,14	-3,77	2,55	1.096,06	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	0,22	0,53	2,46	3,55	3,63	751,69	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	0,71	0,86	2,80	3,49	4,02	1.118,83	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Lula testa novo bordão para evangélicos

Andrea Jubé

Sem alarde, enquanto as atenções voltavam-se para suas declarações sobre o equilíbrio fiscal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a testar, há poucos dias, uma nova estratégia para tentar melhorar a interlocução com a população evangélica. Esse público representa cerca de um terço dos brasileiros e aderiu em massa ao bolsonarismo.

"Se tem uma coisa que eu aprendi com a [minha mãe] dona Lindu foi responsabilidade fiscal, cuidar do meu pagamento, cuidar do meu salário, cuidar da minha família", discursou Lula na sexta-feira (5), na inauguração de novo prédio da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Osasco (SP). "E hoje a minha família é o Brasil", exaltou.

A menção a sua mãe, Eurídice Ferreira de Melo, a dona Lindu, é uma constante nos discursos presidenciais. Mas a referência reiterada à figura materna, símbolo da família — e a quem Lula tem como exemplo de resiliência e retidão moral — não o ajudou a se reconectar com os fiéis.

A tônica desse discurso é a ênfase à palavra "família", que apareceu duas vezes em um mesmo trecho, com destaque para a finalização: "Minha família é o Brasil." Este recado, se chegar sem ruídos ao destinatário, pode se transformar em um novo bordão presidencial. É a nova aposta para afinar o diálogo com os evangélicos após o fracasso da campanha "fé no Brasil".

Dois dias antes de Lula colocar na rua esse bordão, ele e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, haviam se reunido com a vereadora Aava Santiago, de Goiânia (GO), no Palácio do Planalto. Depois ela também foi recebida pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB), um dos interlocutores designados por Lula para o diálogo com os fiéis.

Embora filiada ao PSDB, Aava consolidou-se como uma nova liderança evangélica nacional, de perfil progressista. Na campanha de 2022, ela declarou apoio a Lula, e, depois da vitória do petista, integrou o grupo de trabalho sobre políticas para mulheres do governo de transição.

Recentemente, ela voltou aos holofotes após declarações veementes, que repercutiram nas redes sociais, contra o projeto de lei defendido pela Frente Parlamentar Evangélica que criminaliza o aborto acima das 22 semanas, mesmo nas hipóteses previstas em lei.

Em conversa com a coluna, Aava Santiago afirmou que o governo "continua errando" na tentativa de se aproximar dos evangélicos. Ela acredita que políticas sociais bem sucedidas não têm ressonância na base desse público, e argumentou com Lula, Janja e Alckmin que a "virada de chave" deveria ser o governo falar diretamente para as famílias brasileiras.

A avaliação de Aava — que foi criada em uma família de pastores, e é ligada à igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira — é que o campo bolsonarista apropriou-se indevidamente dos valores familiares e cristãos, como se detivesse o monopólio da defesa desses princípios.

De fato, o slogan que alçou Jair Bolsonaro à Presidência em 2018 era "Deus, Pátria e Família". Desde então, lideranças do bolsonarismo repetem a retórica de que o PT e a esquerda em geral seriam contrários a esses valores. "A esquerda quer liberar as drogas e destruir as famílias e faz de tudo para calar as vozes que lhe são contrárias", discursou Michelle Bolsonaro no domingo (7), no megaevento conservador em Balneário Camboriú (SC).

Embora a reação da sociedade civil tenha sido majoritariamente contrária ao PL antiaborto, criminalizando as grávidas vítimas de estupro, o governo recebeu críticas por não ter se posicionado abertamente sobre o texto.

Somente dias depois, Janja foi às redes sociais classificar o projeto como "absurdo", "retrocesso" e cobrar do Congresso medidas para garantir "condições e a agilidade no acesso ao aborto legal e seguro pelo SUS".

Um dia depois da manifestação de Janja, foi a vez de Lula pronunciar-se sobre o tema. Ele chamou a proposta de "insanidade" e voltou a se manifestar contrário ao aborto, observando que a matéria é de saúde pública. Para isso, voltou a invocar seus laços familiares. "Eu fui casado, tive cinco filhos, oito netos e uma bisneta, eu sou contra o aborto", ressaltou.

Pesquisas recentes revelaram que após um ano e meio de mandato, a relação da gestão Lula 3 com a população evangélica vai de mal a pior. Levantamento do Datafolha divulgado em 18 de junho mostrou que 22% dos brasileiros ligados a essa religião avaliam o governo como ótimo ou bom, enquanto 44% o consideram ruim ou péssimo.

Em março de 2023, 28% achavam que a administração petista era ótima ou boa, e para 35% era ruim ou péssima. Nesses 16 meses, entre altos e baixos, houve um acréscimo de 9 pontos percentuais no mau humor dos fiéis com a gestão lulista.

Nessa conjunção de revezes, Aava Santiago vê dois movimentos necessários ao governo Lula para tentar melhorar o diálogo com os evangélicos. Em primeiro lugar, convencer essa fatia da população de que o ex-presidente Bolsonaro e seus aliados não são paladinos dos valores familiares e cristãos.

Um segundo desafio é estabelecer uma interlocução com pastores que votaram em Bolsonaro em 2022, mas que têm postura independente, não se prendem a lideranças nacionais (como Silas Malafaia), e estariam dispostos a ouvir. "Dialogar apenas com pastores progressistas é pregar para convertidos", ensinou.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Congresso Cobrança estava na minuta do projeto enviada pelo governo e foi retirada a pedido de Lula

Parecer traz tributação de previdência privada

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

O relatório do segundo projeto de lei de regulamentação da reforma tributária (PLP 108/2024) prevê a tributação do imposto sobre herança (ITCMD) sobre planos de previdência privada complementar, o que inclui PGBL e VGBL. A cobrança havia sido incluída pelo governo na minuta prévia do projeto, mas foi retirada a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devido à repercussão negativa.

O parecer foi apresentado na segunda-feira (8) pelo grupo de trabalho (GT) criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). O deputado federal Mauro Benevides (PDT-CE) foi escolhido relator-geral, entre os sete integrantes do GT.

De acordo com o texto, o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incide sobre "aportes financeiros capitalizados sob a forma de planos de previdência privada ou qualquer outra forma ou denominação de aplicação financeira ou investimento, seja qual for a modalidade de garantia".

Haverá, contudo, duas exceções: planos securitários, similares a seguros de vida, não serão taxados, assim como os valores que tenham sido aportados em planos do tipo VGBL há mais de cinco anos da ocorrência do fato gerador. Foi um meio termo encontrado pelo grupo. O deputado federal Pedro Campos (PSB-PE), integrante do GT, admitiu que nem todos os Estados concordaram com o prazo de cinco anos.

Ainda segundo o parecer, caso o plano seja transmitido aos herdeiros, a alíquota deverá ser calculada com base no valor transmitido e deverá ser "complementada quando da transmissão do restante dos bens e direitos, adicionando-se à base de cálculo os valores dos bens anteriormente transmitidos e deduzindo-se os valores de ITCMD já recolhidos, observando-se a progressividade das alíquotas prevista na legislação estadual ou distrital com base no valor total do quinhão ou legado".

Campos afirmou que a tributação dos planos de previdência é necessária, já que esses instrumentos são usados para planejamento tributário, de forma a fugir do pagamento de impostos na transmissão de herança.

Outra novidade trazida é que o texto deixa opcional para os municípios a antecipação do momento de incidência do Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI). Segundo Benevides, está sendo dada "robustez legal" a uma prática que alguns municípios já adotavam, por mudarem a alíquota a depender do momento em que o tributo fosse pago.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Grupo de trabalho fala à imprensa: texto deixa opcional para os municípios a antecipação do momento de incidência do Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI)

Já o deputado Pedro Campos destacou que o GT conta com o bom-senso dos municípios para entender em quais momentos a antecipação será exigida e em quais não caberá. Segundo o deputado, é danoso à sociedade a possibilidade de formalizar "contratos de gaveta" que não serão formalizados e assim o tributo nunca será pago.

O texto do governo trazia uma mudança no momento de cobrança do ITBI, determinando a antecipação da cobrança do tributo. O governo tinha indicado uma "mudança no fato gerador". Agora, o texto do Grupo de Trabalho dá a possibilidade de antecipação do tributo.

O parecer também prevê que os grandes patrimônios poderão ser cobrados pela alíquota máxima do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), a ser definida pelo Senado Federal. Contudo, essa cobrança será "optativa", já que não haverá punição se não for implementada por lei específica estadual. Também caberá a cada Estado definir o que são esses "grandes patrimônios". Segundo o deputado federal Pedro Campos, o intuito de incluir essa previsão no texto foi incentivar a cobrança, porém toda a regulamentação foi deixada a cargo dos entes federativos.

Campos avaliou que o parecer está "pronto" para ser submetido ao plenário da Câmara dos Deputados. A decisão, contudo, caberá ao presidente Arthur Lira e aos líderes partidários, disse.

"Pessoalmente, acho que será mais simples votar esse texto do que o outro PLP da regulamentação da reforma", disse o relator-geral, Mauro Benevides. "Como nosso texto está em alto poder de convergência, posso até desconfiar que ele poderia ser votado antes", complementou.

Benevides contou que nesta terça-feira o grupo começará a visitar líderes para apresentar o relatório para "todo mundo entrar no clima" da votação.

Já Campos afirmou que a publicação do parecer na segunda-feira foi para abrir a possibilidade de Lira pautar o texto ainda nesta semana, antes do recesso parlamentar, que começa oficialmente na quinta-feira (18) da próxima semana.

Eleições Esquerda francesa tem poucas opções para formar Gabinete e negociações podem se arrastar; Macron mantém seu governo de centro

Parlamento dividido complica formação de novo governo na França

Agências internacionais

A esquerda francesa reunida na Nova Frente Popular (NFP), maior vencedora da eleição legislativa de domingo, anunciou que pretende comandar o governo, mas admitiu ontem que tem pela frente negociações duras e demoradas para formar um Gabinete. As possibilidades incluem a formação de um governo minoritário com outras forças à esquerda — que ficaria vulnerável ao voto de desconfiança dos rivais — e a composição com partidos com os quais tem poucos pontos em comum, como o Juntos, do presidente Emmanuel Macron.

Diante da possibilidade de uma longa paralisação do governo, Macron rejeitou ontem o pedido de renúncia do primeiro-ministro Gabriel Attal — um político centrista e dos mais leais ao presidente. Macron pediu-lhe que permanecesse por enquanto "para garantir a estabilidade do país".

"Não será simples, fácil ou confortável", disse Marine Tondelier, líder do Partido Verde — uma das forças que formam NFP. "Vai demorar um pouco [para a formação de um novo governo]."

A NFP e o Juntos — além de outros grupos menores — uniram-se na estratégia eleitoral para derrotar o partido de extrema direita Reunião Nacional (RN), que saiu do primeiro turno das eleições legislativas do dia 30 como favorito, mas terminou a segunda votação em terceiro lugar. Embora a estratégia tenha sido bem-sucedida, o resultado da eleição culminou em um Parlamento fragmentado que tornará difícil para qualquer um fazer avançar uma agenda interna.

Segundo especialistas, é provável que isso enfraqueça o papel da França na União Europeia e em outros locais. "O risco mais imediato é uma crise financeira e o declínio econômico da França", disse o atual ministro das Finanças, Bruno Le Maire. É possível que Attal se mantenha no cargo durante a realização dos Jogos Olímpicos de Paris, que serão abertos dia 26.

"O presidente da República deve solicitar a nós a formação de um governo para que o resultado das eleições seja respeitado", disse Manuel Bompard, do partido de extrema esquerda França Insubmissa — o mais radical dos que compõem o NFP. Um dos principais obstáculos a se superar nas negociações de um novo governo reside, inclusive, na escolha de um provável primeiro-ministro. O nome mais forte para o cargo, desde a divulgação dos resultados é o do líder do França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon.

E o próprio Mélenchon descartou qualquer hipótese de acordo com os centristas do Juntos. A NFP, no entanto, só conseguirá governar após fazer um acordo com partidos de fora de seu bloco — que defende a reversão da reforma das pensões de Macron e a limitação dos preços de bens essenciais.

Embora tenha alcançado o maior número de cadeiras (180), o NFP ficou longe dos 289 votos necessários para ter a maioria absoluta. O Juntos conquistou 159 vagas e o RN, 143 assentos.

Para o RN, de Marine de Le Pen, o resultado foi uma decepção, já que as pesquisas de opinião projetavam há semanas que a força de extrema direita venceria a eleição. Mas a bancada do partido no Parlamento quase triplicou, passando de 50 para 143 membros.

O outro líder do RN, Jordan Bardella, reconheceu que o partido cometeu erros, inclusive na escolha de alguns de seus candidatos, mas garantiu que a votação de domingo lançou as sementes para uma futura vitória da extrema direita.

Apesar da incerteza, alguns eleitores ficaram satisfeitos com um parlamento dividido em três. "Acho ótimo ter uma assembleia diversificada como esta, com grupos aproximadamente iguais. Eles terão de negociar ", disse Valerie, que trabalha com luxo, em Paris. Mas Jean-Eudes du Mesnil, do sindicato das pequenas e médias empresas CPME, estava preocupado "porque uma série de coisas foi anunciada, pela Frente Popular", e não está claro se serão bloqueadas.

As ações europeias subiram ontem com a confirmação de que a frente de esquerda não obteria maioria suficiente para formar um governo sem precisar de um acordo com grupos mais ao centro. Os títulos franceses permaneceram inalterados, o euro não registrou perdas e o índice Stoxx 600, da bolsa europeia, subiu 0,5% perto do fechamento.

Novo Parlamento francês
Cadeiras conquistadas por bloco

Bloco	Cadeiras
Nova Frente Popular	180
Juntos	159
Reunião Nacional	143
Os Republicanos	39
Outros à direita	27
Outros à esquerda	12
Todos os outros	17

São necessários **289 votos** para formar governo

Fonte: Ministério do Interior da França

Novos governos na Europa têm excesso de dívida e pouca margem

Tom Fairless
Dow Jones

Os novos governos eleitos na Europa estão recebendo um cálice envenenado. Foram escolhidos com a missão de promover mudanças, mas têm só meios limitados à disposição para isso.

A dívida pública está perto do maior nível em muitas décadas na França e no Reino Unido, que renovaram seus parlamentos. Nos dois países os gastos públicos e os déficits fiscais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) estão muito acima dos níveis anteriores à pandemia de covid-19. O crescimento econômico continua fraco, os custos de financiamento dos governos subiram e as demandas de gastos públicos, de militares a previdenciárias, só crescem.

Tudo isso, dizem economistas, indica que será preciso ter contenção fiscal — menos gastos públicos ou mais impostos. Os políticos, porém, não prepararam o eleitorado para isso. Ao contrário, sinalizaram a intenção de mais gastos.

Na França, a Reunião Nacional (RN), de extrema direita, que ficou com a terceira maior bancada na eleição de domingo, propôs cortes generalizados de impostos e a reversão do impopular aumento da idade de aposentadoria aprovado pelo presidente do país, Emmanuel Macron, apesar do recente recuo das autoridades do partido em algumas dessas promessas.

A Nova Frente Popular (NFP), aliança de esquerda que foi a mais votada na eleição, tem uma agenda ainda mais ambiciosa. Ela inclui congelar preços e um grande aumento no salário mínimo que exigiria gastar mais com remuneração e subsídios, ao mesmo tempo em que abre mão de arrecadação com impostos. O Parlamento dividido, se os diversos partidos não conseguirem chegar a um acordo para formar um governo, atrasará qualquer esforço para conter a dívida nacional, segundo analistas.

Nenhum partido francês discutiu como faria para reduzir um déficit público que deverá chegar a 5% do PIB em 2024 e já desencadeou procedimentos disciplinares da União Europeia (UE). Os juros dos títulos soberanos franceses decolaram nas últimas semanas, com os investidores reagindo à perspectiva de um endividamento público muito maior. Em maio, a agência de risco de crédito Standard & Poor's rebaixou a classificação da dívida da França para "AA-".

Evitando escolhas difíceis. No Reino Unido, o vitorioso e agora majoritário Partido Trabalhista, indicou a intenção de gastar mais em serviços públicos, inclusive no sobrecarregado Serviço Nacional de Saúde, embora as propostas concretas até agora tenham sido modestas. Recentemente, o centro de estudos londrino Institute for Fiscal Studies (IFS) acusou todos os principais partidos, incluindo o Trabalhista, de evitar escolhas difíceis em suas declarações políticas.

"O crescimento deverá ser bem decepcionante e os juros da dívida deverão continuar altos. E essa combinação de fatores está com um aspecto pior do que em qualquer outro Parlamento na história pós-guerra do Reino Unido", disse Isabel Stockton, economista sênior de análises do IFS.

A dívida pública no Reino Unido aumentou para 104% do PIB em 2024, em comparação aos 86% em 2019 e aos 43% em 2007. Na França, a dívida nacional chegou a 112% do PIB, em comparação aos 97% em 2019 e aos 65% em 2007, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os déficits fiscais estão 3 pontos percentuais acima dos níveis pré-pandemia em todas as principais economias avançadas, de acordo com a firma de análises Capital Economics. Isso é reflexo, em parte, dos pagamentos de juros mais altos, mas também de aumentos de gastos que não estão mais relacionados à pandemia, segundo seu economista-chefe Neil Shearing. "Não há muito espaço para grandes expansões fiscais."

Mesmo a Alemanha, em geral um exemplo de prudência fiscal, passou de grandes superávits orçamentários para déficits significativos. Na sexta-feira, após meses de duras negociações, a coalizão tripartite do premiê do país, Olaf Scholz, enfim anunciou ter chegado a um acordo orçamentário para 2025. O acordo obedece às regras rigorosas de endividamento do país, ao mesmo tempo em que prevê medidas para reanimar o fraco crescimento econômico e aumentar os gastos militares.

5%
do PIB deve ser o déficit fiscal da França este ano

Putin recebe premiê indiano em Moscou

GAVRIIL GRIGOROV, SPUTNIK, KREMLIN POOL VIA AP

Na véspera da reunião de cúpula da Otan (a aliança militar ocidental), o líder russo, Vladimir Putin (na foto à dir.), deu ontem as boas-vindas em Moscou ao premiê indiano, Narendra Modi, em uma visita oficial de dois dias. Putin abraçou o líder indiano em sua casa em Novo-Ogaryovo, cumprimentou-o como seu "querido amigo". A visita de Modi e o relacionamento da Índia com a Rússia em meio à guerra russa na Ucrânia suscitam preocupações, disse ontem o Departamento de Estado dos EUA. A Índia, que há décadas cultiva de uma relação estreita com Moscou, recusou-se a condenar a Rússia pela guerra, apelando, em vez disso, ao fim do conflito através do diálogo e da diplomacia. Um alto funcionário indiano disse que o objetivo da visita de Modi é corrigir o desequilíbrio comercial da Índia com a Rússia. A Índia, que tem ligações com a Rússia desde a era soviética, aumentou as compras de petróleo russo barato para níveis recordes.

Aliados da Otan acenam ajuda de € 40 bi à Ucrânia

Henry Foy e Stefania Palma
Financial Times, de Washington

Nesta semana, os líderes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) devem debater um apoio de € 40 bilhões à Ucrânia relativo a apenas um ano, uma vez que os membros mais importantes da aliança estão mergulhados em disputas políticas internas que limitam o comprometimento de recursos de longo prazo para a defesa do país contra a Rússia.

A reunião de cúpula da Otan começa hoje em Washington, na esteira da eleição na França, que resultaram num Parlamento dividido, com uma extrema direita contrária a ajudar a Ucrânia se tornando uma grande força política. O encontro também se dá em meio às pressões para que Joe Biden se retire da disputa presidencial nos EUA contra Donald Trump. Na Alemanha, a coalizão do premiê Olaf Sholz continua frágil e com baixa popularidade.

Essas movimentações tectônicas enfraqueceram os esforços da Otan para fazer do 75º aniversário da aliança uma demonstração de apoio inquestionável ao presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Em vez disso, existe o risco de que o evento acabe colocando em evidência a fragilidade da continuidade da ajuda ocidental a Kiev.

"É claro, nas democracias nunca podemos fornecer garantias. Não vivemos nesse mundo. Mas vivemos em um mundo de maximização de bons resultados e minimização de maus resultados", disse o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, antes da cúpula.

Ele acrescentou que o compromisso coletivo de € 40 bilhões para a Ucrânia em 2025 representa um avanço em relação à situação atual, na qual as contribuições de cada país nem sempre são transparentes ou têm o valor estimado pelos mesmos critérios. Ainda assim, o valor é menos ambicioso do que a proposta inicial da Otan de um pacote para vários anos, com um apoio total de US$ 100 bilhões.

"Você pode discutir se o copo está cheio ou não, mas [não há discussão de que] está mais do que meio cheio", disse Stoltenberg.

Biden, por sua vez, é um anfitrião assolado por pedidos cada vez mais intensos para suspender sua campanha de reeleição para que outro democrata possa concorrer em novembro.

Trump, que está à frente de Biden na maioria das pesquisas nacionais e dos Estados-pêndulo (que ora votam em democratas e ora em republicanos), ameaça se retirar da Otan caso retorne à Casa Branca. O ex-presidente também promete acabar com o apoio militar americano à Ucrânia.

A Otan não oferecerá à Ucrânia um convite formal para ingressar à aliança, que é o maior desejo de Kiev. Mas um funcionário de alto escalão do governo Biden disse que os aliados fariam anúncios "significativos" de apoio a Kiev, incluindo "novos passos" para fortalecer a defesa aérea do país.

Biden também deve organizar um evento na quinta-feira com Zelensky e 25 aliados que assinaram acordos bilaterais com Kiev.

Outro motivo de preocupação é a necessidade de aumentar os orçamentos de defesa dos países da Otan (de forma que todos os integrantes atinjam a meta de gastos no setor de defesa equivalentes a 2% de seus PIBs) e, ao mesmo tempo, de garantir que continuem dando apoio a Kiev.

Essa será uma prioridade para o próximo secretário-geral da Otan, Mark Rutte, que substituirá Stoltenberg em 1º de outubro, embora diplomatas da aliança venham advertindo que será difícil atingir essa meta, pois as populações de cada país são contrárias a elevar os orçamentos militares.

"Você pode discutir se o copo está cheio ou não, mas [não há discussão de que] está mais do que meio cheio"
Jens Stoltenberg

Outro desafio é administrar grandes divisões internas, como exemplificado pela polêmica viagem do premiê da Hungria, Viktor Orbán, a Moscou na semana passada para se encontrar com o presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Orbán, o crítico mais proeminente da Otan em relação ao apoio a Kiev, também usou em junho seu poder de veto à nomeação de Rutte para garantir o direito de excluir-se das atividades da Otan em apoio à Ucrânia.

Funcionário de alto escalão do governo Biden disse que os EUA ficaram "preocupados" com a viagem de Orbán, que não promoveu avanços à causa da paz nem promoveu a soberania e independência da Ucrânia.

Stoltenberg ressaltou que, desde a fundação em 1949, a Otan sempre encontrou forma de resolver suas divisões internas. "Sempre existiram preocupações e sempre provamos ser resilientes", disse.

Mesmo assim, nas negociações finais sobre o comunicado a ser emitido pela reunião de cúpula, os EUA e a Alemanha encabeçaram os esforços para não incluir referências de que o caminho da Ucrânia rumo à adesão à Otan é "irreversível", como querem muitos outros aliados, em especial do Leste Europeu.

O ceticismo dos EUA e da Alemanha quanto à adesão da Ucrânia é profundo. Autoridades citam a necessidade de que Kiev faça reformas estruturais importantes e dizem que, sem o fim da guerra, não há chances de progresso formal na adesão.

Por sua vez, quanto à China, os aliados da Otan deverão chegar a um acordo para incluir palavras mais fortes do que as usadas até agora para condenar Pequim por seu apoio econômico a Moscou na guerra na Ucrânia. O apoio chinês inclui o aumento no suprimento de produtos químicos e de tecnologias como microchips de duplo uso, civil e que também serve para fabricar armas russas.

Em carta, Biden reafirma sua candidatura

Agências internacionais

O presidente Joe Biden insistiu ontem que está empenhado em "levar esta corrida [eleitoral] até ao fim" e que era hora de parar as especulações sobre a mudança do candidato democrata para a Casa branca, em meio as crescentes preocupações de seu partido.

Em uma carta aberta aos democratas no Congresso, Biden disse que teve "extensas conversas" com líderes do partido, membros e eleitores nos últimos 10 dias. Afirmou que não estava cego às preocupações sobre sua idade e sua candidatura que surgiram desde seu desastroso desempenho no debate contra Trump no fim de junho. Mas ele disse que foi encorajado pelo "apoio sólido e constante" de muitos e não continuaria se não estivesse confiante de que poderia derrotar novamente Trump.

A mensagem de Biden chega após uma semana de intensos questionamentos sobre sua saúde. Nos últimos dias diversos membros do partido vieram a público pedir para que Biden deixasse a campanha após desempenho ruim no debate presidencial.

Guerra Ações do premiê Benjamin Netanyahu no enclave palestino geram críticas internacionais

Israelenses vivem nova dimensão de isolamento com a guerra na Faixa de Gaza

Pedro Borg
De Tel Aviv

A guerra na Faixa de Gaza contra o grupo terrorista Hamas está isolando cada vez mais Israel da comunidade internacional, erodindo o "soft power" do país. Quanto mais os combates se prolongam, maiores os efeitos negativos na reputação de Israel — única democracia de fato no Oriente Médio.

Os EUA, principal aliado de Israel, avaliam que o governo de Benjamin Netanyahu está cometendo um "erro estratégico" e negando um possível "impacto geracional" na reputação do país ao redor do mundo com a guerra, segundo relatório do Departamento de Estado divulgado pela rede pública de rádio NPR.

"Nos preocupa que os israelenses não estejam vendo o panorama geral e estejam cometendo um grande erro estratégico ao desconsiderar os danos à sua reputação", diz o memorando do Departamento de Estado. Além disso, o secretário-assistente de Estado, Bill Russo, disse a autoridades israelenses em março que o país enfrenta um "grande problema de credibilidade" com a guerra e que isso também afeta os EUA.

O temor é que o mundo deixe de ver Israel como a "nação startup" e associe o país às imagens trágicas em Gaza, uma mudança que já está sendo percebida. Pesquisa feita pela consultoria de negócios Morning Consult mostrou que a aprovação internacional de Israel caiu globalmente em uma média de 18,5 pontos percentuais entre setembro e dezembro, registrando queda em 42 dos 43 países pesquisados. China, África do Sul e Brasil passaram a ver Israel de forma negativa, assim como muitos países ricos, como Japão, Coreia do Sul e Reino Unido.

"Se você quiser usar uma metáfora de um conflito diferente ao redor do mundo, Israel começou a guerra como a Ucrânia, e sete meses depois, é a Rússia", disse Shira Efron, diretora de pesquisas do Fórum de Políticas de Israel em uma live organizada pela revista "Foreign Policy" em 2024.

Os EUA continuam como o único país rico a ter visão favorável de Israel, apesar de queda na aprovação nos últimos meses e da visão negativa do público americano em relação à ofensiva em Gaza. Um levantamento da empresa de pesquisas Gallup feito em março mostrou que 55% dos americanos desaprovam a ofensiva israelense no enclave palestino, um aumento de dez pontos percentuais em relação à pesquisa feita em novembro.

O trauma. A grande questão da guerra contra o Hamas, para os israelenses, são os reféns. Dos 251 israelenses capturados por grupos palestinos no 7 de outubro, ainda há 120 na Faixa de Gaza, sendo 77 considerados vivos e 43 mortos.

Quem chega ao país é rapidamente impactado pelas imagens dos sequestrados pelo Hamas nos corredores do aeroporto Ben-Gurion e na máquina que valida os passaportes. Ao andar por Tel-Aviv, as imagens continuam a aparecer em cartazes na rua, e não é raro ver, em carros ou em camisetas, as fitas amarelas que se tornaram símbolo da defesa dos reféns.

"Apoio a incursão em Rafah porque acredito que os reféns estão lá, mas não acho que os reféns serão libertados por via militar", disse Natalia, argentina que vive há 20 anos em Israel e que aos sábados atua como voluntária na chamada "praça dos reféns", ao lado do Museu de Arte de Tel Aviv. O local é palco semanal de protestos pedindo a volta dos sequestrados.

A sensação ao andar pelo país e conversar com as pessoas é que a tragédia de 7 de outubro continua presente. Nos kibutzim atacados, o dia ainda não terminou. Os locais, desocupados por questões de segurança, estão inalterados desde o dia em que o Hamas realizou os ataques. As louças sujas continuam nas pias e se misturam com a destruição provocada pelos terroristas. Por fora, casas foram marcadas pelo que foi encontrado lá, como restos humanos, e nos quartos antibomba — o principal abrigo de muitos moradores durante os ataques — há rastros de sangue no chão que seguem até as portas da casa em alguns locais.

O luto que assola Israel há quase nove meses alimenta o sentimento do isolamento internacional, que transmite tanto o flagelo israelense quanto o palestino — sendo impossível não constatar a assimetria de poder de fogo de Israel e palestinos.

Um levantamento da empresa de pesquisas Pew Research feito entre março e abril mostrou que 58% dos israelenses acreditam que Israel — única democracia de fato no Oriente Médio — não é respeitado internacionalmente. Dentro deste total, 15% que acreditam que Israel não é "nem um pouco respeitado" pelo resto do mundo.

Desde o início da ofensiva terrestre de Israel em Gaza, quase 70% das casas do enclave foram destruídas ou sofreram danos, segundo o "Wall Street Journal". Pelo menos 370 mil casas em Gaza foram danificadas, incluindo 79 mil completamente destruídas, junto com edifícios comerciais, segundo as Nações Unidas. A ofensiva israelense também já matou mais de 35 mil palestinos, não só combatentes das milícias extremistas como também milhares de mulheres, crianças e idosos, segundo dados do Ministério da Saúde da Faixa de Gaza controlado pelo Hamas.

Apoio à guerra. Mesmo com a opinião pública internacional cada vez mais contra as ações de Israel, a população local ainda apresenta alto índice de aprovação em relação à atuação do país na Faixa de Gaza para acabar com o Hamas, com 39% da população apoiando as ações contra o grupo terrorista e 34% defendendo ações ainda mais severas na região, segundo a Pew.

> "Situação é de autocensura porque função da mídia, nesse caso, é a de reforçar nacionalismo"
> *João Miragaya*

"Não se pode falar de dia seguinte à guerra a não ser que você acabe com o Hamas. Para interromper esse ciclo de violência precisamos vencer", disse o parlamentar israelense Boaz Bismuth, do partido de Netanyahu, o Likud, que segue a linha do seu grupo político e defende a manutenção do conflito até que o Hamas seja exterminado.

A cobertura local da guerra explica em parte a defesa do conflito pela população. Levantamento do Instituto de Democracia de Israel mostra que 12,4% dos israelenses não viram nenhuma imagem sobre a destruição de Gaza e 51,5% viram poucas imagens sobre os impactos da ofensiva israelense.

"Se você começa a transmitir a realidade dos civis palestinos em Gaza e o que eles sofrem através das ações do Exército de Israel, como você vai convocar reservistas para atuar naquele local? É uma situação de autocensura da própria mídia porque nesse caso ela tem função, que é fazer uma campanha nacionalista", disse João Miragaya, mestre em história pela Universidade de Tel-Aviv e coautor do projeto Do Lado Esquerdo do Muro.

Conversas com jornalistas, militares e membros da sociedade civil denotam um sentimento de incompreensão, como se o mundo não entendesse a importância do retorno dos reféns para Israel. Em contrapartida, quando questionados sobre a mortes de civis em Gaza, o sentimento para muitos é de que isso era algo inevitável.

"As pessoas têm noção do número de civis morrendo, mas a imprensa israelense contesta esses dados porque são passados pelo Ministério da Saúde controlado pelo Hamas", diz Henry Galski, diretor de jornalismo do site Israel de Fato, que vive em Israel há quase quatro anos. Ao elencar as sete prioridades da imprensa israelense sobre a guerra, a questão dos civis palestinos não entra na lista do jornalista. "O foco das pessoas e da cobertura é com israelenses morrendo e os reféns", diz Galski.

"A imprensa israelense teme uma reação, o público não quer ver as consequências da guerra. Mas há também a questão de que todo país em guerra não mostra o inimigo e tende ao patriotismo", diz Shuki Tausig, editor-chefe do site Seventh Eye, que monitora a mídia israelense.

Para o israelense, o 7 de outubro ainda é uma ferida aberta que só será cicatrizada com a volta dos reféns. Por conta disso, a imprensa muitas vezes foca em contar histórias ainda não reveladas do ataque terrorista, o dia em mais morreram judeus desde o Holocausto.

O lado palestino. Se em Israel os civis palestinos não encabeçam a lista de prioridades da guerra, do lado palestino a situação é similar. O apoio aos ataques do dia 7 de outubro continua alto entre a população palestina, com 67% de aprovação, aponta levantamento do Instituto Palestino de Políticas e Pesquisas, segundo reportagem de junho do "Wall Street Journal".

A entidade mostrou também que mais de 90% dos palestinos acreditam que o Hamas não cometeu crimes contra civis israelenses no dia 7 de outubro, porém apenas um em cada dez palestinos viu vídeos das atrocidades cometidas pelo Hamas. Os resultados da pesquisa mostraram que aqueles que assistiram aos vídeos têm cerca de 15 vezes mais chances de acreditar que membros do Hamas cometeram crimes no dia 7 de outubro do que aqueles que não viram.

"Isso mostra a importância das fontes de informação", disse Khalil Shikaki, diretor do instituto de pesquisa palestino ao "WSJ". "Se você não vê, você não acredita."

"O processo de cura [do país] passa por expor o sofrimento do outro lado, mas a mídia não traz isso", explica Shuki Tausig, do site Seventh Eye. "Se a maioria dos israelenses for exposto todas as noites às imagens horríveis de Gaza, tenho certeza que a opinião pública mudaria em relação à guerra".

O jornalista viajou a Tel Aviv a convite da Confederação Israelita do Brasil, Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp) e da StandWithUs Brazil

Israel volta a enviar soldados para Gaza

SAHER ALGHORRA/AP

Israel retomou no fim de semana ataques aéreos na Faixa de Gaza e enviou ontem tropas terrestres de volta à Cidade de Gaza, meses após o fim da operação terrestre no centro urbano do território palestino. Um bombardeio israelense no campo de refugiados de Nuseirat, no centro do enclave, causou a morte de 16 pessoas, de acordo com o Ministério da Saúde de Gaza — vinculado ao governo controlado pelo grupo terrorista Hamas. O exército israelense afirma que militantes continuam operando neste locais mesmo meses após o término da fase mais aguda dos combates terrestres e alega que suas operações são antecedidas por diversas ordens de evacuação. Líderes israelenses dizem que estão mudando as táticas da guerra para operações de menor intensidade e se preparando para uma campanha de contrainsurgência prolongada no enclave, o que poderia liberar algumas tropas para reforçar a fronteira norte de Israel, onde as tensões com o grupo terrorista Hezbollah do Líbano estão escalando. Na foto, escola atacada no campo de Nuseirat.

Opinião

Valor ECONÔMICO

União de forças democráticas barra extrema-direita europeia

Reino Unido e França acabaram de eleger governos de centro-esquerda. O resultado britânico era amplamente esperado. Já o francês foi surpreendente. As maneiras de enfrentar o populismo da extrema-direita foram distintas, mas eficazes à sua maneira, e talvez provisórias. Os britânicos apoiaram um Partido Trabalhista moderado, com um candidato pragmático e uma plataforma de propostas para enfrentar os problemas da realidade, não delírios ideológicos. Na França, as esquerdas em frente eleitoral aliaram-se ao centro do presidente Emmanuel Macron e a todas as forças políticas em torno de um objetivo comum: evitar a ascensão da Reunião Nacional de Marine Le Pen, partido que, apesar de tentar suavizar a mensagem, ainda é xenófobo e racista.

A união das forças democráticas, apesar de suas enormes divergências, conseguiu impedir a chegada ao poder dessas forças extremistas. Por quanto tempo, dependerá da capacidade dessas alianças de resolver as questões que nutrem o apoio às forças extremistas. Os caminhos encontrados seguem as características nacionais. No Reino Unido, os conservadores obtiveram a pior votação de sua história, resultado esperado, embora talvez não com tanta amplitude. O Partido Conservador, há 14 anos no poder, cometeu erros em série — o maior deles, de consequências históricas, foi o Brexit. Hoje, 70% dos britânicos consideram que as desventuras econômicas decorrem da decisão de separar-se da União Europeia, que reduziu o crescimento do país, elevou a inflação, aumentou os custos internos e reduziu a produtividade (ver o artigo de Martin Wolf na página ao lado).

Apesar disso, o candidato importa e as bases trabalhistas apoiaram Keir Starmer, ex-procurador, de família de origem operária, que galgou os principais postos do partido com princípios moderados, opondo-se ao líder da linha de esquerda que provocara duas duras derrotas ao partido, Jeremy Corbin. As disputas políticas internas produziram um líder possivelmente sem tanto carisma, mas com um programa eleitoral compreensível, sem radicais propostas de mudança. Foi eleito, em primeiro lugar, pela sensatez e, em segundo, pelo sistema eleitoral do país, distrital puro onde o vencedor leva tudo, independentemente da diferença de votos, e não há nenhuma compensação para os demais partidos (como na maioria dos países europeus).

Com isso, os trabalhistas fizeram a terceira maior bancada de sua história, com 411 deputados (63,2% do Parlamento), tendo obtido 33,7% dos votos (quase a mesma votação da RN na França). Em 2019, com 32,1% dos votos, o partido elegeu apenas 202 deputados. O Partido Conservador britânico teve seu pior resultado eleitoral — 23,7% dos votos e 121 deputados. Mas a maior parte dos votos perdidos pelos conservadores não foi para a esquerda, e sim para a extrema-direita. O Reform UK, liderado por Nigel Farage, um dos principais incentivadores do Brexit, atingiu 14,3% dos votos (contra 2% de 2019), porém ficou com apenas 5 deputados. Juntos, conservadores e Reform UK tiveram mais votos que os trabalhistas.

Na França, o centro político e os moderados contaram com a ajuda providencial das esquerdas, mesmo a mais radical, a do França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon. A união se deu às pressas, diante da votação inesperada do Reunião Nacional no primeiro turno, que venceu com 33% dos votos. Todas as forças políticas não extremistas, da direita à esquerda, reeditaram um "cordão sanitário" para isolar os candidatos de Le Pen. Não fosse o alarme da ameaça à República, dificilmente se sentariam à mesma mesa. Para o fim que se propuseram, imediato e de curto prazo, a estratégia deu muito certo, também com a ajuda do sistema eleitoral francês.

O partido de Le Pen elegeu apenas 142 deputados, ficando atrás das coligações Nova Frente Popular (NFP, esquerdista), com 180 deputados, e Juntos (centrista, do presidente Emmanuel Macron), com 159, que se apoiaram mutuamente no segundo turno. Mas essas duas coligações, formadas por dez partidos que vão desde o centro-direita (como os democratas-cristãos) até a extrema-esquerda (como os comunistas e anticapitalistas), terão de governar juntas. Será difícil formar um governo coeso e eficaz, devido a suas divergências políticas.

Com a Assembleia Nacional dividida em três partes quase iguais, será difícil aprovar qualquer coisa, mesmo porque as frentes que venceram não conversam entre si e tem programas antagônicos. Encontrar um programa mínimo comum de governo é uma tarefa extremamente delicada, para a qual a distância de Macron no tratamento político com o parlamento é inadequada. De qualquer forma, evitar que a França caia no abismo antidemocrático continua a ser um incentivo poderoso para que se encontre o caminho da moderação e do entendimento.

Para conter a extrema-direita, é preciso enfrentar as suas causas subjacentes, que vão desde a economia (crescimento baixo, crescente desigualdade, redução dos custosos benefícios sociais, insatisfação dos jovens com a precariedade do trabalho) até a fadiga de muitos países com a imigração. Esse é o desafio de todos os governos que enfrentam partidos antidemocráticos na Europa.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Decisão por manter Selic em 10,5% foi tecnicamente correta. O cenário mudou, e muito. Por **Sérgio Werlang**

Como usar o intervalo de tolerância da meta de inflação?

A recente decisão do Bacen de manter a taxa Selic inalterada em 10,50% tem sido alvo de muita especulação e ataque, principalmente por parte do presidente Lula. O objetivo deste artigo é mostrar como o sistema de metas para a inflação no Brasil foi estruturado e como deve ser o uso do intervalo de tolerância, inclusive mostrando que desde o início da implantação havia uma preocupação com o prazo de convergência para o centro da meta, de modo a evitar a excessiva volatilidade da atividade econômica. Em suma, uma preocupação também com a atividade econômica e o desemprego já estavam consideradas implicitamente na concepção original do sistema de metas.

A conclusão a que chegaremos é que a decisão foi tecnicamente correta, mesmo para os membros que votaram por um corte maior na reunião anterior do Copom.

Desde a implantação do sistema de metas para a inflação, adotou-se uma meta central e um intervalo de tolerância, que foi de +/-2% ao redor da meta (exceção de 2003 a 2005, quando o intervalo foi aumentado para 2,5%) até 2016. Em 2017 passou a ser de +/-1,5%. Este intervalo foi mantido assim até mesmo após a recente meta contínua (Decreto 12.079 de 26/6/2024). O fato de a meta no Brasil ter este intervalo sempre teve um propósito claro: permitir que, uma vez observado um desvio do centro da meta, a política monetária não tenha que ser ajustada de forma abrupta para que a convergência ao centro aconteça rapidamente. Em outras palavras, poder-se-ia ter escolhido um sistema de metas pontuais, como nos EUA, por exemplo. Mas não foi feito isto. Propositalmente foi introduzido o intervalo de tolerância.

Em termos gerais, o Copom cumpre a meta se a inflação estiver no intervalo de tolerância. No caso hoje da meta contínua, que vale a partir de 2025, a inflação em 12 meses tem que estar entre 1,5 e 4,5% ao ano. A carta aberta só é acionada se houver violação das bandas por 6 meses seguidos. O que importa para o argumento é a ideia de que se a inflação oscilar neste intervalo, então "tudo bem", no sentido que o Copom não tem que se justificar formalmente pelo descumprimento. Isto é muito diferente de um sistema de meta pontual.

O intervalo de tolerância não foi colocado somente para garantir que as oscilações naturais da taxa de inflação em 12 meses estivessem dentro do mesmo. Com efeito, a mediana do desvio-padrão da taxa de inflação medida pelo IPCA em 12 meses no Brasil é de 0,74%, desde a adoção do sistema de metas (primeira medição feita em junho de 2000, 12 meses após o início do regime). Como é sabido, cerca de 66% dos eventos estão entre a média e +/- 1 desvio-padrão. Então, se fosse apenas acomodar flutuações normais da inflação em 12 meses, um valor bem inferior a 1,5% já garantiria que a maior parte dos choques "normais" fossem acomodados no intervalo. Desta forma, há algo mais na engenharia por trás do intervalo. O que é isto?

Para ilustrar usos legítimos do intervalo de tolerância, imagine que a inflação estivesse rodando na meta, e de repente ocorresse um choque inflacionário, ou seja, sem ser por razões internas da política econômica brasileira, ocorre um aumento da inflação. Dentre os eventos que se encaixam aqui podem-se citar: secas ou enchentes inesperadas em alguma parte do país que influenciem o preço da alimentação; uma desvalorização cambial causada por eventos externos, como foi o caso da desvalorização do real que se seguiu ao ficar claro que as taxas de juros dos EUA não seriam cortadas antes de setembro deste ano; ou ainda um aumento do preço de eletricidade que não estava sendo antecipado.

PEGGY/PIXABAY

Todos estes eventos podem ter impacto significativo na inflação em 12 meses, fazendo com que a inflação em 12 meses se descole da meta.

Qual a prescrição de ação no sistema de metas? Se o Brasil tivesse a meta fixa, e apenas o objetivo de fazer a inflação ir para a meta, deveria haver uma imediata reação da autoridade monetária para elevar os juros, de forma a que a convergência começasse imediatamente e sem delongas. Como explicado acima, desde que a inflação em 12 meses acumulados não fique acima da banda superior por mais de 5 meses consecutivos. Com exceção de um choque extremamente severo, o Bacen deveria acomodar o choque inicial e usar a política monetária de forma a evitar que os efeitos secundários do choque se manifestem. Os desvios das expectativas em relação ao centro da meta nos 12 a 18 meses após o choque não deveriam ser objeto de ação mais contundente pelo Copom, desde que compatíveis apenas com o repasse primário do choque.

As duas últimas decisões do Copom sobre os juros foram tratadas como se fossem decisões políticas. A decisão de maio, em que um grupo de membros votou por um corte de 0,5% em vez de 0,25%, foi interpretada como se fosse um "statement" político de um grupo. Discordo completamente desta visão, como expliquei na minha coluna do "Broadcast" do último dia 7 de maio.

Em ambas as ocasiões houve uma desvalorização cambial acima do esperado. Primeiro, na decisão de maio, houve elevação do valor do dólar, que passou a ficar no patamar R$ 5,10-5,15. No entanto, a causa da desvalorização foi a mudança de cenário externo, que deixou claro que o Fed terá que manter a taxa de juros dos EUA inalterada por mais tempo do que antecipado. Assim, temos um típico caso de evento externo que causou uma desvalorização, e pode ser vista como um choque negativo na taxa de inflação em 12 meses à frente.

O choque deve ter seus efeitos de primeira ordem (o repasse da desvalorização nos 12 meses à frente) acomodados. Assim, as expectativas de inflação estarem até cerca de 0,4% acima do centro da meta (cálculos na coluna do Broadcast de maio) não era algo para maiores atitudes por parte do Bacen. O argumento usado na ata de maio não admitia desvios da meta em nenhum horizonte, e isso não é uma forma correta de uso do intervalo de tolerância quando há choques externos.

Segundo, na reunião do Copom de junho, o dólar estava rodando próximo de R$ 5,40. E neste caso já era possível inferir que a desvalorização do real havida entre as duas reuniões era devida à enorme incerteza interna quanto ao cumprimento das metas fiscais. Especialmente após as falas do presidente Lula. Neste caso, um corte de juros provavelmente teria o efeito de desvalorizar ainda mais o real, elevando ainda mais o choque. Neste caso, se o Copom cortasse a Selic haveria um aumento da inflação futura, pois uma desvalorização maior do real resultaria num repasse inflacionário maior nos 12 meses subsequentes. Portanto, não cortar era a atitude correta, mesmo que anteriormente você fosse favorável a cortar 0,5%.

Ou seja, o fato de ter havido uma decisão unânime do Copom para a manutenção da Selic em 10,50% foi tecnicamente correta — o cenário mudou e mudou muito.

Sérgio Ribeiro da Costa Werlang foi diretor de política econômica do Banco Central. É professor da FGV EPGE e sócio da Sarpen Quant Investments.

A maldição elétrica

Edvaldo Santana

No fim dos anos 1990, Robert Shiller buscava compreender o boom do mercado de capitais. O volume de ações negociadas crescia mesmo com o absurdo aumento do valor dos papéis. Apoiado em estudos publicados e em evidências históricas, constatou que o principal determinante do boom era a exuberância irracional, ou as expectativas irrealistas, às vezes forjadas, que ignoravam fundamentos técnicos e econômicos. Mas Shiller não conhece o setor elétrico brasileiro.

Semana passada encontrei um ex-colega de trabalho. Engenheiro formado em 1964, vive numa das cidades gaúchas mais afetadas pelas enchentes. Se revolta em saber que o Brasil tem hoje excesso de eletricidade, mas a tarifa é elevada. Espirituoso, no estilo analista de Bagé, concluiu que "o pequeno consumidor de energia é como cavalos de carruagem de monarquias. Quase sempre carregam inúteis".

Junho por pouco não acaba com boa notícia. No dia 27, o ministro de Minas e Energia surpreendeu quando disse ao "Estadão" que "chegamos ao limite. Não há mais espaço para absorver subsídios na conta de energia".

Surpreendeu porque, dias antes, com a Medida Provisória (MP) 1232, o governo esticou a conta de subsídios para combustíveis fósseis na Amazônia. E, em paralelo, o regulador divulgou impactos de outra MP, a 1212: cerca de 85 GW de solar e eólica se candidataram a subsídios (desnecessários). Serão mais de R$ 100 bilhões em 20 anos.

Sem contar os mais de R$ 25 bilhões ao ano das bondades com o dinheiro dos outros que vêm lá do Congresso, como mostrou Bruno Rosa, no "Globo" de 6 de julho. Feitas as contas, passa de R$ 550 bilhões a transferência de renda do mais pobre para o mais rico. A superoferta, motivada por essa extravagância de subsídios, ultrapassará o consumo do total de todas as regiões, excluído o Sudeste.

E como já não há espaço para tanta oferta, só em junho foi cortada 2.979 vezes a produção de diferentes usinas. Quase 100 cortes por dia. Um recorde mundial, que pôs o curtailment no vocabulário do setor elétrico e do Judiciário. Um autêntico boom, e com efeitos indesejáveis, como tarifas crescentes. E nada disso garante a segurança do suprimento. Veja o porquê.

Julho trouxe outra notícia impactante. O Operador Nacional do Sistema (ONS) determinou o acionamento de termelétricas (UTEs) — por enquanto as mais baratas. Isso já era preocupação do ONS em 2023 e, acredite, uma explicação estaria na superoferta.

É que a redução da geração pela solar entre o meio e fim da tarde coincide com o usual aumento da demanda. Em três horas somem 30 GW de solar e surgem 10 GW de demanda, que, somados, são atendidos pelas hidrelétricas — e sem espaço para erro. É um fenômeno conhecido como rampa ou "curva do pato". E quanto maior a participação da solar, maior o esforço para manter a segurança do suprimento.

Em julho, os reservatórios esvaziarão 5 pontos percentuais, e pouco mais entre agosto e novembro. O índice de armazenamento, hoje em 68%, chegaria em novembro com 35% ou até mais. Nesse horizonte, o volume de chuvas será da ordem do inédito 50% da média. Por tudo isso, a efetividade da oferta, em 2025, é função das chuvas que cairão entre dezembro e abril. Ou seja, a oferta, mesmo exuberante, não é tão certa assim.

Essa é uma das razões de os modelos matemáticos indicarem, para julho, o uso de UTEs. A outra é a aversão a riscos, para evitar que o limite de déficit de potência seja superado. É isso que o operador, corretamente, procura evitar.

Tem mais: impulsionada por subsídios, a rampa do fim de tarde pode passar, já em 2026, de 60 GW. Será, portanto, tarefa muito complexa, senão incerta, garantir o suprimento sem o acionamento de um montante de UTEs bem maior que o desejável — em termos de custos e emissão de CO_2. Uma opção seria o uso do armazenamento em baterias, que é viável mesmo sem subsídios, mas já enfrenta a resistência dos concorrentes.

Lotado de subsídios espúrios e anomalias regulatórias, o setor elétrico, com sinais de fadiga, oscila entre crises

Mas, ao contrário do que dizem por aí, não é culpa de uma ou outra fonte de geração. A "curva do pato", que requer cuidados adicionais, é uma característica de matriz elétrica com elevada participação da solar. Como não é razoável impedir o avanço dessa fonte, dadas as vantagens ambientais e de custos, é imperativo a definição de estratégias que evitem o solavanco de preço e a precoce elevação dos riscos.

Veja que absurdo. É crescente o número de consumidores atendidos off grid, isto é, fora da rede elétrica. Não porque eles queiram. Em várias distribuidoras, por escassez de investimentos, não há como conectar demandas adicionais. Inexplicável: a oferta é excedente, mas a demanda é reprimida.

O noroeste da Bahia é um caso conhecido, mas longe de ser isolado. A produtividade da agroindústria exige modernos equipamentos de irrigação, que aumentam a demanda. O empreendedor, sem saída, constitui "microgrids" — que combinam solar, diesel, grandes baterias e pequenas hidrelétricas.

Não é necessária a sabedoria de Robert Shiller para notar que estamos diante de uma exuberante irracionalidade. A oferta é abundante, mas a demanda é reprimida. A matriz elétrica é diversificada, mas a segurança segue perigosamente dependente de hidro e termelétricas — nesta ordem. Não há fundamento econômico para tamanha mediocridade.

Lotada de subsídios espúrios e de anomalias regulatórias, típicas inutilidades, a carruagem elétrica, com sinais de fadiga, oscila entre crises. Com suas rédeas pressionadas por lobbies e interesses políticos, há um bom tempo escapou da trilha da razoabilidade econômica.

É fundamental, assim, que seja encontrada uma forma de distanciar o setor elétrico da maldição do vencedor, outro nome da exuberância irracional. A festejada vitória, com a oferta imprudente e não efetiva, que individualiza benefícios e socializa custos, não passa de uma sofrida derrota, marcada pelo crescimento da tarifa e a duvidosa segurança do suprimento.

Edvaldo Santana é doutor em engenharia de produção e ex-diretor da Aneel.

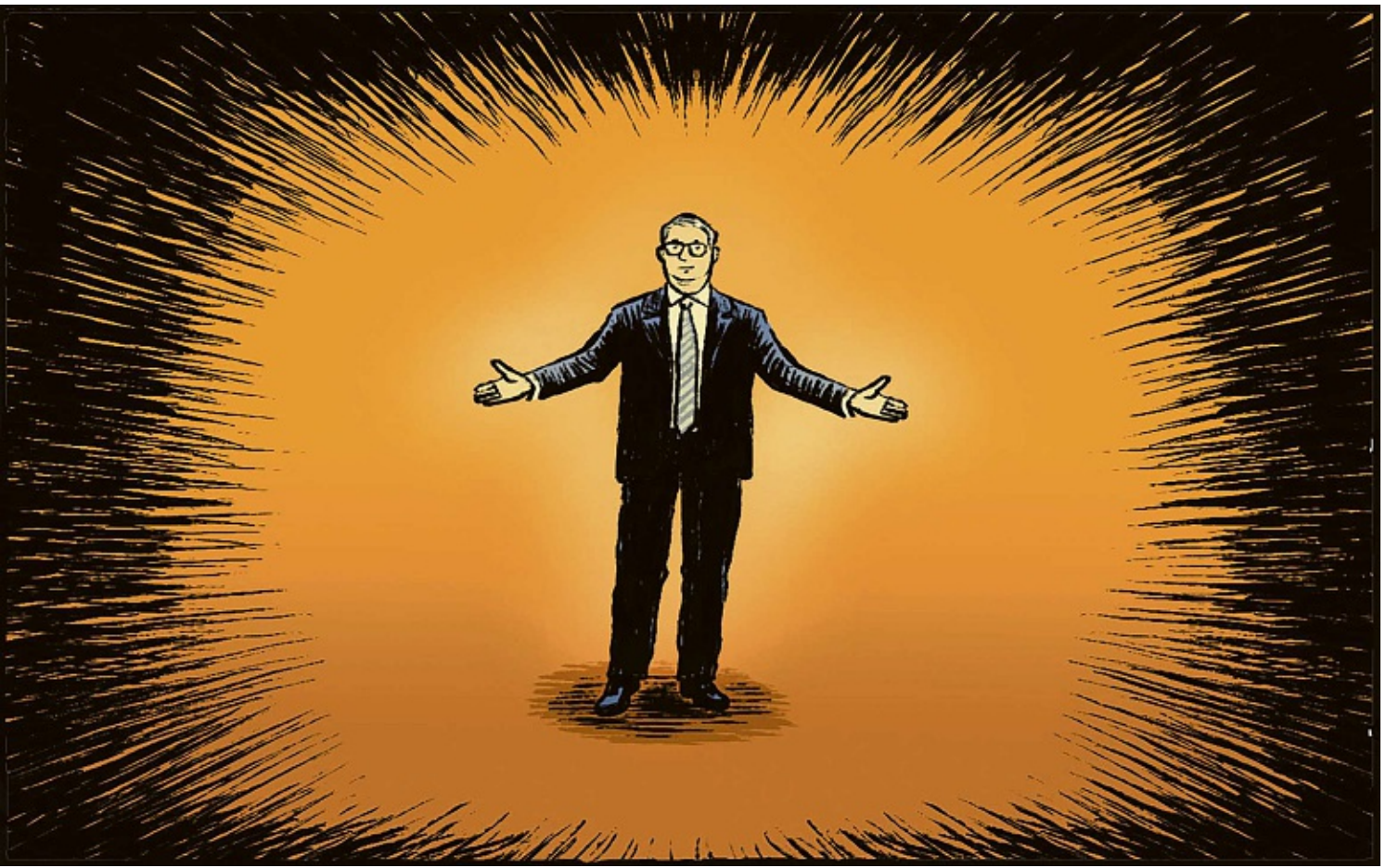
Se a confiança política fracassa, parte do eleitorado segue demagogos mentirosos. Por **Martin Wolf**

As escolhas difíceis de Keir Starmer

Keir Starmer conquistou uma enorme maioria parlamentar com um apoio surpreendentemente frágil. O Partido Trabalhista obteve apenas 34% dos votos. A mudança no apoio aos conservadores desde sua grande vitória de 2019 também demonstra a inconstância extrema do eleitorado.

Talvez o mais perturbador seja o fato de um novo relatório do National Centre for Social Research afirmar que "a confiança nos governos nunca esteve tão baixa". Os detalhes são preocupantes: "45% dos participantes 'quase nunca' acreditam que os governos britânicos de qualquer partido colocam as necessidades da nação acima dos interesses de seus próprios partidos; 58% 'quase nunca' acreditam que os políticos de qualquer partido no Reino Unido dizem a verdade quando se encontram em uma situação difícil; e 71% acreditam que a economia está pior por causa do Brexit, a principal política do governo conservador".

O desafio para o Partido Trabalhista não é apenas governar bem, mas também restaurar a confiança ao fazê-lo. Se ele fracassar nas duas coisas, há uma boa chance de ele ser varrido do poder na próxima vez. Quando a confiança na política respeitável e na política convencional fracassa, uma grande parte do eleitorado abraça promessas de demagogos mentirosos. Ainda assim, os perigos desse tipo de política foram perfeitamente revelados no destino do último governo.

Assim, restringir o comércio com o vizinho mais próximo e o maior mercado do Reino Unido jamais poderia tê-lo tornado mais rico. Um estudo acadêmico interessante intitulado "Nivelando para cima ao nivelar para baixo", chega a três conclusões preocupantes: primeiro, as perdas gerais de produção devido ao Brexit (em relação a um cenário contrafactual sintético) são de pelo menos 5 pontos porcentuais do PIB; segundo, o Brexit reduziu a desigualdade regional, mas fez isso "nivelando por baixo", ou seja, prejudicando, mais as regiões prósperas do que as menos prósperas; e, terceiro lugar, o apoio aos partidos populistas de direita aumentou nas regiões que experimentaram perdas de produção relacionadas ao Brexit. Assim, as perdas causadas pelas mentiras populistas podem beneficiar os políticos que as propõem.

Esta pode ser a última chance para o 'centrismo' no Reino Unido. Por outro lado, poderá ser a última chance para qualquer governo que tente apresentar resultados, em vez de apenas canalizar a raiva. Este governo precisa então realmente entregar resultados

No entanto, isso não ajudou os conservadores, porque eles não conseguem jogar a carta populista tão bem quanto Nigel Farage. Eles também precisam do apoio das pessoas que esperam que um partido no governo mostre decência, sobriedade, seriedade, credibilidade e competência.

Agora vem Starmer. A grande questão é se ele conseguirá restabelecer a confiança apresentando resultados, a única forma que provavelmente funcionará no longo prazo. Ele subiu ao poder não só devido aos fracassos evidentes do governo anterior, mas também devido ao desempenho excepcionalmente fraco da economia desde a crise financeira de 2007-2009, seguida pelas perdas causadas pelo Brexit, a pandemia e pela "crise do custo de vida". Os conservadores não tiveram resposta para a primeira e foram brutalmente espancados pelas três últimas.

O desafio de Starmer, e o de sua ministra das Finanças, Rachel Reeves, é bem simples: ele prometeu melhorar as coisas, mudando muito pouco ao mesmo tempo. Essa cautela foi evidentemente excessiva e agora será muito mais difícil governar.

Um problema imediato causado por essa cautela surge do imperativo de melhorar os serviços públicos, especialmente o Serviço Nacional de Saúde (NHS) e o governo local. Como isso será possível em uma economia estagnada sem aumentar o endividamento ou arrecadar mais do que uma quantia insignificante em impostos extras? Sim, o Partido Trabalhista poderá ter sorte. Talvez o fim de todos os choques recentes e o aparecimento de um governo estável sejam suficientes para reativar o crescimento. Mas e se não forem?

Meu colega Robert Shrimsley disse que esta pode ser a última chance para o "centrismo" no Reino Unido. Por outro lado, poderá ser a última chance para qualquer governo que tente apresentar resultados, em vez de apenas canalizar a raiva. Este governo precisa então realmente entregar esses resultados.

Como afirma o ex-economista-chefe do Banco da Inglaterra Andy Haldane, eles terão que tomar algumas medidas ousadas. Eu destacaria uma aproximação muito maior com a União Europeia, a liberalização radical do planejamento, a flexibilização das regulamentações, o apoio à inovação, a descentralização do poder, reforma tributária, fortalecimento do sistema previdenciário, promoção do aprendizado ao longo da vida, racionalização da imigração e melhoria da eficiência dos serviços públicos e da administração. Eles também terão que elevar os impostos, incluindo a reforma da tributação das terras e a substituição dos impostos sobre os combustíveis por um imposto sobre a emissão de gases do efeito estufa.

O problema é que nada disso será fácil e algumas partes foram descartadas antecipadamente. Mas quebrar promessas agravaria ainda mais a falta de confiança que eles herdaram. Esta é, então, a armadilha que os fracassos do Partido Trabalhista criaram. É de enorme importância que Starmer encontre uma saída para isso. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Vão em frente. Anunciem a candidatura à Presidência, me desafiem na convenção".

Do presidente americano, Joe Biden, ao elevar o tom contra críticos do Partido Democrata que querem que ele desista de ser candidato, após o desastre em debate contra Donald Trump

Cartas de Leitores

Reajuste da Petrobras

Após 194 dias sem reajuste, a Petrobras anunciou ontem o reajuste de R$ 0,20 por litro de gasolina para as distribuidoras. Isso representa um reajuste de 7,11% sobre o preço praticado. Sobre o diesel, o reajuste foi zero. Considerando-se que a 194 dias atrás, em 27/12/23, data do último reajuste, o petróleo estava cotado a US$ 80,75 o barril (hoje US$ 85,80) e a cotação do dólar equivalia a R$ 4,8365 (hoje R$ 5,46), fica claro que a política de reajuste de preços da Petrobras não existe. A empresa reajustou os combustíveis ao bel prazer de seus dirigentes, se aproveitando de sua posição monopolista, em completo desrespeito a seus acionistas.

O governo atual continua entendendo a empresa como de sua exclusiva propriedade, que e utiliza a sua vontade, sem nenhuma necessidade de prestar contas a seus demais acionistas e a sociedade. Até quando a CVM continuará aceitando tal absurdo?

Mario Averbuck
maverbuck@gmail.com

Gilmarpalooza

O encontro jocosamente denominado Gilmarpalooza é promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), que tem como um dos sócios o atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. A entidade declara caracterizar-se pelo oferecimento de cursos e seminários ligados ao aprimoramento da ciência do Direito, inicialmente desenvolvidos em instituições nacionais. Logo, porém, se internacionalizou. Sua edição de 2024, como várias anuais anteriores, teve Lisboa como sede, onde foram apresentadas palestras temáticas, proferidas, em sua maioria, por brasileiros que para lá se deslocaram, juntamente com representantes de várias empresas envolvidas em processos da Corte Suprema, tudo bancado, em última análise, pelo contribuinte tupiniquim. O evento foi mal acolhido pela mídia portuguesa, a ponto de um de seus veículos tachá-lo como "orgia de promiscuidade".

Para um país que está tentando equilibrar suas contas, convescotes como esses deveriam se circunscrever ao seu território e apresentar ampla divulgação dos seus reais benefícios à sociedade.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correção

A Sequoia Logística e Transportes teve prejuízo líquido de R$ 121,2 milhões no primeiro trimestre, em suas operações combinadas com a Move3, e não lucro, como foi erroneamente informado na nota "Resultado da Sequoia" publicada na seção Curtas da página B8 da edição de 8 de julho de 2024. Considerando apenas a Sequoia, houve prejuízo de R$ 110,2 milhões no período, um aumento de 25,63% sobre as perdas do primeiro trimestre de 2023.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Indicadores sociais Transferência de renda, mercado de trabalho, seca menos intensa e salário mínimo ajudam a melhorar situação, mas região ainda é mais afetada do país

Nordeste responde por metade da queda da extrema pobreza no país

Lucianne Carneiro
Do Rio

Com o impulso das mudanças nos programas de transferência pré-eleição de 2022 e no início de 2023, a extrema pobreza no Brasil reduziu pela metade no pós-pandemia: caiu de 19,2 milhões em 2021 para 9,5 milhões em 2023. Dos brasileiros que deixaram a extrema pobreza, metade vivia no Nordeste. A região ainda mantém, no entanto, 5,2 milhões com rendimento per capita de até R$ 209 por mês, quase 10% de sua população, mostra estudo do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Além do Bolsa Família, estudiosos citam também como fatores que contribuem para esse movimento a melhoria do mercado de trabalho, chuvas mais regulares nos últimos anos e o reajuste real do salário mínimo — que beneficia trabalhadores e beneficiários do INSS, como quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), programa voltado para idosos e pessoas com deficiência.

O estudo dos pesquisadores do FGV Ibre mostra ainda ritmos de queda diferentes entre os nove Estados do Nordeste e contingentes de pobres e extremamente pobres bem distantes, mas que muitas vezes passam despercebidos. Especialistas afirmam que em geral a região é vista como um bloco único, mas que as heterogeneidades entre os Estados demandam uma agenda de políticas públicas adequada para as realidades diversas. Além disso, defendem que é preciso ampliar o trabalho de avaliação das políticas voltadas para a região, diante de décadas de programas com resultados lentos na redução da miséria.

"Os números mostram que os programas de transferência de renda têm impacto forte na pobreza e na extrema pobreza. Houve uma redução significativa no Nordeste, mas ainda é a região que tem mais pobres e extremamente pobres", afirma o coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibre e professor de Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Flávio Ataliba Barreto.

Para avançar na política de redução de pobreza, defende que é preciso considerar as especificidades dos nove Estados nordestinos. "O Brasil é um país muito desigual regionalmente, só que também há diversidade dentro do próprio Nordeste. Pensar apenas a região é algo abstrato, é preciso foco nos diferentes Estados nordestinos", diz ele, um dos autores do estudo, ao lado dos pesquisadores João Mário Santos de França, Vitor Hugo Miro e Arnaldo Santos.

No trabalho, extremamente pobres são aquelas que vivem com renda domiciliar per capita de até R$ 209 por mês. Isso significa, por exemplo, que uma família com pai, mãe e dois filhos tenha R$ 836 por mês para arcar com despesas como moradia, alimentação, energia elétrica, transporte e remédios, por exemplo. O grupo dos pobres reúne quem tem renda domiciliar per capita de até R$ 667 por mês. O estudo calcula a distribuição da pobreza no país a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pelo Censo Demográfico 2022, a população nordestina era de 54,6 milhões de pessoas, ou 26,9% dos 203,08 milhões dos habitantes no país. Essa fatia, no entanto, é superior quando se considera os extremamente pobres (5,2 milhões de pessoas, ou 55,2% do grupo no país) e os pobres (27,54 milhões, ou 45,6% dos pobres no país).

Por outro lado, a participação do Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) nacional é muito inferior à representatividade de sua população. Pelas informações mais recentes do IBGE, referentes ao ano de 2021, o Nordeste respondia por 13,8% do PIB brasileiro. Entre 2002 e 2021, um intervalo de 20 anos, essa fatia oscilou apenas entre 12,84% em 2023 e 14,48% em 2017.

CRIS VICENTE/DIVULGAÇÃO

Flavio Ataliba Barreto: "Programas de transferência de renda têm impacto forte na pobreza e extrema pobreza"

> "Não existe uma única razão para a redução da pobreza no pós-pandemia; temos muitos fatores que contribuem"
> *Cícero Péricles Carvalho*

Em termos absolutos, a Bahia é o Estado nordestino com o maior contingente populacional na extrema pobreza: 1,32 milhão ou 9,3% da população, considerando os dados do estudo e do Censo 2022. A maior incidência da extrema pobreza, no entanto, aparece no Maranhão, onde quase 13% estão nesta situação, ou 879,3 mil pessoas. Na passagem entre 2021 e 2023, o ritmo de redução entre extrema pobreza entre 40,4% no Ceará e 56,9% no Rio Grande do Norte.

"A situação do Maranhão é a mais grave. É um Estado com alta informalidade no mercado de trabalho e uma parcela grande de sua população sem instrução. O período pós-pandemia registrou redução da pobreza e da extrema pobreza", afirma Andreia Andrade dos Santos, professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc, localizada em Ilhéus, na Bahia).

A Bahia também é o Estado com maior parcela da economia brasileira entre os Estados nordestinos, de 3,9%, seguida por Pernambuco (2,5%) e Ceará (2,2%). Na outra ponta, os Estados com as menores economias na região são Sergipe (0,6%) e Piauí (0,7%).

"Não existe uma única razão para a redução da pobreza no pós-pandemia. Temos muitos fatores que contribuem para essa realidade", reforça o professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Cícero Péricles Carvalho, especialista na economia de Alagoas e do Nordeste, com foco na questão da pobreza.

Na sua avaliação, há uma combinação de aumento de investimentos públicos e privados — tanto de empresas nacionais quanto de grupos locais —, chuvas regulares na região do semiárido desde 2016; as políticas públicas sociais, como Bolsa Família e BPC; o reajuste real do salário mínimo; o avanço do mercado formal de trabalho e o crescimento do turismo.

Dos cerca de 1.800 municípios nordestinos, quase 1.500 estão no semiárido, explica Carvalho. Após um período de secas intensas entre 2012 e 2016, o período desde então tem sido de chuvas regulares, com impacto relevante na agricultura, seja a familiar ou a de grande porte, que tem se expandido na Matopiba, região que compreende os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e tem se destacado como fronteira agrícola.

"As políticas públicas têm capilaridade e ampliam o consumo. Esse impacto no consumo dinamiza as indústrias. Mas a participação da indústria é pequena nos Estados do Nordeste, então quando há aumento de renda há um certo 'vazamento de crédito'", pondera Carvalho.

Ao analisar a situação da pobreza nos nove Estados Nordestinos, Flávio Ataliba Barreto lembra que o perfil da economia de cada um deles é diferente, com motores distintos para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), o que pode ajudar a explicar o ritmo de redução da pobreza. A despeito dessas disparidades, acredita que há espaço para uma troca maior de experiências e também de avaliação de políticas públicas.

"Em um momento de restrição de recursos, é importante avaliar as políticas públicas, entender a razão de alguns Estados terem mais sucesso que outros. E por que não se consegue transbordar essas políticas e tecnologias?", destaca.

Essa avaliação de políticas, afirma a professora da Uesc, permite também uma adequação das iniciativas para as diferentes realidades. "De fato, são Estados diferentes. Não há fórmula mágica [para redução da pobreza]", nota dos Santos.

O professor da Ufal cita o conceito de "mosaico do Nordeste", do escritor Manuel Correia de Andrade, autor de "A terra e o homem do Nordeste", para citar as disparidades entre os Estados e as diferentes regiões do Nordeste, com o litoral mais rico e a pobreza maior à medida que se avança para o interior. Na sua análise, existe hoje uma espécie de "colchão social", com os avanços dos últimos 25 a 30 anos, mas o ritmo das melhorias é menor do que seria de se esperar diante das instituições voltadas para o desenvolvimento e a redução da pobreza no Nordeste.

"Temos um conjunto grande de órgãos voltados apenas para o Nordeste. Não é por falta de instrumentos que o Nordeste sofre tanto, é porque os instrumentos foram capturados por interesses políticos e não desenvolvimentistas", diz Carvalho.

Os números na região

Apesar de queda, pobreza ainda é maior no Nordeste

Pobreza - em milhões de pessoas

	2021	2023	Variação (em nº absoluto)	Variação (em %)
Brasil	78,384	60,406	-17,978	**-22,9**
Nordeste	32,989	27,547	-5,441	**-16,5**
Maranhão	4,709	3,789	-0,919	**-19,5**
Piauí	1,705	1,499	-0,205	**-12,1**
Ceará	5,018	4,500	-0,518	**-10,3**
Rio Grande do Norte	1,815	1,571	-0,244	**-13,4**
Paraíba	2,268	1,935	-0,332	**-14,7**
Pernambuco	5,792	4,695	-1,096	**-18,9**
Alagoas	2,030	1,564	-0,466	**-23,0**
Sergipe	1,306	1,074	-0,232	**-17,8**
Bahia	8,343	6,917	-1,425	**-17,1**

Extrema Pobreza - em milhões de pessoas

	2021	2023	Variação (em nº absoluto)	Variação (em %)
Brasil	19,200	9,528	-9,672	**-50,4**
Nordeste	10,130	5,262	-4,867	**-48,1**
Maranhão	1,619	0,879	-0,740	**-45,7**
Piauí	0,529	0,265	-0,263	**-49,8**
Ceará	1,453	0,866	-0,586	**-40,4**
Rio Grande do Norte	0,530	0,228	-0,301	**-56,9**
Paraíba	0,675	0,300	-0,375	**-55,6**
Pernambuco	1,877	0,907	-0,970	**-51,7**
Alagoas	0,549	0,298	-0,251	**-45,8**
Sergipe	0,353	0,191	-0,162	**-45,9**
Bahia	2,540	1,324	-1,216	**-47,9**

Fonte: Elaboração do FGV Ibre, a partir de dados da Pnad Contínua, do IBGE

FGV Ibre tem centro de pesquisa para a região

Do Rio

O estudo sobre a evolução da pobreza e a extrema pobreza no Nordeste foi realizado pelo recém-estruturado Centro de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), com base em Fortaleza (CE). O objetivo, segundo o coordenador do centro, Flávio Ataliba Barreto, é contribuir para o desenvolvimento da região, que teve sua riqueza estagnada nas últimas décadas.

"A participação do Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é praticamente a mesma nos últimos 50 anos, em torno de 13%, 14%. Nossa ideia é olhar para a região e contribuir para o seu desenvolvimento. Temos que reforçar o entendimento sobre as particularidades do Nordeste", afirma Ataliba, que também é professor titular da Universidade Federal do Ceará (UFC) e ex-titular da Secretaria de Planejamento do Ceará.

O Nordeste tem o correspondente a 13,8% do PIB brasileiro, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são de 2021, mas 26,9% de sua população, de acordo com o Censo Demográfico 2022.

Como referência, a região Sul tem 14,7% da população, mas 17,3% da economia nacional. O Sudeste, por sua vez, responde por 41,8% da população e 52,3% da economia.

Inicialmente, o centro tem nove pesquisadores associados, do Ceará e de Pernambuco, mas o planejamento é ampliar esse grupo com estudiosos de outros Estados, que possam aprofundar pesquisas em áreas como potencialidades da economia, investimentos, comércio exterior e pobreza, por exemplo.

Ao falar sobre a necessidade de pesquisas sobre a região, Ataliba lembrou o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado no fim dos anos 50 pelo economista Celso Furtado.

"A gente precisa pensar o Nordeste com outras bases, a economia digital vem com toda a força, a energia renovável, em que o Nordeste é um celeiro... Existem novas agendas que surgem no cenário internacional e é preciso pensar como o Nordeste se encaixa nisso para que a dinâmica da região seja muito mais forte", defende.

Por enquanto, segundo Ataliba, o Consórcio Nordeste — que reúne os governadores dos nove Estados da região — ainda está mais focado nas questões políticas. "Precisamos de mais integração, não só dos políticos, mas também dos técnicos". *(LC)*

Finanças
Wall Street questiona onde foram parar os "achados" na Bolsa de Valores
C6

Telecom Implementação do 5G completa dois anos com metas sendo atingidas, diz Caram, da Anatel B4

Conjuntura Tecnologia pode substituir a indústria como maior cliente de energia B2

Metais Norsk Hydro investe R$ 1,6 bi para produzir "alumínio verde" no Brasil B3

Hospital H.I.G. quer tirar empresa do Novo Mercado com OPA a R$ 0,70; demais acionistas são contra

B3 no meio do fogo cruzado entre os minoritários e o controlador da Kora

Beth Koike
De São Paulo

Há dois meses, minoritários e o controlador da rede de hospitais Kora, a gestora de private equity H.I.G., estão em rota de colisão. O fundo, que detém uma fatia de 68%, quer retirar a companhia do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa, e realizar uma oferta pública de ações (OPA) com o papel a R$ 0,70 — o que desagrada aos minoritários que pagaram 10 vezes mais em 2021, na abertura de capital. No meio desse fogo cruzado está a B3.

A bolsa acatou há cerca de um mês um pedido dos minoritários — um grupo formado pelas gestoras Leblon Equities, Polo Capital, Fourth Sail e Iridum, que detêm 3,5% da Kora. Eles argumentaram que dois fundadores da companhia — os médicos Bruno Moulin Machado e Ivan Lima, que, juntos, têm 10,6% — não poderiam votar na assembleia que definiria a saída da rede hospitalar do Novo Mercado porque ambos, apesar de fazerem parte do "free float", têm um acordo de acionistas com o controlador para decisões em conjunto.

Nesse caso, apenas quem tem papel em circulação pode votar, a H.I.G., está impedido por ser parte interessada. A fatia acionária dos dois médicos representa a metade do "free float" da Kora, que é de apenas 20,3%, e consequentemente seus votos são decisivos.

DIVULGAÇÃO

Hospital Meridional, da Kora: Ativos do grupo hoje valem mais do que a companhia como um todo na bolsa

A decisão da B3 surpreendeu a H.I.G. que, por sua vez, foi questioná-la sobre o motivo de acatar a queixa dos minoritários sem ouvir o outro lado. Um dos argumentos do controlador é que a bolsa aceitou, na época da oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês), que os médicos fundadores participassem do "free float" para que a companhia pudesse ter uma fatia mínima de ações em circulação e ser classificada dentro das regras do Novo Mercado. Há também questionamentos sobre a insegurança jurídica que pode ser gerada no mercado com uma mudança das regras no meio do jogo.

> Valor de mercado da rede caiu de R$ 5,5 bilhões, em 2021, para cerca de R$ 500 milhões este ano

Trocando em miúdos: qualquer decisão da B3 será questionada pelas partes interessadas.

"A B3 esclarece que, no dia 10 de junho, emitiu um parecer sobre a realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Kora Saúde, em resposta ao pedido realizado por acionistas minoritários da companhia. A B3 está avaliando os recursos apresentados e deve emitir uma nova posição sobre o caso, ainda sem data definida."

Caso, a bolsa mantenha sua primeira decisão de impedir os médicos de votarem, provavelmente a Kora se manterá no Novo Mercado, uma vez que o grupo de minoritários, que tem 3,5%, se posicionará contra. Os demais acionistas estão pulverizados em milhares de pessoas físicas.

Hoje, a Kora é uma empresa em que seus hospitais isoladamente valem mais do que a companhia toda na bolsa. Seu valor de mercado na B3 é de cerca de R$ 500 milhões. Segundo fontes, o grupo buscou investidores para se capitalizar, mas devido à alta alavancagem as conversas não prosperaram. Houve ainda outras negociações com fundos especializados em situações especiais que não prosperaram.

A gestora H.I.G. quer migrar a Kora para o segmento básico da bolsa para aumentar as possibilidades de captação de recursos, via instrumentos não aceitos no Novo Mercado.

Esse não é o primeiro conflito entre os acionistas. Em 2018, quando a H.I.G. entrou no negócio comprando o controle do Hospital Meridional, ativo que deu origem à Kora, um outro grupo de minoritários, formado por cinco médicos, foi à Justiça reclamar que não foi dado a eles o direito de preferência acordado na época entre eles.

Esses médicos alegaram que só souberam da venda do controle à H.I.G. quando a operação já estava concluída. Até hoje, esse processo está parado no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), aguardando abertura dos documentos. Um pouco antes do IPO, esses minoritários tentaram barrar a abertura, mas a Justiça negou o pedido de liminar.

> **R$ 7,20** foi o preço da ação no IPO

A Kora abriu o capital em agosto de 2021, valendo R$ 5,5 bilhões (hoje, seu valor de mercado é da ordem de R$ 500 milhões), com o papel a R$ 7,20. Ontem, a fechou cotada a R$ 0,67.

Para a OPA, o controlador está ofertando o papel a R$ 0,70 — valor inferior ao preço sugerido, há dois meses, que era de até R$ 0,87. O novo preço foi estabelecido a partir de um estudo feito pela consultoria EY. Nesse material, a EY apresenta três opções: um "range" entre R$ 0,61 a R$ 0,67 com base no fluxo de caixa descontado, ou R$ 1,24, considerando o valor do patrimônio líquido avaliado em R$ 959,7 milhões. Outra alternativa é pagar R$ 1,02 conforme a média dos 12 meses. Segundo fontes, os minoritários não descartam a possibilidade de pedir um contra laudo.

Procurados, a H.I.G. informou que o caso dos primeiros minoritários está na Justiça e que, por isso, não pode comentar. A Kora informou que "essa questão da saída do Novo Mercado e de uma eventual OPA é uma prerrogativa dos acionistas controladores. Os acionistas minoritários têm também o direito de se pronunciar e essa questão será decidida por eles durante o transcorrer do processo que tem um rito legal que está sendo seguido. Enquanto isso, continuamos trabalhando intensamente para entregar resultados e manter a companhia no caminho certo." O grupo de minoritários preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

Petrobras eleva gasolina em 7%, mas não mexe no diesel

Combustíveis

Kariny Leal e Victoria Netto
Do Rio

A Petrobras anunciou ontem (8) alta de R$ 0,20 por litro, ou 7%, nos preços da gasolina para as distribuidoras a partir de hoje, o primeiro ajuste do combustível da gestão de Magda Chambriard e de 2024. A estatal também aumentou os preços do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o gás de cozinha, em R$ 3,10. Apesar do reajuste, a gasolina mantém a defasagem em relação à paridade internacional, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**.

O anúncio eleva a apreensão sobre o diesel, que não sofre mudança desde 26 de dezembro e segue defasado na comparação com o exterior. Os aumentos na gasolina e GLP representam pressão sobre a inflação.

A Petrobras calcula que o preço da gasolina C na bomba ficará R$ 0,15 mais caro, considerando a mistura obrigatória de 73% da gasolina A e 27% de etanol anidro. A última vez que a estatal ajustou a gasolina foi corte de R$ 0,12 em outubro. Segundo a empresa, desde a implementação da estratégia comercial, em maio do ano passado, a gasolina acumula redução de R$ 0,17 por litro. O último aumento da gasolina havia sido em agosto.

A defasagem do preço da gasolina ficou em R$ 0,34 por litro, ou 11,6%, depois do reajuste de ontem, estima a StoneX. Quanto ao diesel, o preço está defasado em R$ 0,29 em relação ao internacional, ou 8,4%. Segundo o analista da consultoria, Thiago Vetter, a dependência do mercado nacional sobre o diesel eleva a importância de ajustar o preço desse combustível, para garantir o abastecimento: "É importante continuar acompanhando as movimentações de preços e posicionamento da empresa no futuro."

Para a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a gasolina segue defasada em R$ 0,34 por litro, ou 10%, após o reajuste. O diesel tem defasagem de R$ 0,54 por litro, ou 13%. "Petrobras ficou todo esse tempo com preços congelados, e agora anunciou reajuste que não é suficiente para eliminar a defasagem da gasolina", disse Sergio Araújo, presidente da Abicom. "Acho que a Petrobras deveria também fazer o reajuste do diesel, o preço está baixo. O volume de diesel comercializado é maior que a gasolina. A gasolina tem impacto maior na inflação do que o diesel."

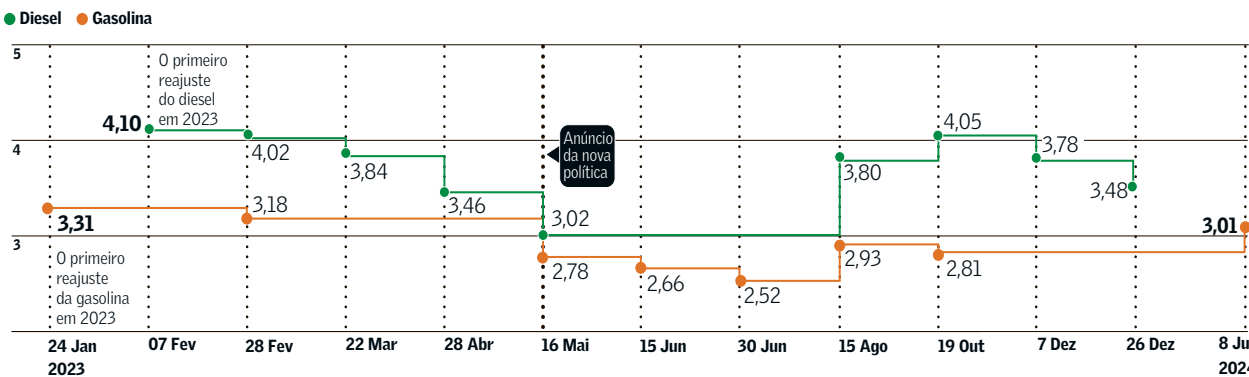
Pedro Rodrigues, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), concorda que a Petrobras deveria reajustar o diesel, mas com a estratégia de preços adotada pela empresa em 2023 não é possível prever: "É difícil dizer quando a Petrobras vai reajustar. O mercado esperava que a empresa iria reajustar a gasolina [em algum momento], mas ninguém sabe explicar a razão dos 7%, porque ainda há defasagem." Rodrigues diz que, ainda que não tenha solucionado a defasagem, a alta significa mais receita para a empresa. "Os investidores talvez estejam otimistas com o anúncio, porque o patamar do barril está crescendo, então acredita-se que terá mais dividendo no bolso. O mercado entendeu que o presidente Lula quer a Petrobras com intervenção maior, mas quando os investidores veem a Magda fazendo esse movimento [de reajuste], o otimismo aumenta."

Uma fonte diz que a apreensão sobre o diesel se dá porque a companhia costuma fazer os reajustes ao mesmo tempo. O fato de o anúncio de ontem ter sido sobre a gasolina e o GLP indica que ainda deve demorar para haver um reajuste sobre o diesel. "Ao mexer na gasolina e não no diesel há sinalização de que o preço continuará defasado por mais tempo. A movimentação sem um critério claro e divulgado deixa o mercado de combustíveis apreensivo. O momento é desfavorável para os importadores de combustíveis."

O Goldman Sachs disse que o anúncio da Petrobras pode reduzir as preocupações dos investidores sobre possível intervenção na política de preços dos combustíveis. Após o reajuste, o banco vê os preços locais da gasolina e do diesel em aproximadamente 14% e 18% abaixo dos preços de referência de importação, respectivamente.

Para o Citi, os aumentos devem impulsionar a geração de caixa do segmento de refino da Petrobras, mas pondera que o reajuste não é suficiente para zerar a defasagem. "Na indústria de distribuição de combustíveis, o efeito da ação do preço da Petrobras deverá ser positivo a curto prazo, uma vez que o preço mais elevado da gasolina aumentará as margens do lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda), mas o aumento de preços poderá impactar a geração e o retorno de fluxo de caixa, pois os preços mais elevados terão implicações no consumo de capital de giro, a partir de estoques mais elevados", afirmou o banco.

Com o reajuste, a expectativa de analistas para a inflação medida pelo IPCA varia de alta de 0,18 ponto percentual, de acordo com a Warren até 0,20 p.p. estimados pela ASA Asset e pela Fundação Getulio Vargas (FGV). "Considerando a desvalorização do real frente ao dólar e a defasagem do preço internacional, o reajuste joga a expectativa de inflação pelo menos 0,20 pp para cima, considerando o GLP", diz o economista da FGV Ibre, André Braz. Ele projeta um IPCA de 2024 em 4,2%. ***(Colaborou Marcelo Osakabe, de São Paulo)***

Trajetória dos preços da estatal
Mudanças nos combustíveis desde 2023; diesel não teve ajuste em 2024 - em R$/litro

Fontes Petrobras e elaboração própria

R$ 0,20 foi o aumento anunciado na gasolina A para distribuidoras

R$ 0,15 é o cálculo da Petrobras de aumento da gasolina C na bomba

Estratégia Empresas do setor veem demanda crescente de gigantes de tecnologia como novo mercado

IA é aposta das elétricas para absorver energia excedente

Robson Rodrigues
De São Paulo

Diante de um contexto de sobra de energia no mercado brasileiro, as companhias do setor elétrico têm visto no segmento de tecnologia da informação um potencial para absorver o excedente de energia desperdiçada.

A crescente demanda de eletricidade das gigantes de tecnologia para processar bilhões de dados em microssegundos converge para a solução da sobreoferta de energia no Brasil. Se no passado, as indústrias eletrointensivas estavam vinculadas aos segmentos de mineração, cimenteiras, metalurgia, agora elas dividem espaço com as "big techs".

Um relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) estima que o consumo de energia em data center no mundo, que foi de 460 terawatt-hora (TWh) em 2022, pode chegar a 1.050 TWh em 2026 com o avanço da IA, isso é mais que o dobro da energia que o Brasil consome em um ano inteiro.

Criptomoedas, jogos em nuvem, realidade virtual, "blockchain", treinamento de máquinas, entre outros, estão impulsionando a demanda por serviços de dados, e, consequentemente, de energia. Ou seja, a IA está emitindo carbono na atmosfera, gerando lixo eletrônico e trará consequências ambientais, o que torna um desafio para as matrizes energéticas globais.

O especialista em inteligência artificial e CEO da SciCrop, José Damico, lembra que o assunto sobre o consumo e a pegada de carbono ganhou força no fim de 2022, quando o bilionário Elon Musk perguntou no X (antigo Twitter) ao CEO da OpenAI, Sam Altman, sobre o custo médio de conversa pelo ChatGPT. A resposta foi de que a IA tem impacto ambiental fortíssimo.

"Se nós, como sociedade, não cobrarmos uma postura ecologicamente correta das empresas que produzem inteligência artificial, estaremos ignorando um grande problema ambiental. Não faz sentido que estes grandes modelos de IA funcionem em países onde a produção de energia vem de matrizes pouco renováveis", diz.

O diretor da Atlas no Brasil, Fábio Bortoluzo, conta que nos EUA, as "big techs" têm uma capacidade de 9 GW em data centers e é esperado que tripliquem essa potência em 2028. "Na América Latina, já vemos uma demanda por 3 GW e pode chegar até 15 GW nos próximos 4 anos. A procura é por novos projetos, porque as 'big techs' têm requisitos de adicionalidade de geração renovável para promover a mudança da matriz", explica.

Empresas, como Google, por exemplo, aumentaram em 48% as emissões totais de gases de efeito estufa, de acordo com o último relatório ambiental da empresa. Por outro lado, um levantamento da BloombergNEF, mostrou que as grandes empresas no mundo anunciaram cerca de 450 contratos corporativos de compra de energia em 2023, totalizando 46 GW, aumento de 13% em relação ano anterior, e foram as "big techs" que puxaram a compra de energia renovável (*ver gráfico*).

No Brasil, as principais operadoras de telecomunicação têm se associado a geradoras renováveis em contratos de autoprodução buscando reduzir o custo do megabyte, como no caso da parceria entre Algar e a Matrix. Mesmo assim, é o setor industrial que puxa a demanda por energia no Brasil.

O consultor técnico da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), Gláucio Faria, diz que o setor de metalurgia foi o que mais consumiu eletricidade no Brasil nos últimos 10 anos, seguido pelos segmentos de comércio e produtos alimentícios. Estes três segmentos corresponderam a cerca de 20% do consumo brasileiro em 2023.

Ele destaca que o Brasil possui uma matriz de geração de eletricidade de cerca de 90% renovável, o que pode ser uma oportunidade para estes novos demandantes de energia da área de tecnologia da informação terem o Brasil como base e mitigar suas emissões no consumo.

> "Não faz sentido IA funcionar em países de matrizes pouco renováveis"
> *José Damico*

Em meio à turbulência dos mercados mundiais de energia, o Brasil tem sido visto como porto seguro por ser uma democracia com economia estável e um setor elétrico altamente regulado. Um dos principais acordos firmados aqui foi da Microsoft com a AES Brasil (recentemente vendida para a Auren), com contrato para o fornecimento de energia renovável pelo prazo de 15 anos.

A IFS usa IA embarcada em suas soluções. O presidente da companhia para a América Latina, Lávio Falcão, conta que a parceria com o Microsoft Azure aumentou a oferta da IFS em serviços de computação em nuvem (IFS Cloud) e inteligência artificial (IFS.ai). "A parceria de apoio e colaboração entre as duas empresas viabilizou a execução de grandes projetos com inteligência artificial."

Crítico da atual política de subsídios no setor elétrico que elevam ainda mais a oferta de energia, o presidente da Engie Brasil, Eduardo Sattamini, acredita que os formuladores de políticas públicas deveriam estimular o aumento da demanda na atração de indústrias de diferentes segmentos eletrointensivos para o Brasil.

"Um caminho é estimular grandes empresas de tecnologia a investir no país como estratégia de competitividade para seus data centers, que consomem muita energia e encontrarão em nosso país uma proposta de valor única: baixos preços e geração renovável."

Se antes, a decisão de mover uma indústria de um país para outro estava no custo da mão de obra, o consenso é que hoje a energia barata entra como um novo fator. O presidente da dinamarquesa Danfoss, Kim Fausing, acrescenta que a descarbonização dos data centers é uma prioridade climática fundamental.

"Os data centers representam de 1% a 1,5% do uso global de eletricidade. Parcerias serão cruciais para identificar soluções e criar um modelo sobre como integrar Data Centers nas comunidades locais, utilizando recursos de forma mais eficiente, como a energia sob a forma de calor residual, até à redução da utilização de água", explica.

Data centers terão papel relevante

"Big techs"crescem como consumidoras de energia no mundo, mas no Brasil a indústria ainda lidera demanda

Consumo no Brasil ainda puxado pelo setor industrial**
Em MWh

Setor	MWh
Metalurgia	47.585
Alimentícios	25.533
Químicos	18.835
Produtos minerais não-metálicos	14.031
Extração de minerais metálicos	13.795
Borracha e material plástico	10.199
Papel e celulose	9.466
Automotivo	6.581
Têxtil	6.031
Produtos metálicos*	4.328

Big techs dominam compra de energia renovável no mundo**
Em MW

Empresa	MW
Amazon	8.764
Meta	3.052
LyondellBasell	1.327
Google	996
Tata Steel	966
Air Liquide	889
Albras	767
Albert Heijn	760
Microsoft	698
Orange	646

Fonte: Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) e BloombergNFE * Exceto máquinas e equipamentos **Em 2023

Pensionistas da Sabesp pedem à Justiça para B3 ser notificada sobre passivo

Privatização

Taís Hirata
De São Paulo

A Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp (AAPS) pediu à Justiça para notificar a B3 sobre um passivo trabalhista que, segundo a entidade, está provisionado de forma inadequada no balanço da empresa — o que o grupo nega. A organização calcula que o valor a ser pago é de ao menos R$ 1,5 bilhão, podendo chegar até R$ 2,2 bilhões, enquanto o montante provisionado é de R$ 426,5 milhões. Hoje, as partes analisam a possibilidade de um acordo, mas a possível negociação foi jogada para depois da privatização, que deverá se concretizar em 22 de julho.

O temor dos pensionistas é que, após a venda e a mudança da gestão, a Sabesp tente alegar que não tem responsabilidade sobre o passivo, afirma o advogado Marco Antonio Innocenti, que representa a AAPS. A alegação não seria exatamente uma novidade: em um caso correlato, a Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) tenta negar sua responsabilidade sobre passivos trabalhistas herdados da Cesp (Companhia Energética de São Paulo) na privatização de 2006. Na ação, a empresa já sofreu decisão contrária no Supremo Tribunal Federal em 2020, mas ainda há recursos em aberto.

Para Vera Monteiro, professora de Direito Administrativo da FGV-Direito, no caso da Sabesp, seria muito difícil a companhia não assumir a responsabilidade. "Na privatização, a empresa continuará a mesma. Quando tem a venda do ativo, o novo controlador é o novo responsável", diz.

"[O passivo] não vai sumir, com ou sem privatização, o problema continua da Sabesp, que será executada. O que queremos é que saibam que essa dívida existe, e que o valor não é o que está marcado, para que depois não haja problemas, como houve no caso da Cteep", diz Innocenti.

Diante do pedido, a Sabesp afirmou, na ação, que a notificação à B3 não é necessária porque as informações sobre o processo já estão públicas no formulário de referência da companhia — no qual está registrada a provisão no valor de R$ 426,5 milhões.

A ação, movida em 2006 por cerca de 2.800 pensionistas da Sabesp, pede que os aposentados sejam enquadrados na nova estrutura de cargos e salários da companhia, implementada em 2002, o que significa uma complementação da aposentadoria paga aos ex-funcionários. A Justiça já deu decisões favoráveis à complementação das aposentadorias em todas as instâncias, mas não há consenso sobre o valor devido e a forma de execução.

A AAPS avalia que o passivo soma R$ 2,2 bilhões. No fim de 2023, a Sabesp obteve uma vitória na segunda instância em relação aos critérios de cálculo do valor a ser pago. Os apostentados tentam reverter a decisão, mas já calcularam que, sob as novas premissas apresentadas pela Justiça, o valor ficaria em R$ 1,5 bilhão.

VICTOR MORIYAMA/BLOOMBERG

Temor dos pensionistas é que, após a venda e a mudança da gestão, a Sabesp tente alegar que não tem responsabilidade sobre o passivo trabalhista

Já a Sabesp defende que sua provisão está adequada. Procurada, a empresa diz que "o processo é público, está incluído no formulário de referência da oferta e foi informado ao mercado". O grupo afirma que "o provisionamento de contingências em suas demonstrações financeiras segue as regras da CVM [Comissão de Valores Mobiliários] e IFRS [Normas Internacionais de Relatórios Financeiros] aplicáveis, com base no prognóstico de perda dos advogados responsáveis".

Em dezembro de 2023, quando o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região deu a decisão favorável à Sabesp sobre os critérios para o cálculo do passivo, a página oficial do tribunal publicou uma nota sobre o caso na qual afirmava que "a dívida estimada da empresa no processo ultrapassa R$ 1,2 bilhão", mas o valor não consta nos autos e foi negado pela empresa em comunicado.

Além do cálculo do valor devido, está em disputa a forma de execução dos créditos. A Sabesp questiona a atuação da associação em nome dos pensionistas e pede que seja exigida uma procuração de cada um dos 2.800 ex-funcionários — o que dificulta a execução. Já a AAPS pede à Justiça que a representação seja reconhecida em votação em assembleia, sem necessidade da procuração individual. Nesse caso, a execução é mais simples. Innocenti diz que mesmo com a representação da entidade os depósitos seriam feitos diretamente aos funcionários, e não à associação.

> **R$ 1,5 bi**
> **é o passivo estimado pelos pensionistas**

A definição aguarda decisão do Tribunal Superior do Trabalho, mas já há 321 ações de cumprimento de sentença em curso, contemplando os 2.800 pensionistas, diz o advogado da AAPS.

Hoje, o processo está interrompido para que a Sabesp e a entidade avaliem um possível acordo. No fim de junho, a empresa protocolou pedido para que a ação fosse suspensa por 30 dias para uma análise interna sobre o tema. Na última semana, as partes tiveram audiências, mas o advogado da AAPS afirma que ainda não há negociações formais em curso. "A Sabesp já fez isso no passado, de pedir a suspensão para negociar e depois acaba não negociando, usam como artifício para prorrogar. Espero que desta vez a conduta seja alterada", diz ele.

Cade aprova reestruturação societária da Americanas

Varejo

Beatriz Olivon
De Brasília

A Superintendência-Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, operações realizadas no âmbito da recuperação judicial da Americanas. Se em 15 dias o negócio não for questionado, fica definitivamente aprovado. A análise pela área técnica do órgão visava verificar se existem problemas concorrenciais no negócio desenhado para a recuperação da varejista.

A operação apresentada ao órgão antitruste consiste na aquisição de participação societária minoritária (sem compra do controle) na rede pelos bancos Bradesco, Santander Brasil, Itaú Unibanco, Safra, BTG Pactual e aquisição de controle da Americanas pelos "acionistas de referência", que são pessoas jurídicas constituídas no Brasil ou no exterior, ligados a Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles ou Carlos Alberto da Veiga Sicupira. Os acionistas de referência já detêm, atualmente, ações ordinárias representativas de aproximadamente 30,12% do capital social total e votante da Americanas.

A operação engloba um conjunto de medidas relacionadas à recuperação judicial da Americanas para viabilizar a liquidação de dívidas mediante sua capitalização (conversão em ações) e aumento de capital na companhia.

No caso dos acionistas de referência, a área técnica analisou eventual problema concorrencial da integração com a AmBev, que é do mesmo grupo.

Na análise, a Superintendência-Geral considerou que as vendas para a Americanas são diminutas no faturamento da AmBev enquanto seus produtos representam parcela pequena em relação às vendas da rede e que a varejista não é um canal de distribuição exclusivo Por isso, considerou que não haveria prejuízo concorrencial.

Em relação ao grupo de bancos participantes, a SG entende que os investimentos são inferiores a 10%, e têm como objetivo reestruturar as dívidas da Americanas e permitir a continuidade das atividades operacionais.

Na operação societária em questão, o Grupo Americanas não fará parte dos grupos econômicos dos investidores e eles, por sua vez, não terão ingerência ou poder de decisão sobre as atividades da Americanas.

Em comunicado ao mercado a Americanas informou que a operação foi aprovada pela SG e que se em 15 dias a partir de hoje nenhum conselheiro divergir a aprovação será final e definitiva.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de **Nizan Guanaes**.

Metais Grupo diz que aportes somam R$ 8,8 bi desde 2022, se consideradas iniciativas em outras frentes de descarbonização no processo industrial

Norsk Hydro investe R$ 1,6 bi para produzir 'alumínio verde' no país

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Stella Fontes
De São Paulo

Com um projeto de produzir alumínio 100% "verde" no longo prazo, a Norsk Hydro deu início a um ciclo de investimentos bilionários no Brasil, onde opera uma mina de bauxita (Paragominas, no Pará) e uma refinaria de alumina (Alunorte, em Barcarena, no Pará) — a maior do mundo fora da China —, além da maior produtora de alumínio primário do país, a Albras, e unidades de extrusão em São Paulo e Santa Catarina.

Nesta primeira fase, os desembolsos do grupo norueguês somam R$ 1,6 bilhão e já colocam a operação brasileira à frente das metas de redução de emissões e prazos estabelecidos globalmente. "Vamos produzir o alumínio mais verde do mundo. Acreditamos que, em algum momento, o mercado vai pagar um prêmio pelo alumínio 'responsável'", diz o vice-presidente de operações de bauxita e alumina da multinacional, Carlos Neves.

Considerado um dos metais estratégicos para a transição energética, o alumínio pode ser reciclado infinitas vezes e tem recebido investimentos expressivos com vistas à descarbonização de seu processo produtivo. Segundo levantamento da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), até 2025, a indústria instalada no país anunciou R$ 30 bilhões em investimentos, com destaque para projetos de expansão de capacidade e de migração para combustíveis e energia de fontes renováveis.

Apesar do movimento na indústria, Neves defende que não há outro produtor em estágio tão avançado em seus planos de obter um alumínio 100% verde — que não libera gases do efeito estufa — quanto a Hydro. Até o fim do ano, afirma o executivo, a companhia terá cumprido essa primeira etapa de investimento em descarbonização de suas operações. Mas já está planejando a próxima, com o olhar em 2030.

Dos R$ 1,6 bilhão em investimentos na primeira fase, R$ 1,3 bilhão estão sendo aplicados na conversão de seis caldeiras e sete calcinadores que consomem óleo pesado (BPF) para gás natural. Para garantir acesso ao insumo, usado no processo de calcinação e na produção de vapor na Alunorte, a Hydro firmou contrato de 15 anos com a New Fortress Energy para fornecimento de GNL, a partir de um terminal de regaseificação instalado em Barcarena.

Outros R$ 300 milhões serão destinados à instalação de caldeiras elétricas, que vão substituir 30% da operação que hoje é movida a carvão e reduzir em 500 mil toneladas por ano as emissões de gases do efeito estufa (CO_2). Com a adoção das caldeiras elétricas, a Hydro teve de assegurar acesso a eletricidade de fonte renovável. Num primeiro movimento, junto com outra empresa do grupo, a Hydro Rein, a Alunorte se associou à Scatec e à Equinor para gerar energia solar no Pará.

Com investimentos de R$ 2,1 bilhões, o Complexo do Mendubi foi inaugurado em abril e vai fornecer 60% da energia que gera à refinaria, que tem capacidade de produção de 6,3 milhões de toneladas por ano de alumina. Um segundo projeto, Ventos de São Zacarias, que combina geração eólica e solar entre os Estados do Piauí e de Pernambuco, deve entrar em operação no fim do ano.

> "Acreditamos que o mercado vai pagar um prêmio pelo alumínio 'responsável'"
> *Carlos Neves*

Considerando-se iniciativas de descarbonização em outras frentes, como reflorestamento e economia circular, a Hydro calcula em R$ 8,8 bilhões os investimentos executados no Brasil desde 2022. Com isso, a previsão é que sa operação local terá reduzido em 30% as emissões de gases do efeito estufa neste ano, em relação a 2017, chegando a 70% em 2030 e a zero em 2050. Globalmente, a multinacional quer reduzir em 30% suas emissões até 2030 e neutralizar até 2050.

Conforme Neves, o fato de a Alunorte contar com uma refinaria eficiente contribui para o cumprimento dessas metas. Enquanto no mundo a média de emissões de CO_2 por tonelada de alumina produzida gira em torno de 1,33 tonelada, em 2017, ano de corte para o estabelecimento das metas de descarbonização da Hydro, a Alunorte emitia apenas 0,66 tonelada de CO_2 por tonelada produzida. E, no ano que vem, as emissões já terão recuado a 0,45 por tonelada produzida.

Com os investimentos para conversão dos 13 equipamentos que consomem óleo pesado para gás natural, as emissões na Alunorte serão reduzidas em 700 mil toneladas, para 2,7 milhões de toneladas por ano em 2025.

Com 119 anos e mais de 30 mil empregados, a Hydro está presente em 40 países. Com produção de 11,4 milhões de toneladas e bauxita por ano, Paragominas é a segunda maior mina do país e tem vida útil superior a 50 anos. A bauxita segue da mina para a Alunorte por meio de um mineroduto de 244 quilômetros. Cerca de 20% da produção de alumina na refinaria é fornecida à Albras e o restante, exportado a partir do Porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA).

Telecomunicações Anatel diz que todas as obrigações do edital de vendas estão sendo cumpridas

Avanço do 5G esbarra na falta de antenas

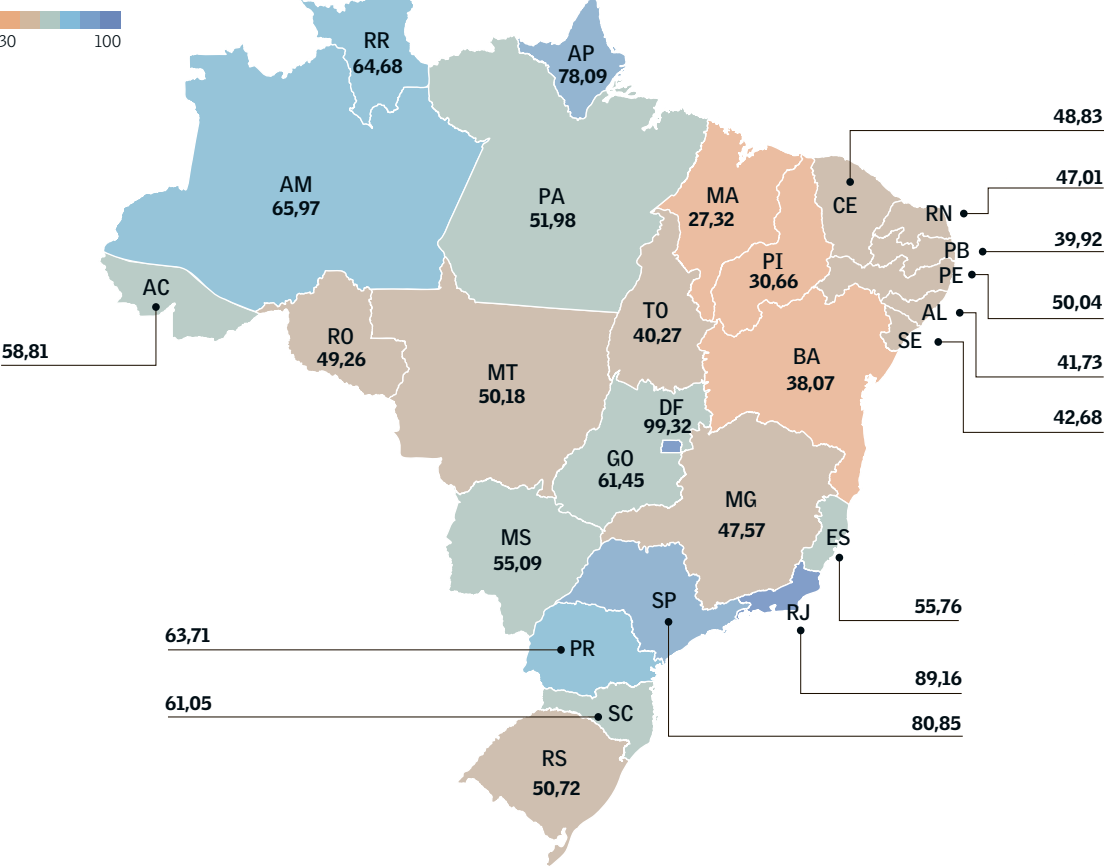
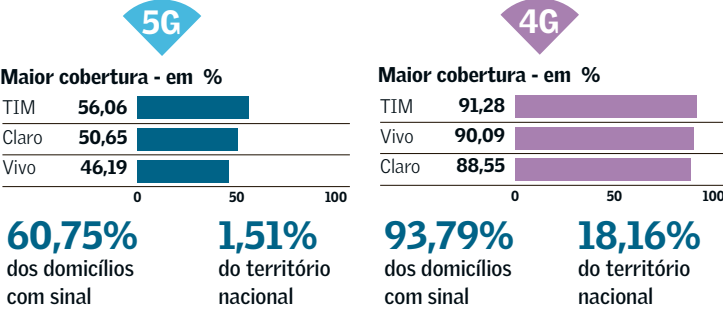
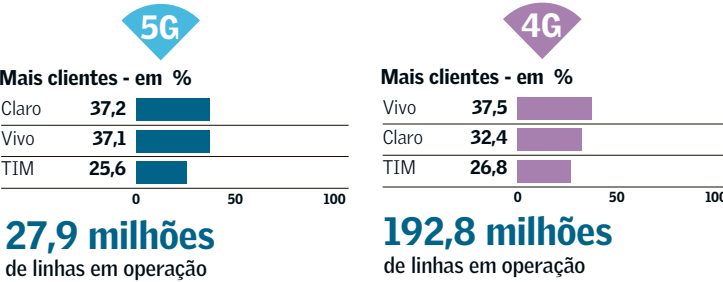
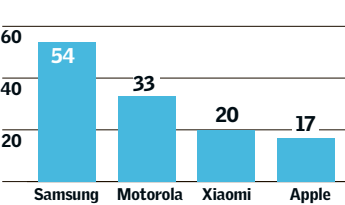
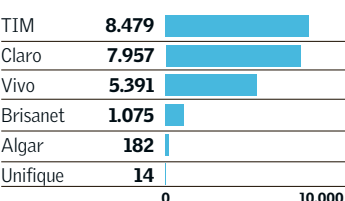
Rafael Bitencourt
De Brasília

A quinta geração de telefonia móvel (5G) completou no último fim de semana dois anos desde a sua estreia, com a primeira ativação do serviço em Brasília. O sinal foi transmitido na faixa de 3,5 gigahertz (GHz), no padrão 5G "standalone" — apelidado de 5G "puro", por cumprir requisitos mais rigorosos de rede, sem depender da infraestrutura dos padrões 2G, 3G e 4G.

Os resultados alcançados em dois anos de lançamento são comemorados por integrantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pelas operadoras. Isso porque todas as obrigações do edital de venda das licenças, realizado em novembro de 2021, estão sendo cumpridos com antecedência.

Um dos técnicos que desenharam o edital de licitação, o superintendente Vinicius Caram, explicou que a competição entre as três maiores empresas (Claro, TIM e Vivo) para sair na frente na implementação, somada à estratégia de liberar a ativação por grupos de cidades próximas, fizeram a expansão da redes deslanchar nos dois primeiros anos. "As metas de instalação de antenas 5G estão sendo cumpridas com antecedência cada vez maior, indo de um ano e meio, que temos hoje, para dois anos de antecipação", disse técnico da Anatel.

Por outro lado, o alto preço dos smartphones, considerado um barreira para grande parte da população, e a promessa de entrega de ampla cobertura de sinal contida nas divulgações oficiais do governo, das operadoras — e da própria agência reguladora — reforçam a percepção dos usuários de que a nova tecnologia ainda não pode ser desfrutada por completo.

O presidente da unidade de consumo da Claro, Paulo Cesar Teixeira, já defendeu que o preço de partida dos smartphones compatíveis com 5G não deveria passar de US$ 100. Por outro lado, a indústria com presença no Brasil alega que já trabalha no limite da margem e que não há espaço para corte de preço. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) se queixa da alta carga tributária que recai sobre o aparelho, de quase 40%. A entidade alerta ainda para a enxurrada de aparelhos não homologados pela Anatel que invadiram o mercado brasileiro no ano passado e já abocanham 25% das vendas, que ocorrem especialmente na internet.

Mesmo com o rápido avanço das redes 5G, que começou pelas capitais e está crescendo a partir das regiões metropolitanas, o usuário do serviço acaba se frustrando ao perceber que não consegue acessar a ampla cobertura divulgada pelo setor. De acordo com informações da Anatel, por exemplo, a tecnologia já alcança 60,75% dos domicílios. Porém, essa abrangência é resultado da soma da cobertura de todas as operadoras, o que não se verifica na prática.

Em sua casa pode chegar o serviço, mas da operadora que não é cliente. Um dado pouco falado, mas disponível no site da agência, é que o serviço alcança apenas 1,51% do território nacional. Um contraste semelhante, conhecido entre os especialistas, ocorre também na cobertura 4G, que cobre mais de 90% dos domicílios, mas só 18,16% do território nacional.

Apesar do alto custo dos smartphones, no Brasil a tecnologia chega no segundo ano de lançamento com 27,9 milhões de linhas ativas, ante o total de 260 milhões de aparelhos habilitados no país para as diferentes tecnologias. Na rede 5G, a Claro lidera o mercado com a fatia de 37%. E também se destaca com a melhor média em velocidade do 5G nas capitais.

A operadora considera que sua rede 5G, além de mais veloz, tem a menor latência (tempo de resposta) do mercado, o que garante "a melhor experiência de vídeos e games". "A Claro sempre esteve na vanguarda do 5G e, há anos, vem investindo de forma consistente em infraestrutura e tecnologia de ponta para os clientes terem a melhor experiência com a nossa conexão, seja dentro ou fora de casa", disse Teixeira, por meio de nota. Segundo ele, a estratégia é alcançar uma adesão 3,8 vezes mais rápida dos usuários ante 4G.

No quesito cobertura 5G, a TIM reúne o maior número de antenas, um total de 8,5 mil. Ao todo, o setor já colocou em operação 23 mil estações de transmissão de sinal em 589 cidades. O número é pequeno se considerar cerca de 100 mil antenas, incluindo as demais tecnologias de telefonia móvel oferecidas no país. Informa que nesses dois anos pôde levar sinal a mais de 350 cidades, contemplando 57% da população urbana.

"A TIM foi a única operadora a ganhar participação no mercado em 12 meses com aumento de 3.1 pontos percentuais e avança dentro da sua estratégia de expandir o 5G com foco sempre na melhor experiência dos seus clientes. Somente nos últimos três meses, a companhia ativou com o 5G uma cidade por dia", divulgou a operadora, em comunicado sobre os dois anos da chegada do 5G.

A Vivo, apesar de mais tímida nas estratégias de oferecer maior cobertura e velocidade de conexão em níveis mais elevados do que as concorrentes, disse que está no momento de "ampla ativação" da tecnologia 5G. Em posicionamento, a empresa ressaltou que já conta com o novo padrão em todas as capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes e, agora, segue em "rápida ampliação" para as cidades de 200 mil habitantes.

"Temos um total de 205 cidades, com mais de 48% da população coberta", informou a Vivo, em nota. Segundo a empresa, no primeiro trimestre, as vendas de celulares compatíveis com 5G foram responsáveis por 88% do total comercializado por ela. A tele informou que "a expansão da rede 5G para outras regiões é gradual e evolui de acordo com capacidades técnicas, demanda e autorizações para instalações de antenas".

"Smartphones compatíveis com 5G deveria custar US$ 100"
Paulo Teixeira

Avanço do 5G

Novo padrão tem o desafio de levar sinal onde chega a rede 4G

Aparelhos 5G no Brasil

Marca	Modelos
Samsung	54
Motorola	33
Xiaomi	20
Apple	17

195 modelos foram homologados

Fonte: Anatel (*) Média da velocidade de download com ajuste de parâmetros (mediana)

Cervejaria Carlsberg compra a rival dona dos sucos Maguary

Bebidas

Manuela Tecchio
De São Paulo

As grandes companhias de bebida têm brindado a escolha das novas gerações por uma vida com menos (ou sem) álcool. Em uma jogada estratégica diante da estagnação do consumo de bebidas alcoólicas, a cervejaria dinamarquesa Carlsberg acaba de comprar a fabricante de sucos e refrigerantes Britvic por 3,3 bilhões de libras. Além de fortalecer a operação de engarrafamento de produtos da PepsiCo, com a qual ambas têm contrato, o negócio vai expandir a presença do grupo no Reino Unido.

A Britvic, desde 2015, controla a fabricante do Maguary e Dafruta no Brasil. Lá fora, é mais conhecida pelo suco Robinsons Fruit Shoot. Listada em Londres, a companhia tem contrato de engarrafamento e distribuição do portfólio da PepsiCo em toda a Grã-Bretanha. Por isso o negócio é tão complementar para a Carlsberg, que tem a mesma parceria com a americana para operar Noruega, Suécia, Suíça, Camboja e Laos.

É uma tendência para o setor. Há algumas semanas, a própria Heineken anunciou a compra de uma participação minoritária na Better Drinks, da cerveja Praya, mas também dona do Baer-Mate — uma bebida entre o chá gelado e a kombucha, que não tem álcool, nova queridinha dos cafés hipsters de São Paulo e do Rio.

Há cerca de um ano, a Carlsberg adquiriu também o portfólio brasileiro da Globalbev.

O negócio adicionou à operação do grupo marcas como Extra Power e Flying Horse, de energéticos, os sucos funcionais Juxx e o smoothie de açaí Amazoo. O valor da transação não foi revelado, na época, mas as estimativas eram de que cerca de R$ 230 milhões seriam adicionados ao faturamento do grupo.

A Carlsberg já havia feito duas propostas anteriores pela Britvic, ambas recusadas pelo conselho por uma questão de preço. Após o anúncio do acordo finalmente fechado, as ações da Carlsberg saltaram 3,34% na bolsa de Copenhague. O market cap da cervejaria é de cerca de US$ 17 bilhões. Já a ação da Britvic fechou o dia em alta de 4,6%, na bolsa de Londres.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Transação soma 3,3 bilhões de libras; valor de mercado de grupo dinamarquês é de US$ 17 bilhões

Transpetro lança edital para aquisição de quatro navios de pequeno porte

Indústria naval

Kariny Leal
De Rio

A Transpetro, subsidiária de logística da Petrobras, lançou uma licitação para encomendar quatro navios do tipo "handy", embarcações de pequeno porte para carregar derivados de petróleo, de 15 a 18 mil toneladas de porte bruto (TPB). Esse lote faz parte de um pacote maior de 25 navios, que inclui outros tipos de barcos, com investimento total de até US$ 2,5 bilhões, para ampliar a frota.

A licitação não exige que os navios sejam feitos em estaleiros nacionais, embora a Transpetro considere que mecanismos existentes no país para indústria naval dão vantagem comparativa para estaleiros nacionais competirem.

O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, disse que a compra de navios evita oscilação dos preços de frete para Petrobras: "Hoje marca a retomada de investimento em frota própria", disse Bacci em entrevista na sede da empresa nesta segunda-feira (8). O edital foi divulgado em diário oficial na sexta (5).

Nas primeiras gestões do PT, um programa de renovação da frota conduzido pela Transpetro não cumpriu o prometido, houve denúncias de corrupção e só uma parte dos navios foi concluída, mesmo assim com descumprimento de prazos e preços. O programa agora parecer ser menos ambicioso.

Bacci disse que os mecanismos de apoio à indústria naval no país representam vantagem competitiva em relação aos navios importados. Citou o Fundo da Marinha Mercante (FMM), principal fonte de financiamento do setor. Ao produzir no Brasil, evita-se também a incidência do imposto de importação. "Acredito que estaleiros nacionais vão responder à demanda, há muito tempo não havia demanda", disse Bacci, que atuou por em entidade de classe do setor. Ele acrescentou: "Passamos pela AGU e pela CGU para cumprirmos processo de governança e evitar problemas do passado."

A licitação da Transpetro não exige percentual de conteúdo local, mas segundo os diretores o FMM dá condições melhores para estaleiros que apresentem a partir de 65% de atividades feitas no país. A expectativa é que o primeiro navio seja lançado até junho de 2026. A previsão de entrega é de fevereiro de 2027. Os outros navios devem ser entregues até 2028.

Além dos quatro navios da primeira licitação, outros 12 estão em estudos, entre navios gaseiros, para transportar gás liquefeito de petróleo, e os chamados MR1 e MR2, embarcações de médio porte, de cerca de 35 a 55 mil TPB. Mais nove devem ser incluídos no próximo plano estratégico da Petrobras, disse Bacci. Conforme a Transpetro, a licitação inclui especificações técnicas para incorporar equipamentos mais eficientes em termos de consumo, com possibilidade de serem abastecidos com combustíveis renováveis. Por vídeo, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a licitação visa dar prioridade ao transporte de derivados e reforça a logística, reduzindo oscilação de preços com afretamento.

3R e PetroReconcavo voltam a se aproximar

Petróleo

Silvia Rosa
De São Paulo

Após terem chegado a negociar uma fusão no início do ano, a 3R Petroleum e a PetroReconcavo voltaram a conversar. Dessa vez, porém, o que está na mesa é o acordo para compartilhar a infraestrutura de escoamento, compressão, medição e processamento de gás natural da 3R na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte.

Conforme o **Pipeline** apurou, há dois caminhos em discussão. Um deles seria estender o contrato que já existe. O outro é uma joint venture na área de infraestrutura logística.

A PetroReconcavo depende da infraestrutura da 3R para escoamento e tratamento de gás explorado na região. Hoje, a 3R não usa a capacidade máxima instalada, o que poderia motivar um acordo para infraestrutura logística. Além disso, a PetroReconcavo vende petróleo para refino nas instalações da 3R. As paradas de manutenção no Polo Potiguar da 3R no fim do ano passado causaram impacto negativo de R$ 171 milhões para a PetroReconcavo no quarto trimestre.

Nas conversas ficou definido um período de exclusividade de 30 dias para as negociações. A reavaliação do acordo está se dando logo após a 3R ter aprovada pela Cade a sua fusão com a Enauta, na semana passada, transação que acabou se sobrepondo às negociações de fusão entre 3R e PetroReconcavo.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Movimento Falimentar

Nota da redação: Excepcionalmente, não publicaremos a coluna nesta data.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Aviação O modelo esteve envolvido em tragédias na Indonésia e na Etiópia e familiares de vítimas vão exigir julgamento público

Boeing aceita acordo e assumirá culpa por acidentes com 737 Max

Claire Bushey e Stefania Palma
Financial Times, de Chicago e Washington

DIVULGAÇÃO
Boeing é acusada de conspiração para fraudar o governo americano, após violar acordo com Departamento de Justiça

A Boeing deve se declarar culpada de conspiração para fraudar o governo dos Estados Unidos, após violar um acordo firmado com o Departamento de Justiça depois de dois acidentes mortais envolvendo seu modelo 737 Max. A informação foi dada no domingo (7) por promotores.

O grupo aeroespacial americano não poderá ser multado em US$ 487,2 milhões, o máximo previsto em lei, segundo disse um oficial de justiça. A Boeing deverá pagar metade dessa soma, sujeita à aprovação judicial, uma vez que já pagou US$ 243,6 milhões relacionados ao caso.

O oficial de Justiça disse que o acordo de confissão proposto sobre a única acusação não envolve imunidade para funcionários individualmente, incluindo executivos. Ela aplica-se apenas à má conduta anterior aos acidentes com o 737 Max e não protege a Boeing de qualquer outra conduta, incluindo a explosão no ar a bordo de um voo da Alaska Airlines este ano, acrescentou a autoridade.

A Boeing confirmou que chegou "a um acordo em princípio, sobre os termos de uma resolução com o Departamento de Justiça". Um advogado das famílias das 346 pessoas que morreram nos acidentes com o 737 Max — na costa da Indonésia em 2018 e na Etiópia em 2019 — classificaram o acordo de um "acordo camarada" que não responsabilizou a Boeing. Após os acidentes os jatos desse modelo ficaram sem voar por quase dois anos.

"O acordo de declaração de culpa... faz concessões injustas à Boeing que outros réus criminais nunca receberiam", afirmaram as famílias das vítimas em documentos protocolados no tribunal. "Como resultado, o generoso acordo de confissão baseia-se em premissas enganosas e ofensivas."

Sob o acordo proposto, a Boeing terá de investir pelo menos US$ 455 milhões nos próximos três anos para melhorar seus programas de conformidade e segurança, e trabalhar com um monitor de conformidade independente escolhido pelo Departamento de Justiça. Não haverá um limite a qualquer restituição que um tribunal possa exigir que a companhia faça às famílias das vítimas.

A condenação criminal poderá afetar a elegibilidade da Boeing para disputar contratos na área de defesa nos EUA, um os pilares de seu negócio. O Departamento de Justiça ofereceu o acordo de declaração de culpa à Boeing na semana passada, como uma alternativa a enfrentar um julgamento criminal.

A companhia foi acusada em 2021, admitindo que enganou as autoridades reguladoras federais sobre o software de controle de voo instalado no 737 Max. O programa pode ter sido acionado erroneamente para empurrar o nariz da aeronave para baixo.

Depois dessa acusação, o Departamento de Justiça adiou o processo e concordou em rejeitar a acusação, contanto que a Boeing aderisse a um programa de conformidade estabelecido após os acidentes.

No entanto, as autoridades judiciais notificaram a Boeing este ano de que ela havia violado o acordo anterior depois que o painel de uma porta de um avião explodiu em janeiro durante um voo comercial. A Boeing contestou ter violado o acordo. Ela pagou US$ 2,5 bilhões sob o acordo de 2021, dos quais US$ 244 milhões em multas. Outros US$ 500 milhões estabeleceram um fundo para as famílias das vítimas dos acidentes, enquanto a maior parte do pagamento foi para as companhias aéreas, que são clientes da empresa.

Em outubro de 2022, o juiz Reed O'Connor decidiu que as famílias eram legalmente qualificadas como vítimas de crimes, condição que exige que o Departamento de Justiça as consulte. O'Connor terá agora que "decidir se esse acordo de não responsabilização é de interesse público", disse Paul Cassell, advogado que representa as famílias. Ele disse que as famílias pedirão ao juiz que "rejeite essa declaração inapropriada de culpa e simplesmente coloque o assunto em julgamento público, para que todos os fatos envolvendo o caso sejam expostos".

Cade prorroga prazo de investigações sobre parceria entre Gol e Latam

Beatriz Olivon
De Brasília

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) prorrogou o prazo da investigação que abriu em novembro 2023 para apurar se ocorreu combinação de preços de passagens aéreas entre as companhias Gol Linhas Aéreas e Latam. A suspeita principal é de que houve acerto por meio de sistemas informatizados de emissão de bilhetes.

Nesse caso, pela primeira vez, o Conselho deve utilizar inteligência artificial na análise dos preços de passagens, segundo informou uma fonte ao **Valor**. Mas ainda não existem detalhes sobre como será o uso. As empresas já forneceram arquivos com os dados das passagens vendidas nos últimos anos.

A investigação foi aberta a pedido do Ministério Público Federal (MPF) com base nos preços de passagens na ponte aérea (Santos Dumont, no Rio de Janeiro – Congonhas, em São Paulo) a partir de 2019. Na sua representação, o MPF indicou "coincidência de valores".

Em documento enviado ao Cade, o MPF menciona uma pesquisa hipotética nos sites das duas empresas por voos no dia 19 de abril de 2023 em que os preços eram iguais, inclusive nas casas decimais. Os valores no trecho Santos Dumont-Congonhas eram de R$ 621,19 na Latam e na Gol e no trecho Congonhas-Santos Dumont, R$ 618,83 nas duas companhias.

O MPF também questionou, em seu pedido, a efetiva retomada da originária das rotas aéreas após o fim do acordo de "codeshare" estabelecido entre Latam e Azul Linhas Aéreas decorrente da pandemia de Covid-19. Nesse caso, pediu para o Cade verificar se as rotas que foram objeto do acordo de "codeshare" efetivamente retornaram à plena operação independente.

A prorrogação do inquérito administrativo permite que o Cade dê seguimento à investigação. Depois de concluída essa etapa poderá haver o arquivamento do caso ou indicação de condenação das empresas por eventual prática anticoncorrencial. O inquérito já havia sido prorrogado em maio.

Em nota o Cade informou que sua competência não se volta ao controle de preços, mas à repressão de condutas anticompetitivas, como fixação de preços ou outras infrações.

A Latam informou em nota que teve ciência deste processo em novembro de 2023 e respondeu aos questionamentos do Cade dentro dos prazos.

A Gol afirmou em nota que apresentou todas as informações solicitadas e que continua à disposição do órgão. Afirmou ainda que sempre defendeu a livre concorrência e a liberdade tarifária entre todos os competidores e que nega e repudia práticas contrárias a esses princípios. *(Colaborou Edna Simão)*

2023
foi o início da apuração do caso

Entretenimento Ellison e investidores dos EUA vão injetar US$ 8 bi para assumir o controle do estúdio de cinema fundado em 1936

Skydance compra Paramount e nova empresa vale US$ 28 bi

James Fontanella-Khan, Anna Nicolaou e Christopher Grimes
Financial Times, de Nova York, Londres e Los Angeles

Shari Redstone concordou em vender a Paramount ao estúdio de cinema Skydance em um acordo que encerra a participação de sua família na empresa fundada por seu avô em 1936. A fusão, que avalia a nova empresa em US$ 28 bilhões, marca o fim de um processo tumultuado de oito meses em que Redstone manteve discussões com vários pretendentes como o grupo de private equity Apollo e a Sony.

Semanas atrás, Redstone havia desistido do acordo com a Skydance, comandada pelo bilionário David Ellison e apoiada por grupos de private equity dos Estados Unidos como o RedBird. O negócio deverá ser concluído no primeiro semestre de 2025.

A venda transfere o estúdio de cinema Paramount, que produziu clássicos como "O Poderoso Chefão", "Titanic", "Chinatown" e "Caçadores da Arca Perdida", da família Redstone à empresa de Ellison, de 41 anos. Seu pai é Larry Ellison, cofundador da Oracle e um dos homens mais ricos do mundo.

"Diante das mudanças que estão acontecendo no setor, queremos fortalecer a Paramount para o futuro, garantindo que o conteúdo continue sendo a coisa mais importante", disse Redstone. "Nossa esperança é que a transação com a Skydance permita que a Paramount continue sendo bem sucedida neste ambiente que está mudando rapidamente."

A Skydance investirá cerca de US$ 8 bilhões para assumir o controle da Paramount. Na transação em duas etapas, a Skydance pagará US$ 2,4 bilhões pela National Amusements, que detém quase 80% das ações com direito a voto da Paramount.

Em seguida, a Skydance vai se fundir com a Paramount. Os acionistas ordinários da Paramount receberão US$ 15 por ação, enquanto os detentores das ações classe A receberão US$ 23 por ação.

ALBERTO PEZZALI/FILE/AP

O bilionário David Ellison, dono do estúdio de cinema SkyDance: "Sou extremamente grato a Shari Redstone e sua família"

A Skydance, um estúdio independente lançado em 2010 por Ellison, produziu sucessos como "Top Gun: Maverick", "Star Trek: Além da Escuridão" e "Jack Reacher: Sem retorno".

Embora tenham demorado meses para fechar o acordo, Ellison e Redstone encontraram um terreno comum no começo de suas discussões. Ambos tiveram pais duros e exigentes — Sumner Redstone disse mais de uma vez que sua filha jamais comandaria sua empresa — e ambos adoravam o estúdio da Paramount na avenida Melrose em Hollywood, segundo fontes.

> "Garantimos que o conteúdo continue sendo a coisa mais importante"
> *Shari Redstone*

"Sou extremamente grato a Shari Redstone e sua família, que concordaram em nos confiar a oportunidade de liderar a Paramount", disse Ellison, que será executivo-chefe (CEO) e presidente do conselho de administração da empresa.

Depois da morte de seu pai em 2020, Shari Redstone assumiu a companhia. Ela defendeu a ideia de desafiar a Netflix e outros serviços de streaming com o lançamento do Paramount+, que perdeu bilhões de dólares. O futuro da Paramount+ será uma das questões urgentes a serem enfrentadas por Jeff Shell, o ex-CEO da NBC, que será o CEO da nova empresa.

Com o aumento dos prejuízos em 2023, o então CEO Bob Bakish reduziu os dividendos da Paramount, o que irritou os investidores e abalou as finanças da própria Shari Redstone. Ela logo começou a explorar opções estratégicas.

Durante o processo caótico e público, Bakish e quatro membros do conselho de administração deixaram a companhia em meio a discordâncias com Redstone.

Como parte do acordo firmado no domingo, os consultores da Paramount têm 45 dias para solicitar propostas concorrentes pela empresa.

Quando o acordo anterior com a Skydance desmoronou, semanas atrás, outros interessados surgiram como o magnata da mídia Barry Diller e Edgar Bronfman Jr, executivo da mídia e herdeiro da Seagram. O grupo de private equity Apollo e a Sony fizeram uma proposta pela Paramount avaliando-a em US$ 26 bilhões.

"A recapitalização da Paramount e a combinação com a Skydance sob a liderança de David Ellison será um momento importante para a indústria do entretenimento, no momento em que as companhias de mídia estabelecidas são cada vez mais desafiadas pela desintermediação tecnológica", disse Gerry Cardinale, fundador da RedBird e principal parceiro de Ellison no negócio. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Como escolher a atração entre tantos aplicativos

João Luiz Rosa
De São Paulo

Em busca do que assistir, muitos assinantes de streaming por vezes se deparam com uma situação insólita: demoram tanto para vasculhar os catálogos de cada aplicativo — seja para escolher uma opção ou descobrir em qual deles está a atração desejada — que ficam sem tempo para o principal: ver o conteúdo.

É uma frustração moderna que a americana Roku trata como oportunidade de negócio. Fundada em 2002, a companhia tornou-se uma pioneira do streaming ao criar dispositivos que transformam televisões comuns em TVs conectadas à internet. A empresa, que tem como rivais pesos-pesados como o Chromecast, do Google, e a Vizio, do Walmart, também oferece seu sistema a grandes fabricantes de televisores, cujos produtos saem de fábrica com o software embarcado.

Dotada de um sistema operacional próprio, a plataforma da Roku permite ao usuário navegar por diferentes aplicativos de streaming a partir de uma interface única. O serviço mostra em quantos apps uma atração está disponível e em quais é de graça ou paga.

No campo dos fabricantes, o ecossistema de alianças no Brasil inclui TCL Semp, AOC, Philco e Britânia. Entre os serviços de streaming estão Globoplay, o maior parceiro local, Netflix, Max, Disney+, Prime Video e Paramount+.

A Roku vem diversificando as atividades, com a produção de conteúdo original, a fabricação de TVs com marca própria e o que se tornou sua mais importante fonte de receita: a publicidade.

"Somos múltiplas coisas", diz Mustafa Ozgen, presidente mundial de negócios e dispositivos da Roku. "Produzimos os aparelhos, desenvolvemos o sistema operacional e oferecemos o serviço. É algo complexo para explicar ao consumidor. Então, queremos que ele experimente a plataforma." A expectativa é que, após testar o produto, o consumidor o recomende a amigos e na mídia social, gerando marketing boca a boca.

A multiplicação dos aplicativos de streaming ajudou a tornar a Roku popular. Nos Estados Unidos e no México, 40% dos aparelhos de TV usam a plataforma, diz Ozgen. Globalmente, o serviço está presente em 81,6 milhões de lares.

O Brasil, ao qual chegou em 2020, é um dos quatro mercados onde a Roku tem investido mais fortemente fora dos EUA. Os outros são Canadá, México e Reino Unido. "É nesses países que temos colocado mais recursos e energia", afirma Ozgen. Além da grande população, o Brasil apresenta atrativos como uma forte cultura de entretenimento, diz o executivo, que veio a São Paulo para acompanhar a evolução dos negócios.

A Roku ingressou no mercado brasileiro com produtos importados, mas passou a passou a fabricá-los no país para reduzir o preço dos produtos, tornando o Brasil o único país do mundo a contar com uma operação de manufatura além dos EUA.

Com ações negociadas na Nasdaq, a empresa encerrou o primeiro trimestre com receita líquida de US$ 882 milhões, um aumento de 19% em relação ao mesmo período do ano passado. A receita com plataforma, que inclui publicidade, chegou a US$ 754,9 milhões. Já a de dispositivos teve prejuízo de US$ 6,1 milhões. O valor de mercado da empresa, segundo a cotação de ontem, era de US$ 8,95 bilhões.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

> "Queremos que o consumidor experimente a plataforma"
> *Mustafa Ozgen*

A publicidade ganhou força para a Roku à medida que suas atividades originais de dispositivos e softwares perdiam força. O usuário costuma demorar para substituir os aparelhos porque estes recebem, periodicamente, atualizações gratuitas do sistema. Nos EUA, diz Ozgen, dispositivos com dez anos de uso permanecem ativos. No caso dos aparelhos de TV, o intervalo para trocar de modelo pode levar seis anos, o que também limita as margens de lucro.

O negócio de publicidade da Roku baseia-se em anúncios feitos pelos serviços de streaming para promover algum filme ou conteúdo premium. Nos EUA, a Roku City, um protetor de tela na TV que simula uma cidade habitada por personagens animados, tornou-se mania entre o público, que vê anúncios enquanto transita pelas ruas virtuais. Outro modelo é o Roku Channel, um serviço de conteúdo gratuito com intervalos comerciais parecido com a TV aberta.

A Roku ainda não começou a atuar com o modelo de publicidade no Brasil, mas pretende passar a oferecê-lo entre 2025 e 2026, diz Ozgen. Antes disso, o plano é ganhar escala entre os usuários e engajar o público.

No exterior, analistas têm manifestado preocupação com o risco de que o cenário atual do streaming, marcado pela redução de investimentos e consolidação dos aplicativos, prejudique o crescimento da Roku. Ozgen discorda. Diz que fusões e mudanças de conteúdo exigem rapidez para atualizar os bancos de dados, mas não influenciam os negócios. "Se um aplicativo deixa de existir, ok, nosso recurso de pesquisa mostra onde o conteúdo passou a ser exibido."

A Roku começou a produzir e vender aparelhos de TV com marca própria nos EUA, mas ainda não há planos para oferecê-los em outros países, diz o executivo.

A estratégia de produzir conteúdo original, inicialmente discreta, passou a chamar atenção depois de o filme "Weird: The Al Yankovic Story", estrelado por Daniel Radcliffe, o Harry Potter do cinema, ganhar um prêmio Emmy. Produzir "blockbusters", porém, não está nos planos. "Criar conteúdo é muito caro. Queremos fazer produções segmentadas e de custo mais baixo", diz Ozgen. "Não temos ambição de fazer filmes de orçamento elevado e competir com grandes empresas de conteúdo."

Studio W tem meta de crescer 25% em 2 anos

Salão de beleza

Angela Klinke
Para o Valor, de São Paulo

Agora o sentido do W é outro. Era a inicial de Wanderley Nunes, cabeleireiro que ganhou notoriedade atendendo celebridades e que, com a sócia e pedagoga Rosângela Barchetta, construiu a rede Studio W, numa proposta inovadora em salões de beleza de arquitetura luxuosa e em shopping centers. O primeiro foi inaugurado em 2000 no Pátio Higienópolis, em São Paulo, assinado pela arquiteta Patrícia Anastassiadis.

Em agosto passado, Barchetta comprou a parte do negócio de Nunes (33%), inclusive o uso de marca, e deu início ao "rebranding" da rede com cinco salões em São Paulo e interior do Estado. O conjunto responde por 15,8 mil atendimentos por mês e tem tíquete médio de R$ 1.550,00.

O W comporta, agora, o conceito "where you can be whatever you want" (onde você pode ser o que quiser). É um "mantra" cheio de Ws. "É uma transição do salão de beleza para o salão de bem-estar. Saímos do modelo de volume. Queremos reforçar o W como um hub de relacionamento e ser um destino de acolhimento e inovação técnica", diz a empresária.

"Estamos mais alinhados aos nossos clientes do luxo silencioso." Até mesmo com os que moram nos EUA. "Até o fim do ano abrimos nosso primeiro W em Miami, com uma sócia local. Vamos atender nossos clientes que passam a maior parte do tempo por lá."

Até hoje, existem poucas redes de salões de luxo como Laces (mais focado em tratamento capilar), ou no passado, Jacques & Janine. Isso, apesar de a competição ter crescido num mercado tão pulverizado.

O próprio Nunes está em novo endereço, no Shops Jardins, um centro comercial na rua Haddock Lobo, em São Paulo. Profissionais formados na sua bancada e nas de pioneiros como Marco Antônio di Biaggi e Celso Kamura abriram suas "maisons". Além disso, com a pandemia, cabeleireiros expandiram suas fronteiras nas redes digitais com "dancinhas" e transformações visuais que atraem clientes pelo país.

Um levantamento feito pelo Sebrae em parceria com a Associação Brasileira de Salões e Serviços de Beleza, revelou a existência de 110 mil salões de beleza formais no país e 1,8 milhão de CNPJs de serviços de beleza, em 2023. A estimativa é que o segmento movimente R$ 40 bilhões este ano. Outro estudo, da Radar Pesquisas com a Beauty Fair (feira do setor de beleza), estima que os salões no país vão faturar R$ 29 bilhões em 2024, apenas com cortes de cabelo e coloração.

Para a atualização do W, Barchetta trouxe à sociedade o cabeleireiro Rafael Bertolucci, dono de um salão em São José do Rio Preto (SP), "único brasileiro embaixador internacional da L'Oréal". Na pandemia, criou sua plataforma de cursos e superou os "sete dígitos" no resultado. Hoje, tem 700 mil seguidores no Instagram.

Seu salão e os demais da marca W serão reconfigurados para ter a nova identidade. "Com o 'rebranding' da rede, em dois anos a meta conservadora é crescer 25% a receita", diz Barchetta.

A mudança mais exuberante da nova fase é a saída do Studio W do salão icônico que ocupava um andar inteiro do Shopping Iguatemi — um projeto do arquiteto Arthur Casas de 1,4 mil m² — para um prédio de três pisos e um "rooftop", na avenida Rebouças, próximo ao endereço anterior.

A transformação vem sendo comunicada nas redes digitais do Studio W em pílulas, apesar de os profissionais terem avisado seus clientes, um a um, num processo organizado para manter o engajamento. O novo salão, com previsão de inauguração em primeiro de agosto, foi envelopado com o aviso "loading..." bem visível para quem transita pela avenida Rebouças.

O planejamento de comunicação foi feito pela Bvolt, com execução do time interno do Studio W e suporte da agência Global, especializada em beleza. A estratégia de marketing prevê ainda anúncios no formato OOH ("out of home") em "pontos estratégicos da cidade" (ainda não revelados).

A unidade do Iguatemi é responsável hoje por um terço dos atendimentos. Por isso, a mudança de endereço e o 'rebranding' precisavam ser "cirúrgicos". Com a consultoria de marcas No Ponto, a empresa promoveu uma pesquisa com clientes que teve a adesão de 800 participantes.

"Medimos que para 75% dos clientes, o W era o destino. E uma parcela de só 5% aproveitava a ida ao shopping para também ir ao salão", conta Cris Duarte, sócia-fundadora da No Ponto. Outro dado, conta, foi o reconhecimento por parte da clientela do "legado" de qualidade do W, mas também um desejo de renovação. "Os padrões de beleza não fazem mais sentido e o W foi repensado para acolher a diversidade em vários âmbitos, como o geracional. E os espaços físicos foram reconfigurados para atender esse momento."

O novo espaço de 1,8 mil m², concebido pelo arquiteto Marcelo Passarelli, está em obras, apesar de a previsão de abertura ser em menos de um mês. As bancadas serão reduzidas de 100 (como era no Iguatemi) para 80, destinadas só aos processos capilares. Sem manicures dividindo a área — elas terão espaço específico. Assim, como o público masculino contará com área reservada. O ambiente será "minimalista e com mais luz natural", distante do salão do Iguatemi, que marcou época com madeira de demolição e vigas aparentes, numa referência à estética industrial de Nova York.

"Teremos mais ferramentas tecnológicas para tratamentos de tricologia, mas o mais importante é estabelecer uma conexão com o cliente, estar presente no momento do atendimento", diz Bertolucci, que tem uma voz calma e uma "conversa de poeta", como define Barchetta.

Ele buscou aprimoramento em cursos de inovação no Vale do Silício. "Ninguém acreditava que um cabeleireiro estivesse lá, mas como era o único, pude fazer as perguntas que queria sem nenhum constrangimento", diz ele.

Sem música alta, o salão terá lavatórios com reclinação de 180 graus para que os clientes possam "dormir mesmo", caso queiram. Um sofá, de "formas orgânicas", vai circundar um dos andares, pensado para gerar convivência entre os clientes e tirá-los da tela do celular. "É o momento de desestressar", diz Bertolucci. O novo W terá um restaurante de "cozinha afetiva", o Marie Marie Bakery, e vai utilizar o "rooftop" para eventos temáticos e culturais.

Terapias orientais, para o corpo e a mente, farão parte da rotina do salão. No mínimo, vai ter reflexologia nos pés enquanto se lava os cabelos, por exemplo.

"Essa é a ponta do iceberg", diz a consultora Cris Duarte. "Para que tudo isso aconteça, Barchetta tem um gabinete de gestão impressionante. Ela administra jurídica e financeiramente mais de 300 CNPJs dos colaboradores. É bem comum no W ter profissionais com mais de dez anos de casa."

É atribuída a Barchetta, em conjunto com outros profissionais do setor, a estruturação da Lei 13.352/16, em que os estabelecimentos firmam contratos individuais com profissionais de beleza que tenham MEIs. "Isso corrigiu distorções no mercado em que os profissionais trabalhavam numa relação de informalidade."

15,8 mil
serviços/mês com tíquete de R$ 1.550

Agro 4.0 UP2Tech testou 78 brincos em animais e resultado preliminar mostrou variações no sinal

Rastreio de bois passa por teste em fazendas de MT

Gabriella Weiss
De São Paulo

A empresa brasileira UP2Tech começou a testar seu novo serviço de rastreabilidade de bovinos, o iBoi, em fazendas com conexão 4G de sua parceira TIM no projeto. O serviço, que rastreia a movimentação do gado por meio de brincos e envia dados por geolocalização, foi desenvolvido em dois anos e agora está em fase de testes em duas "Fazendas Conectadas" em Mato Grosso — consideradas exemplos nacionais de conexão — com 4G narrow band IoT da TIM. A conexão é semelhante à utilizada em tornozeleiras eletrônicas.

O produto está perto de estrear no mercado. A novidade é mais um passo de evolução nos esforços de sustentabilidade da pecuária, mas mostra como a evolução depende diretamente da qualidade da conexão das fazendas.

Nos testes, a medição da intensidade do sinal de narrow band (banda estreita) revelou variações significativas. Segundo dados preliminares, dos 78 dispositivos testados, a média de intensidade do sinal — dentro de uma faixa que varia de 0 a 31 — foi superior a 15. Porém, em determinados períodos, chegou a apenas 2 pontos.

Segundo o fundador da UP2Tech, Rodrigo Abreu, o sinal ainda insuficiente em alguns momentos pode ter várias razões, como casos em que os animais possam ter ficado embaixo de árvores, pontes ou outros locais onde o sinal oscilava. Ele sustenta, no entanto, que a média de intensidade do sinal é mais que suficiente para o bom funcionamento do serviço, que realiza dois pulsos por dia para oferecer a localização do animal.

Embora reconheça que seja preciso acesso a uma boa conexão para o funcionamento da tecnologia, Abreu demonstra otimismo com o produto. A UP2Tech pretende submeter o serviço à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no próximo dia 15, e sua expectativa é que o registro que permitirá sua comercialização saia até agosto.

DIVULGAÇÃO
Rodrigo Abreu, da UP2Tech: média de intensidade do sinal é suficiente

Os brincos desenvolvidos pela empresa têm perfis elétricos similares aos das empresas de telefonia e, em sua versão mais completa, são capazes de mapear os deslocamentos, contar os passos e medir a temperatura do animal e do ambiente em que ele está.

O sistema emite alertas quando os animais deixam as áreas pré-delimitadas e quando o brinco não está mais em contato com o boi — seja de forma acidental ou provocada. As baterias dos brincos, feitas de lítio, duraram até seis meses no caso da versão mais completa do dispositivo, e até um ano no caso dos brincos mais simples.

A companhia espera que a tecnologia viabilize a garantia fiduciária na pecuária. "Hoje você não consegue colocar um boi como garantia fiduciária, então a possibilidade de rastreabilidade seria uma forma de destravar os créditos que temos na pecuária hoje", diz o empreendedor.

A ideia é que o iBoi também faça registros que informem a qual contrato financeiro cada cabeça de gado está diretamente relacionada, servindo como uma garantia da instituição financeira até que o contrato seja quitado.

A UP2Tech aposta no iBoi como seu carro-chefe de incursão no agronegócio, e mantém sua expectativa de que a tecnologia lhe ajude a alcançar um faturamento de R$ 350 milhões neste ano.

R$ 350
milhões é a receita projetada em 2024

valor.com.br

Comércio

Exportações de carne de frango recuam

As exportações de carne de frango in natura e processada caíram 2,3% em junho, para 435,9 mil toneladas, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Em receita, a queda foi de 10,6%, para US$ 793,6 milhões. Ricardo Santin, presidente da ABPA, disse que a queda não compromete a projeção para o ano de aumento.

valor.com.br/agro

Na Argentina, carne, orgulho local, é para poucos

Cenários

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A recessão na Argentina e a inflação no país — que, nos 12 meses até maio, chegou a 289,4% — derrubaram as vendas de um símbolo do agro local. Neste ano, cada argentino vai consumir 44,8 quilos de carne bovina, segundo relatório da Bolsa de Comércio de Rosário. Essa é a média mais baixa de consumo do produto desde 1920.

O volume é bem inferior à média histórica, de 72,9 quilos por ano. Somadas as carnes bovina, de aves e suína, o consumo per capita será de 105,7 quilos por habitante em 2024, diz o relatório, o que representará uma queda de 7 quilos em relação à média dos últimos dez anos, de 112,8 quilos.

O relatório mostra que, nas últimas décadas, o consumo de carne bovina no país diminuiu, sendo parcialmente substituído pelo consumo de carne de frango. Mas, neste ano, a queda se acentuou, e a carne bovina passou a responder por 42% do consumo médio de carnes por habitante; em 2023, a média foi de 45,5%. Já o consumo de frango avançou 2,4 pontos percentuais, chegando também a 42%, ou 44,5 quilos. O consumo de carne suína, por sua vez, deverá subir 1,1 ponto percentual neste ano, para 16%.

14%
é a queda do consumo em 2024

A substituição da carne bovina é consequência, principalmente, do preço do produto, superior ao das carnes de frango e suína. A redução no consumo é também resultado da crise econômica. Hoje, metade da população do país, o equivalente a 45 milhões de pessoas, está em situação de pobreza.

O governo de extrema direita de Javier Milei fez ajustes profundos nas contas públicas, que permitiram ao país voltar a registrar superávit e a desacelerar a inflação. No entanto, as medidas ainda não melhoraram a renda da população.

De janeiro a maio, o consumo aparente de carne bovina somou 870 mil toneladas no país, ou 14% a menos do que no mesmo período de 2023. Nos cinco primeiros meses deste ano, os argentinos consumiram 69% da sua produção de carne bovina, fatia menor que o total do ano passado (75%) e inferior também à média histórica, de 85%.

Por
Alimentos Além de orgânicos , Rodrigo Oliveira vai produzir queijo coalho em Socorro (PE)

Chef do Mocotó coloca à prova sua versão agricultor

Isadora Camargo
De São Paulo

A versão agricultor de Rodrigo Oliveira, chef do restaurante Mocotó, tem ganhado novos matizes. Além de produtor de hortaliças e legumes orgânicos em um sítio em São José dos Campos (SP) e de farinha de mandioca e leite em uma propriedade em Socorro, no interior pernambucano, o chef de um dos restaurantes mais renomados da capital paulista agora também vai produzir queijo. Queijo coalho, mais precisamente.

No passado, a Fazenda Maniwa, nome da propriedade em Socorro, já teve queijaria, mas a estrutura, instalada havia 30 anos, estava defasada e inoperante. E a retomada tem objetivos ambiciosos. A nova estrutura da queijaria artesanal está em fase de implementação e o plano é iniciar a produção ainda este ano, Rodrigo conta ao **Valor**.

"Este é o ano da produção de queijo coalho. Para isso, vamos reimplementar a queijaria artesanal em busca do Selo Arte, que, se acontecer, será o primeiro do Estado de Pernambuco", diz em entrevista em seu restaurante da Vila Medeiros, na zona norte da capital paulista.

O Selo Arte é um certificado de identidade e qualidade, que assegura que os produtos alimentícios de origem animal foram feitos de forma artesanal, de acordo com regras do Ministério da Agricultura e Pecuária. Para Rodrigo, a retomada pode ajudar a dar novo impulso à produção de queijo regional.

O chef, filho dos pernambucanos José de Almeida e Lurdes Oliveira, passou a infância na fazenda Maniwa, que administra há quatro anos. Na propriedade de 350 hectares, onde a queijaria se somará ao plantio de mandioca e à fábrica de farinha, implementou projetos de recuperação de pastagens e de agricultura regenerativa, com foco na saúde do solo. Também plantou espécies nativas e de reflorestamento. Movimentos que, entusiasmado, Rodrigo chama de "revolução". "É impossível ter uma sociedade saudável sem um solo saudável", defende.

Além de iniciativas para ter uma produção mais sustentável na fazenda, a casa sede também passou por reforma. E foram feitos investimentos em ordenhas para melhorar a eficiência na produção do leite que será destinado à queijaria, segundo o chef.

O plano é que o queijo coalho seja destinado aos cinco restaurantes que Rodrigo Oliveira mantém em São Paulo, o que já acontece com a farinha de mandioca.

5
é o número de restaurantes do chef

Mesmo destino tem a produção do sítio em São José dos Campos, adquirido em 2021, em plena pandemia, pelo cozinheiro de 43 anos. Na Mulungu, nome da propriedade, há estufas, viveiros de mudas, pomares, mandioca, milho, hortaliças, café e até um galinheiro.

"Nesses dois primeiros anos de produção, já colhemos aproximadamente 5 toneladas de mandioca, 3 toneladas de tomate, 3 toneladas de abóbora, mais de 10 mil ovos. Começou a safra da banana há pouco tempo e já levamos cerca de 2 toneladas pro restaurante", enumera.

Como a produção das duas propriedades não é suficiente para suprir a demanda dos cinco restaurantes, Rodrigo também compra de uma rede de fornecedores de produtos orgânicos, de áreas próximas à capital paulista. Um desses fornecedores é a horta urbana de Parelheiros, na zona sul da cidade.

A escolha não é à toa. Para o chef, os produtos devem ser provenientes de áreas próximas, "respeitando a sazonalidade dos alimentos" e o que chama de "calendário da terra".

Afora a regionalização da agricultura, o cultivo urbano é outra forma de alimentar a sociedade com segurança e garantir qualidade dos produtos, defende ele, que busca aplicar esse princípio no Mocotó.

"O próximo passo é deixar a terra guiar o restaurante", diz Rodrigo. Com isso, os cardápios serão moldados a partir do que é safra e do que o campo entrega, o que, para ele, é uma maneira de "se alfabetizar na linguagem do campo".

O chef também tem seu próprio cultivo urbano. No restaurante Mocotó, na Vila Medeiros, aberto por seu pai em 1973 como um bar de produtos e artigos nordestinos (a 'Casa do Norte'), ele mantém uma horta repleta de temperos que são usados no menu. "A horta não dá conta de produzir hortaliças suficientes para os restaurantes. Por isso, nela, nos dedicamos a plantar temperos muito especiais, que não dão em qualquer lugar e precisam de cuidados no detalhe, como irrigação", conta.

Verbena e outros temperos exóticos passam a ter um toque de zona norte na horta do Mocotó, e os produtos que exigem volumes maiores ficam com os parceiros. O restaurante tem ainda uma área para compostagem dos resíduos orgânicos, que se transformam em adubo para o sítio no interior paulista e para a horta de temperos.

A ideia da composteira surgiu após conversas com agricultores vizinhos em São José dos Campos, conta Rodrigo. "Gosto desse contato com eles, de aprender sobre manejos de plantio e colheita", diz.

NILANI GOETTEMS/VALOR
Rodrigo Oliveira, na horta de temperos do Mocotó: "É impossível ter uma sociedade saudável sem um solo saudável"

Duas hortas urbanas, dois sonhos

Luciana Franco e Isadora Camargo
Para o Valor, de São Paulo, e de Santos (SP)

Foi em 2016 que Cesar Bisconti começou a flertar com a agricultura orgânica. Na época viajava com frequência a Socorro, a 130 km da capital paulista, para visitar feiras orgânicas organizadas por produtores locais. Nessas ocasiões lembrava de sua avó falecida. "Ela tinha uma casa no [bairro do] Ipiranga, onde mantinha uma pequena horta e alguns pés de banana. Era amante da culinária e gostava de ter no quintal os temperos que usava para cozinhar", lembra.

Foram dois anos de pesquisa sobre o tema, com a ideia de instalar na antiga casa da avó uma horta urbana. Até que, em 2018, Bisconti criou aUrban Farm Ipiranga, que nasceu a fim de mudar o uso de espaços ociosos dos grandes centros para a produção de alimentos sem agrotóxicos. Quase seis anos depois, a Urban fornece a restaurantes reconhecidos pelo guia Michelin.

"Nosso projeto propõe a valorização da biodiversidade regional e o resgate e preservação de hábitos culturais e alimentares", afirma.

A horta ocupa um espaço 6 mil metros quadrados, onde se colhem 1,2 mil quilos por mês de temperos, pepino, tomate, abóbora, e frutas como goiaba e amora, tudo em sistema agroecológico.

A iniciativa chamou a atenção de estabelecimentos da alta gastronomia. "Tudo começou com a Gabriela Barreto, proprietária do Chou e do Futuro Refeitório. Ela nos apresentou à Paola Carosella, que compra nossas cestas para abastecer sua casa e seus restaurantes", conta Bisconti.

Além do Arturito, da chef argentina, a Urban Farm também fornece hortaliças, legumes e raízes aos 'hits' da culinária saudável Fitó, Banana Verde e Carrito Organic. Uma semana antes da colheita, disponibiliza uma lista com os produtos da estação para que os cozinheiros façam seus pedidos, entregues na semana seguinte à colheita. Segundo Bisconti, a segurança alimentar e a garantia da entrega são diferenciais que atraem estabelecimentos até a Urban.

Em paralelo ao cultivo de alimentos, o projeto tem um clube de compostagem em conjunto com os moradores do bairro do Ipiranga. "Em 2023, compostamos 120 toneladas de resíduos orgânicos que seriam destinados a aterros e transformamos em adubo. Há um ano utilizamos só o [adubo] que produzimos", diz.

O que não é produzido na horta urbana, como alimentos de ciclo mais longo, é coletado com uma rede de 100 agricultores parceiros. Hoje, a Urban tem até opção de entregas semanais de cestas compostas por frutos, legumes, raízes e hortaliças da estação.

A cerca de 75 km dali, na periferia de Santos, um outro espaço de agricultura urbana gera renda e educação ambiental à comunidade do bairro de São Manoel. Implantada em 2014 por um grupo de voluntários, a horta comunitária Bons Frutos revigorou os fundos de um barracão abandonado — e cedido pela CPFL Energia há dez anos.

O espaço se tornou quintal de hortícolas e ervas, além de prover renda para aposentados ou desempregados da região. Diferentemente da Urban, a Bons Frutos produz para abastecer o mercado local e a população em situação de vulnerabilidade.

A voluntária Vilma Novetti conta que os preços são mais "justos e acessíveis" do que os de supermercado para estimular o consumo e a ideia da agricultura urbana.

Hoje, os 1,28 mil metros quadrados divididos entre as plantas e a composteira passam pela transição agroecológica, conta o professor e também voluntário Vinícius Sakamoto. "Educação ambiental e agricultura urbana são os pilares fundamentais do projeto. A ideia é que a comunidade tome posse, cuide e vá usufruindo do que produz na horta", acrescenta.

Mais de 50 pessoas são envolvidas ativamente no manejo, colheita e comercialização. "O bacana da agricultura urbana é fomentar os circuitos alimentares de proximidade. A gente consegue fazer com que aquilo que é produzido na horta gere elo afetivo", afirma.

THIAGO DE JESUS/VALOR
"Minha expectativa é que estimule a alimentação mais saudável"
Vilma Novetti

A Bons Frutos tem auxílio da prefeitura de Santos, com assistência técnica na produção. Segundo Vilma, "a horta era o sonho do bairro" (...) "Minha expectativa é que se torne pedagógica, estimulando a alimentação mais saudável", destaca.

Sicoob vai ofertar R$ 53,4 bi em crédito rural

Plano Safra

Rafael Walendorff
De Brasília

Com foco nas operações de custeio para pequenos e médios produtores, o Sicoob anunciou que vai disponibilizar R$ 53,4 bilhões em crédito rural no Plano Safra 2024/25. Cerca de 60% desses recursos (R$ 30,9 bilhões) vão para custear o novo ciclo produtivo em um cenário de mercado mais sensível aos riscos do clima e dos preços de commodities.

A cooperativa de crédito também vai destinar R$ 12 bilhões para investimentos e R$ 8,9 bilhões para industrialização e comercialização. "Não tem incerteza maior na cadeia do crédito do que a de quem planta. Banco gosta de previsibilidade, da comercialização para a frente, quando o produto já está colhido. Não são muitos agentes financeiros que entram no custeio, mas se não tiver plantio, não tem resto todo", afirmou o diretor-presidente do Sicoob, Marco Aurélio Almada, a jornalistas.

Com 8 milhões de cooperados no país, dos quais 560 mil são produtores rurais, o Sicoob se intitula "direcionado" para o custeio, mas tem ampliado a participação nas outras categorias de crédito. O repasse em linhas de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, será de R$ 2,9 bilhões nesta temporada.

Na safra passada (2023/24), o Sicoob desembolsou R$ 48,4 bilhões em financiamentos ao campo, alta de 29% sobre a temporada anterior. Um ritmo animador comparado à expansão de 9,2% do saldo de crédito no sistema financeiro geral, disse Almada. "O Sicoob chega a ser o operador de 5,7% de todo crédito rural do Brasil", completou. O valor programado para 2024/25 é 10% superior ao resultado do ciclo encerrado em 30 de junho.

O carro-chefe da instituição é a pecuária, responsável por 36% da demanda de crédito, mas a atuação é diversificada para café, soja e outras culturas agrícolas. O desembolso de Cédulas de Produto Rural (CPRs) evoluiu 240% na safra e vai ultrapassar os R$ 17 bilhões em 2024/25. As Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) têm sido uma fonte importante de recursos, disse o diretor administrativo e financeiro, Fernando Netto. O saldo captado com as emissões passou de R$ 28 bilhões recentemente.

A expectativa é expandir em 15% o montante de recursos equalizáveis nesta safra em relação aos R$ 8,2 bilhões operacionalizados no ciclo 2023/24, disse o diretor.

Apesar da manutenção dos juros aplicadas na safra passada, o diretor comercial e de canais do Sicoob, Francisco Reposse Junior, acredita que muitos produtores farão investimentos que ficaram represados. "O produtor não fica mais de dois anos sem fazer investimentos. Se tinha gente com projeto na gaveta, pode ser retirado nesse plano safra", apontou.

O setor esperava queda nos juros. "O aumento dos insumos deixa o produtor recuado para ver o que vai acontecer com dólar, mas as taxas para grandes e médios se mantêm competitivas quando isso ocorre, compensa de certa forma", disse o superintendente comercial de Agronegócios, Luciano Ribeiro.

Recessão
Consumo de carne bovina na Argentina cai ao menor patamar em um século
B7

Tokenização Drex ajuda bancos a criar sistemas de pagamento off-line, explica Rodrigo Mulinari, do BB C3

Crédito Bancos revisam de novo projeção de avanço do crédito em 2024 para 10% C2

Fundo Imobiliário BB Asset e Iguatemi compram 49,9% do shopping RioSul C6

Investimentos Wall Street questiona onde foram parar os grandes 'achados' da bolsa C2

Finanças

Inclui **Legislação & Tributos**

Mercados Dólar avança novamente apesar de sessão amena aqui e nos Estados Unidos antes da divulgação de indicadores de inflação

Petrobras sobe após reajuste e bolsa tem sexta alta seguida

Matheus Prado, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira
De São Paulo

A decisão da Petrobras de elevar os preços da gasolina e do gás de cozinha impulsionou as ações da estatal e elevou o Ibovespa a sua sexta sessão consecutiva de ganhos, em dia de oscilações contidas nos mercados local e americano. Depois da descompressão recente, investidores aguardam a divulgação de dados de inflação.

O Ibovespa avançou 0,22%, aos 126.548 pontos, enquanto o dólar teve ganhos de 0,25%, negociado a R$ 5,4755. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 recuou de 11,56% para 10,515%; e a do DI para janeiro de 2029 caiu de 11,935% para 11,90%. Nos Estados Unidos, o rendimento da T-note de 10 anos passou de 4,286% para 4,284%.

Sem novidades nos cenários macroeconômico global e local, o Ibovespa iniciou o pregão em leve queda, mostrando acomodação após cinco altas consecutivas. No entanto, o impulso positivo veio dos papéis da Petrobras, que anunciou um aumento nos preços da gasolina e do gás de cozinha para as distribuidoras, que passa a valer hoje. Assim, os papéis ON e PN subiram 2,33% e 2,45%, respectivamente.

Antonio Heluany, sócio e analista de commodities da Taruá Capital, entende que o anúncio foi positivo, observando que o preço da gasolina segue abaixo da paridade internacional, mas agora está dentro da banda estabelecida pela última gestão. Segundo ele, isso mostra algum compromisso da nova gestão com a política de preços, um dos três pilares do "case" de investimento junto com dividendos e capex, e tira incertezas.

Em um contexto um pouco mais amplo, investidores seguiram realizando alguns ajustes após a volatilidade expressiva que se estabeleceu no mercado nas últimas semanas, quando o estresse doméstico levou o dólar à faixa dos R$ 5,70 e contaminou a curva de juros. Ainda que os últimos pregões tenham sido marcados por certa melhora, participantes do mercado chamam a atenção para a persistência dos prêmios de risco após a piora das últimas semanas.

"Em nosso cenário base, partimos do pressuposto de que a piora dos preços dos ativos será parcialmente revertida. Isso deve ocorrer à medida que: a política fiscal venha a ser implementada de forma a atenuar a piora das expectativas; a condução da política monetária e a comunicação do Banco Central (BC) sejam percebidas como essencialmente técnicas; e os bons fundamentos da economia se manifestem nos indicadores", afirma a equipe de pesquisa econômica do Bradesco, em revisão de cenário.

No entanto, dizem que o quadro negativo afetou o cenário para os ativos. "Mesmo partindo do pressuposto de que ações concretas reduzirão a pressão sobre os mercados, incorporamos uma parte dessa incerteza e aumento de riscos nos números, em uma espécie de valor esperado de cenários alternativos: um mais positivo, em que o quadro se restabelece totalmente, e um mais pessimista, em que os ajustes não se processam", apontam.

Assim, o Bradesco passou a incorporar em seu cenário-base um IPCA mais alto em 2024, de 3,8% para 4,1% e em 2025, de 3,1% para 3,4%. As projeções de Selic para o próximo ano também foram alteradas, segundo a equipe chefiada por Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco. A estimativa para os juros básicos subiu de 9,5% para 10,5% no ano que vem.

"As decisões do BC continuarão sendo pautadas pela evolução dos indicadores efetivos ao longo dos próximos 18 meses e tomadas a cada reunião do Copom, o que ainda mantém aberta a chance de cortes de juros se o cenário mais positivo se materializar. No entanto, nossa projeção de inflação um pouco mais elevada e diante de uma postura eventualmente mais cautelosa da nova diretoria, em sua busca pela ancoragem das expectativas, sugere que o espaço para cortes de juros será menor", apontam.

Adicionalmente, as projeções para a taxa de câmbio em 2024 passaram de R$ 5,10 para R$ 5,30, enquanto as estimativas para 2025 subiram de R$ 4,80 para R$ 5,10.

0,25% foi a alta do dólar, que encerrou aos R$ 5,4755 ontem

Para José Faria Junior, sócio e diretor da Wagner Investimentos, o dólar ainda está "esticado" no nível atual e um retorno ao patamar de médio prazo, entre R$ 5,30 e R$ 5,40, seria saudável, mas pode demorar. Apesar da melhora, "não estamos totalmente livres de volatilidade, já que no dia 22 teremos o anúncio do contingenciamento e este pode decepcionar. Em todo caso, é provável que o pior tenha ficado para trás", diz.

Heluany, da Taruá, afirma que a volta do fluxo de entrada do investidor estrangeiro ajudou a performance da bolsa nos últimos dias. "Mas ainda não sabemos se foi algo oportunístico ou se será mais sustentado. A economia americana parece estar dando sinais de enfraquecimento, o que faz com que investidores voltem a vislumbrar cortes de juros. E o Brasil é um candidato a receber fluxo, ainda que o cenário interno esteja pior do que no fim do ano passado", afirma.

A Taruá tem uma carteira diversificada, mantendo exposição a papéis cíclicos domésticos para poder surfar o movimento. Mas uma rotação completa para o risco ainda parece precipitada, diz o executivo. "O patamar do dólar segue acima das projeções de analistas, então é possível pensar em revisões de lucros para cima nos setores de empresas exportadoras."

LUCIANA WHITAKER/VALOR

Antonio Heluany, sócio da Taruá Capital: preço da gasolina segue abaixo da paridade mesmo com reajuste

Santander cria crédito imobiliário sem usar poupança

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Com a redução cada vez maior dos recursos da poupança para alimentar as linhas de crédito imobiliário, os bancos começam a recorrer ao mercado de capitais como forma de suprir o "funding" necessário para atender a demanda. Nesse cenário, o Santander desenvolveu um financiamento para incorporadoras que busca resolver o dilema de ter uma menor dependência da caderneta.

Chamado de Ciclo Estendido, o produto de crédito para empresas do setor usa a estrutura de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) como principal fonte de recursos. A característica mais relevante, no entanto, é que a solução abrange tanto o momento pré-obra, quando há compra do terreno e lançamento do projeto, quanto a própria edificação e o período após a construção já estar pronta, no qual a companhia precisa fazer o repasse dos financiamentos das unidades vendidas na planta para as instituições financeiras.

"É um produto inovador, porque temos uma maneira de financiar o ciclo imobiliário sem a dependência da poupança", afirma o diretor de negócios imobiliários do banco, Sandro Gamba. De acordo com o executivo, "um ponto importante do projeto é buscar alternativas de funding para o setor". O diretor do Santander explica que a estratégia da instituição prevê concentrar os recursos subsidiados da caderneta no crédito para pessoa física e utilizar mais o mercado de capitais no caso das empresas.

Conforme o chefe de negócio imobiliário para pessoa jurídica do Santander, Robson Bhering, os custos antes de iniciar a obra, que abrangem terrenos, outorgas, potenciais construtivos e lançamento, estão cada vez mais relevantes. "Avaliamos que o processo de financiamento acaba se tornando pouco otimizado, porque o incorporador busca um financiamento pré-obra, por exemplo, por meio de investidores no mercado de capitais, e depois tem de buscar outra estrutura para a construção propriamente dita, em geral, por meio dos bancos, no chamado plano empresário. Após a construção estar pronta, tem a fase de repasse das dívidas dos compradores para as instituições financeiras, que assumem o financiamento."

O executivo diz que o Ciclo Estendido reúne tudo em uma só estrutura e confere previsibilidade e tranquilidade no desenvolvimento de todo o projeto, "já que o incorporador tem um funding garantido em todas as fases". Bhering explica que, dentro do novo formato de financiamento, é possível lançar séries diferentes para captações em momentos específicos, como no início do projeto e para custear os gastos da obra. "Mas toda a subscrição desse CRI já sai garantindo tanto o funding para o pré-obra quanto para a fase seguinte", afirma o executivo.

R$ 2,2 tri é o estoque de 'funding' para o crédito imobiliário

Gamba complementa que a estrutura ajuda também a equilibrar o fluxo de caixa do projeto imobiliário, porque na fase pré-obra, o empreendedor costuma ter de fazer parte do pagamento do financiamento durante a construção. Com a unificação das etapas em uma mesma solução de crédito, o desembolso será feito ao término da obra, com o repasse da carteira de clientes. "É um modelo que a gente está desenvolvendo sem depender da poupança, ou seja, de um funding que a gente sabe que está restrito", ressalta o diretor. "Nesse sentido, não temos limitação de funding [para o Ciclo Estendido]", acrescenta.

O cenário de disponibilidade de recursos direcionados por meio da poupança tem ficado mais crítico a cada ano. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a participação da caderneta na estrutura de funding do crédito imobiliário tem encolhido.

Em dezembro de 2021, a poupança exibia uma participação de 46% nessa estrutura. No fim de 2022, a fatia caiu para 40%. E no encerramento do ano passado, a caderneta passou a 34%, como reflexo de fortes saques ocorridos nos últimos três anos. Por outro lado, a demanda por CRIs permanece aquecida. O estoque desses certificados subiu de R$ 106 bilhões em 2021 para R$ 184 bilhões no fim de 2023.

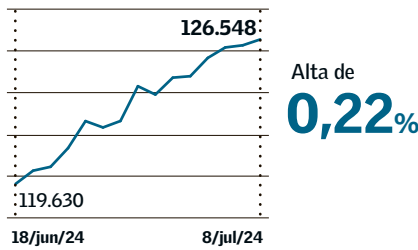
Com essa redução de disponibilidade de recursos da poupança, "o mercado imobiliário precisa se reinventar", diz Gamba. "Não se trata de suprir a diminuição da caderneta, mas de reduzir a dependência da poupança", acrescenta.

O diretor lembra ainda que, mesmo com a diminuição de relevância da poupança, o volume de recursos na estrutura do crédito imobiliário cresceu R$ 460 bilhões de 2021 para 2023, para um total de R$ 2,17 trilhões. "Parte do crescimento foi suprido pelo mercado de capitais, com títulos bancários como Letra de Crédito Imobiliário [LCI] e Letra Imobiliária Garantida [Lig], securitizados, como CRIs, e pelos fundos imobiliários", afirma Gamba.

No total, os estoques de FII, CRI, Lig e LCI alcançam um volume de R$ 857 bilhões, que já representam 40% da estrutura de funding. Os recursos da poupança obrigatoriamente direcionados por lei, ou seja, 65% do saldo das instituições financeiras, atingem R$ 747 bilhões, com participação de 34%, segundo dados da Abecip do fim de 2023.

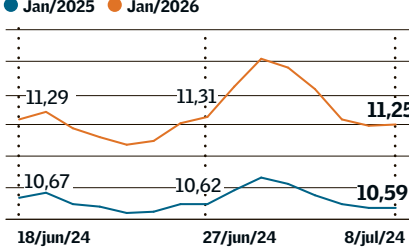
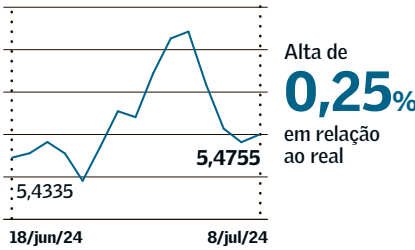
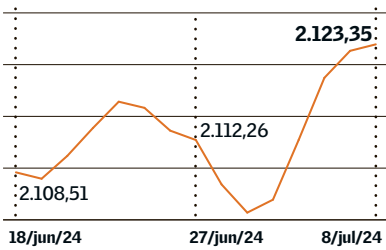
O diretor de negócios imobiliários acredita que a poupança vai continuar como principal fonte de recursos ao crédito imobiliário para pessoa física. "Isso porque é um financiamento de longo prazo. Nós estamos falando de 30 anos e, para esse público e essa estrutura de financiamento, a poupança continua e vai continuar muito importante."

Conforme o executivo, no caso das operações de curto prazo o mercado de capitais pode assumir papel mais relevante. "Para operações de ciclo curto, como financiamento à construção, o funding de mercado pode ser mais interessante, porque a carteira pode ser securitizada [como lastro de CRI]", diz.

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 8/jul/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,08
S&P 500	0,10
Euronext 100	-0,22
DAX	-0,02
CAC-40	-0,63
Nikkei-225	-0,32
SSE Composite	-0,93

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Investimentos Para analistas, companhias boas de menor capitalização foram alvo de fusões e aquisições ou cresceram e agora ficaram com preço muito elevado

Wall Street questiona onde foram parar os grandes 'achados' da bolsa

Spencer Jakab
Dow Jones Newswires

Taxas de juro baixas são boas para as ações. Mas são boas para o mercado de ações?

Essa diferenciação parece estranha, mas ela pode ter um peso nos retornos futuros dos investidores americanos. Já não há tantas empresas para comprar, e as que restam simplesmente não são mais o que costumavam ser.

Atualmente, a maioria dos investidores está satisfeita com suas carteiras, não importa se o que possuem são ações de alguns dos nomes mais populares, como Nvidia, Microsoft e Apple, que têm impulsionado o mercado, ou fundos de investimento levados às alturas pelo mesmo grupo de empresas. É em momentos de grande concentração em poucas companhias como este que os que são do contra e querem continuar investindo se voltam para aquele canto esquecido do mercado: as ações de empresas menores.

Por exemplo, o principal índice das grandes empresas — o S&P 500 — superou o índice equivalente das pequenas empresas mais populares, o Russell 2000, em 93 pontos percentuais durante o boom tecnológico de 1994-1999. Assim como hoje, um punhado de grandes empresas foi responsável por uma parcela desconcertante desses ganhos. Depois, ao longo de 2014, o índice das ações de pequena capitalização superou o S&P em 114 pontos percentuais.

Mas o último "bull market" prejudicou essa via de escape. Basta olhar para uma das medidas mais amplas de ações dos Estados Unidos: o índice FT Wilshire 5000 abrangia muito mais ações do que poderia ter há um quarto de século. Recentemente ele caiu para 3.381 membros, o que não forma um nome assim tão fácil de lembrar como o original.

MICHAEL NAGLE/BLOOMBERG

Ações de grandes empresas da Bolsa de Nova York superaram companhias menores

Parece que isso não deveria estar acontecendo. Os americanos raramente estiveram tão entusiasmados com ações como estão hoje e nunca tiveram tantas maneiras de distribuir suas escolhas pelo mercado de forma tão barata, mas eles estão enviando ordens a partir de um cardápio cada vez menor: hoje o número de fundos de ações disponíveis para eles é quase três vezes o de empresas americanas com ações negociadas em bolsa.

Embora 70% do valor de mercado mundial de ações seja de papéis americanos — incluindo as 10 empresas de maior valor—, um volume sem precedente, menos de 10% das companhias listadas em bolsa no mundo eram americanas em 2022, de acordo com o Banco Mundial — menos de metade da proporção do fim dos anos 1990.

Como essas duas coisas podem ser verdadeiras? A explicação é que um longo período de taxas de juro baixas e o crescimento dos fundos que acompanham índices (ETFs) transformaram as pequenas empresas americanas em oportunidades de aquisição atraentes.

"Muitas dessas empresas lucrativas que mais pareciam valores mobiliários que amamos foram compradas", diz Eric Cinnamond, um dos fundadores da Palm Valley Capital Management.

Para o veterano dos investimentos em ações de pequena capitalização e de valor, o que arrebatou centenas de empresas atraentes foi uma combinação de outras companhias e de investidores de private-equity que usavam dívida barata. Isso significa um problema para Cinnamond e para qualquer outra pessoa que tenha como foco obter um alto retorno com empresas menores: um número de opções extremamente pequeno. "As que restam têm margens de lucro muito abaixo da norma histórica."

> "A maioria das boas empresas foi comprada. As que restam têm margens muito baixas"
> *Eric Cinnamond*

Se você simplesmente classificar o mercado em grandes versus pequenos e observar as medidas de avaliação divulgadas, esse problema não será óbvio. Por exemplo, o FTSE Russell divide o mercado dos EUA nas 1.000 ações de maior capitalização e nas 2.000 ações seguintes. Um dos principais fundos negociados em bolsa (ETF) que acompanha o último grupo, o ETF iShares Russell 2000, supostamente tem uma relação preço/lucro inferior a 13 vezes, enquanto o fundo mais popular que rastreia grandes ações, o ETF SPDR S&P 500, parece muito caro, a cerca de 27 vezes.

Os dois são caros: apenas metade dos ETFs de empresas menores são lucrativos e por isso eles não são contados no denominador dessa relação. Mesmo durante recessões profundas no passado, uma parcela mais alta de pequenas empresas nesse índice conseguiu algum lucro.

Em um momento em que os títulos do Tesouro, que são considerados livres de risco, têm taxas de retorno superiores a 5%, uma das respostas poderia ser esperar que as ações fiquem mais baratas. Mas tentar adivinhar o tempo do mercado geralmente acaba mal para os que não são profissionais. Uma opção melhor para os que preferem fundos de índice baratos pode ser escolher uma referência mais saudável.

Por exemplo, um ETF popular que acompanha um índice de ações de pequena capitalização do S&P Dow Jones Indices parece semelhante ao seu equivalente do FTSE Russell, mas superou-o em 300 pontos percentuais ao longo dos 24 anos de existência dos dois. A diferença parece ser que o provedor do índice analisa a rentabilidade antes de adicionar uma ação, por isso inclui menos delas.

Da mesma forma, um índice de pequena capitalização mantido pela Wilshire teve recentemente um retorno médio em ações vastamente superior, de 8,63%, em comparação com os 4,65% de seu equivalente do Russell. Em abril, a Wilshire publicou um relatório em que pede aos investidores que prestem atenção e "evitem a armadilha do tamanho".

Uma estratégia ainda melhor para apostar num renascimento das empresas de pequena capitalização pode ser escolher ações de valor ou se aventurar para além das fronteiras dos EUA em busca de oportunidades no segmento. Da mesma forma que o pêndulo do desempenho das ações oscilou demais para o lado das grandes empresas, o investimento em valor tem passado por uma situação difícil. As pequenas empresas estrangeiras, e em especial as europeias, também parecem preparadas para ter um desempenho superior à média, de acordo com um relatório divulgado na semana passada pela DataTrek Research.

O fundo de valor de pequena capitalização de Cinnamond detém poucas ações hoje, mas as estrangeiras estão bem representadas.

Mas não espere que mesmo um índice bem construído proporcione retornos absolutos semelhantes aos dos dias de glória do passado. Até que o mercado dos EUA seja repovoado com pequenas empresas boas, ou até que as ações se tornem baratas, os investidores em ações enfrentarão outra ressaca dos anos de taxas baixas.

Bancos veem expansão de 10% do crédito

Álvaro Campos
De São Paulo

Mesmo em meio ao cenário econômico incerto, com as dúvidas sobre a sustentabilidade da política fiscal e a interrupção no ciclo de cortes da Selic, os bancos revisaram novamente sua projeção para a expansão do crédito este ano. Segundo a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a previsão passou para 10%, de 9,3% no levantamento anterior.

O destaque ficou para a revisão de alta na projeção da carteira direcionada, cuja expectativa subiu de 10,1% para 11,3%, com ênfase na linha destinada às empresas, que sofreu a maior revisão para alta (de 8,7% para 11,7%). No crédito livre, a projeção passou de 8,6% para 9,2%, mas nesse caso puxado pelas pessoas físicas (de 9,5% para 10,6%).

"A revisão para cima do crescimento do crédito total captada na pesquisa pode ser explicada por vários fatores. O segmento mostrou números positivos ao longo do 1º semestre, refletindo o ciclo de queda da taxa Selic e os índices de inadimplência. Além disso, o mercado de trabalho aquecido e o aumento da massa salarial devem continuar impulsionando as linhas voltadas ao consumo das famílias", avalia em nota Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Febraban.

Ao mesmo tempo, ela aponta que os programas públicos aprovados para a reconstrução do Rio Grande do Sul após as enchentes devem dar um impulso importante no segundo semestre, conforme captado na projeção para a carteira direcionada destinada às empresas. "Na direção contrária, temos que acompanhar a evolução do cenário macro para ver se as turbulências recentes podem afetar o ritmo do mercado de crédito", pondera.

Em relação à taxa de inadimplência da carteira livre, a pesquisa capturou estabilidade na projeção para 2024 (4,4%) e 2025 (4,2%). Já em relação ao desempenho do crédito em 2025, a projeção para a alta da carteira total também registrou estabilidade, em 8,9%.

De acordo com a pesquisa, a grande maioria dos participantes (85%) entendeu que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de interromper, de forma unânime, o ciclo de queda da taxa Selic foi adequada. Por outro lado, a expectativa para a taxa de câmbio migrou para um patamar bem superior às pesquisas anteriores, permanecendo acima de R$ 5,20 até o fim de 2024 (ante projeções próximas a R$ 5,00 no levantamento prévio).

O que o Fed deveria debater em Jackson Hole

Análise

Mohamed El-Erian
Financial Times

Lembram da crise financeira da Ásia, do choque causado pela quebra do fundo hedge LTCM, do calote da dívida russa e do colapso do Lehman Brothers? Todos eles estouraram no verão do Hemisfério Norte.

Mas quando há menos incêndios financeiros para apagar, os bancos centrais consideram que esta estação do ano é um bom momento para fazer um balanço da situação das suas políticas e para onde gostariam que elas fossem. A agenda de reuniões sobre políticas monetárias é mais leve e muitos participantes do mercado estão em férias.

O resultado desse exame sobre suas políticas com frequência vem a público em uma reunião no fim de agosto em Jackson Hole, Wyoming. Esse encontro anual organizado pelo Federal Reserve de Kansas City reúne dirigentes de bancos centrais de todo o mundo, economistas da área acadêmica e representantes dos meios de comunicação especializados. Ele tem servido como um fórum importante e interessante para avaliar a eficácia da política do banco central e explorar novas ideias. Como ficou demonstrado de maneira bastante dramática em 2010 pelo então presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Ben Bernanke, também é o fórum para anunciar novas direções nas políticas.

E neste verão? Tenho muita esperança – embora, infelizmente, não uma expectativa segura – de que o quadro de economistas doutorados competentes e outros especialistas em políticas do Fed deliberem sobre um conjunto de questões que são fundamentais para o bem-estar econômico dos EUA e para a estabilidade financeira mundial; e de que possamos receber alguma pista sobre a direção e o conteúdo de seu pensamento quando o presidente Jay Powell fizer sua tão esperada palestra no mês que vem. Quais são essas questões? Esta é minha lista:

Em primeiro lugar, por que as previsões do Fed foram tão equivocadas, seja sobre a inflação ou o desemprego — o chamado mandato duplo — nos últimos anos? E até que ponto isso resultou em uma mudança de longo prazo para uma dependência excessiva de dados na formulação da política do banco central? Há ainda outra questão relacionada a isso: quais são as implicações do número fora do comum de guinadas recentes nos sinais de política monetária?

Em segundo lugar, as mudanças estruturais e seculares em curso na forma como as economias dos EUA e do mundo funcionam têm mais consequências para a concepção de políticas do que os dados "ruidosos" de curto prazo. Portanto, não será o momento de combinar a dependência dos dados com uma injeção muito maior de pensamento estratégico voltado para o futuro?

Terceiro, dado que as revisões de 2020 da estrutura da política monetária do Fed já estavam desatualizadas praticamente no momento de sua publicação e é possível que fossem prejudiciais, não existe uma necessidade urgente de acelerar sua revisão?

Quarto, será que o Fed conseguirá encontrar confiança e humildade suficientes para confrontar de maneira analítica duas questões-chave e inter-relacionadas que terão impacto sobre se sua política contribui para o bem-estar econômico ou o prejudica — ou seja, qual é a meta de inflação apropriada e qual é o nível das taxas de juro neutras, em que as condições monetárias não são nem apertadas demais nem relaxadas demais?

> Por que as previsões do Fed foram tão equivocadas, seja sobre a inflação ou o desemprego?

Quinto, será que este não é o momento de o Fed colocar uma ênfase muito maior no risco de prejudicar excessivamente a economia real e o emprego, em oposição ao risco de reacender as chamas inflacionárias?

Sexto, como o pensamento de grupo e a falta de diversidade cognitiva fizeram o Fed tropeçar tantas vezes, não será a hora de avaliar a possibilidade de mudar para a prática do Banco de Inglaterra de nomear peritos externos para o Federal Open Market Committee (FOMC), o principal comitê de formulação de políticas do BC?

Sétimo, será que não é o momento de reconhecer que a abordagem atual sobre comunicação e, em particular, a centralidade do Resumo das Projeções Econômicas – que contém o "mapa gráfico" das expectativas – alimentam a confusão no mercado e a volatilidade das taxas de juro, em vez de oferecer uma transparência construtiva para os mercados sobre o rumo que a política e a economia vão tomar, e por quê?

Oitavo e último, não está na hora de sermos mais abertos sobre os riscos das atuais perspectivas fiscais dos EUA para a posição do dólar no mundo, a credibilidade dos bônus do governo americano como os "ativos seguros" mais importantes dos mercados mundiais, e o funcionamento ordeiro do sistema financeiro dos EUA como o intermediário dominante e confiável da riqueza e da poupança de outros países?

Nenhuma dessas questões é fácil de lidar. Elas também são muito desconfortáveis para o Fed, que ainda não se recuperou totalmente de seus erros de política. E, no entanto, essas questões são fundamentais para a eficácia da política monetária e para a independência política do banco central mais poderoso do mundo.

Eu entendo que pode muito bem existir a tentação de continuar a se esquivar de questões difíceis. Infelizmente, isso apenas as tornaria mais urgentes e difíceis de resolver, o que significaria maiores riscos para o bem-estar da economia dos EUA e para a estabilidade financeira mundial.

O autor é presidente do Queens' College, de Cambridge e conselheiro da Allianz

Curtas

Alta no seguro habitacional
O seguro habitacional registrou crescimento de 10,6% em arrecadação nos quatro primeiros meses de 2024 ante o mesmo período de 2023. A modalidade arrecadou R$ 2,3 bilhões no período. *(Sérgio Tauhata)*

Pix registra recorde
O Pix registrou recorde de transações em um único dia na sexta-feira, dia 5. Segundo o Banco Central, foram 224,2 milhões de transações. O recorde anterior era de 206,8 milhões em 7 de junho. *(Gabriel Shinohara)*

Tokenização Soluções permitem a populações carentes ou isoladas por calamidades fazer transações sem estar conectadas à internet

Caixa e BB usam Drex para fazer pagamentos off-line

Ricardo Bomfim
De São Paulo

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (BB), em consórcios separados dentro do projeto piloto do Drex, que digitaliza o real brasileiro, estão tentando viabilizar soluções de pagamentos off-line. O objetivo é permitir que com um celular ou um cartão as pessoas possam pagar compras em maquininhas POS mesmo que estejam em uma região sem acesso à internet, algo que ainda é realidade para algumas localidades do Brasil.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios de 2023, 16% dos domicílios brasileiros ainda não possuíam acesso à internet e 29 milhões de pessoas afirmaram não terem se conectado à rede naquele ano no país.

Neste contexto, a Caixa anunciou recentemente que criou, em parceria com a Elo e a Microsoft — seus parceiros dentro do Drex — um sistema de pagamentos digitais off-line. Segundo as empresas, a ferramenta visa permitir a realização de transações financeiras especialmente nas regiões remotas e pouco assistidas do país. Um dos casos de uso citados pelas instituições é o do recebimento do voucher pelos beneficiários do Bolsa Família sem que eles precisem se deslocar para áreas urbanas. Hoje habitantes de comunidades ribeirinhas, por exemplo, precisam ir para outras cidades para sacar os valores a que têm direito pelo programa.

DIVULGAÇÃO

"Drex extrapola as fronteiras dos bancos com contratos inteligentes" *Rodrigo Mulinari*

Já o BB está trabalhando em uma iniciativa em parceria com a empresa alemã Giesecke + Devrient (G+D), que já implementou soluções parecidas ao redor do mundo, como no caso do da moeda digital de banco central (CBDC) de Gana. O projeto testou pagamentos off-line duplos consecutivos em locais fora da rede, quando tanto pagador quanto beneficiário estão sem conexão à internet. Desse modo, de acordo com o diretor de vendas da G+D, Hélio Inoue, foi possível fazer transações digitais mesmo em aldeias remotas da África Subsaariana, região na qual apenas cerca de 29% das pessoas possui internet móvel.

"A base da solução de pagamento sem internet é 'token money'. Os dispositivos são operados off-line e temos a segurança de que o dinheiro está transitando entre as carteiras", afirma Julierme de Souza, executivo de tecnologia do BB. Segundo ele, os dispositivos envolvidos no pagamento são registrados em uma cadeia como uma blockchain e quando o aparelho encontra alguma conexão à internet a tecnologia concilia tudo o que aconteceu durante o período off-line. Além do atendimento a regiões carentes, a ferramenta também poderia ajudar em momentos de interrupção ao fornecimento de energia e acesso à rede mundial por eventos como furacões, tempestades e inundações.

Rodrigo Mulinari, diretor de tecnologia do BB, diz que o desenvolvimento das funcionalidades reflete o quanto o banco entende e estuda o potencial do Drex para reestruturar ou rever processos das instituições financeiras. "Hoje, o Drex extrapola as fronteiras dos bancos com contratos inteligentes e tem vários pontos em que pode ser utilizado", aponta o executivo.

A Caixa afirmou que sua solução deve trazer benefícios para "regiões mais remotas e pouco assistidas", e que a utilização da tecnologia pode ajudar a criar novos produtos e oportunidades de negócios. A disponibilidade das ferramentas para a população depende do Banco Central, que é quem coordena o piloto do Drex e avaliará os casos de uso trazidos pelos bancos.

Com cenário incerto, XP reduz orçamento de risco de portfólios

Liane Thedim
Do Rio

Diante das incertezas em relação ao cenário internacional e doméstico, os portfólios da XP estão usando somente 60% de seu orçamento de risco, afirmou ontem Artur Wichmann, diretor executivo de investimentos da empresa e presidente do Comitê de Alocação da XP Advisory Brasil. Segundo ele, a preferência da casa tem sido alocações em renda fixa ligada à inflação, ou seja, títulos corrigidos pelo IPCA mais juros.

Segundo ele, historicamente investimentos nesse tipo de papel têm retornos positivos e acima do CDI em 85% das janelas nos últimos dez anos, além de proteger da inflação. "O maior destruidor de portfólios é a inflação, e 'asset allocation' também é proteger portfólio. Esses títulos satisfazem as duas condições, retorno e proteção", disse ele durante apresentação da edição do relatório "Onde investir" para o segundo semestre de 2024.

Wichmann afirma que a bolsa brasileira está barata, no entanto, perde atratividade quando é comparada a títulos de renda fixa. Para ele, a tendência é uma convergência gradual da inflação americana em direção à meta, o que permitirá que o Banco Central do país corte os juros no último trimestre deste ano, com a chance, porém, de ter que adiar o corte para 2025 caso a melhora demore para acontecer. "No Brasil, as escolhas de política macroeconômica vão determinar nosso desempenho, sobretudo a questão fiscal."

Caio Megale, economista-chefe da XP, destacou que a casa mudou a projeção para o dólar no fim do ano de R$ 5 para R$ 5,40. De acordo com ele, apesar do preço das commodities beneficiar a balança comercial brasileira e da previsão de corte de juros nos EUA, o câmbio está reagindo a incertezas internas, com maior percepção de risco em relação à política fiscal e ao controle da inflação. "A temperatura já diminuiu, mas uma parte dessa percepção de risco fica por mais tempo."

O economista comenta que a projeção da XP para o PIB brasileiro é de alta de 2,2% neste ano, com possibilidade de revisão para cima. Ele não prevê novos cortes de juros até o fim do ano, mas também não acredita em elevações. "Nos patamares atuais de projeção de inflação, entre 3% e 3,5%, deixar a Selic mais tempo nesse patamar já é suficiente." Mas ele pondera que o fator de risco é o câmbio voltar a subir, o BC poderia forçar o BC a elevar os juros. "Mas a barra é alta para isso acontecer."

Rodrigo Sgavioli, estrategista de alocação, vai na mesma linha de Wichmann e defende que a elevação do grau de risco dos portfólios seja gradual. Ele avalia que a correlação de curto e médio prazos entre renda fixa e variável dos Estados Unidos estão com comportamento diferente do que sempre tiveram, e nos últimos dois anos se consolidaram em terreno positivo, ou seja, na mesma direção — e não em caminhos opostos como visto até então. Sgavioli ressalta que essa mudança de padrão dificulta a construção dos portfólios.

Por isso, para ele, a melhor estratégia no momento é ter uma maior exposição a fundos imobiliários listados, com prioridade para os de "papel", ou seja, de recebíveis imobiliários, em busca de mais rendimentos ("dividend yield").

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 08/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.948,6768320	0,03	0,36	4,89
IRF-M	1+**	20.223,9216460	0,06	1,20	1,42
IRF-M	Total	18.379,0107620	0,05	0,91	2,43
IMA-B	5***	9.310,9747510	0,07	0,39	3,72
IMA-B	5+****	11.204,8209040	-0,04	1,68	-3,45
IMA-B	Total	9.900,5255330	0,01	1,04	-0,07
IMA-S	Total	6.747,1228950	0,04	0,25	5,58
IMA-Geral	Total	8.192,5328920	0,04	0,62	3,05

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	24/06	21/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,70	34,04	34,51	28,38	32,72	29,82
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,45	26,62	25,57	21,51	25,65	26,30
Conta garantida pré - a.a.	52,00	42,32	44,19	51,12	52,54	48,33
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,80	22,75	21,55	21,86	27,56
Vendor pré - a.a.	15,40	15,46	15,61	15,05	15,98	18,06
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,48	19,78	20,99	16,84	17,82	20,47
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,78	17,66	17,83	17,17	18,22	18,02
Conta garantida pós - a.a.	24,96	24,96	25,98	24,89	24,13	26,89
ACC pós - a.a.	8,65	8,44	8,85	8,60	8,61	9,05
Factoring - a.m.	3,26	3,28	3,30	3,32	3,34	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	08/07/24	05/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,4000	5,3300	5,3300	5,0600
1 mês	-	5,3377	5,3361	5,3364	5,3304	5,0663
3 meses	-	5,3541	5,3528	5,3533	5,3517	5,0145
6 meses	-	5,3868	5,3863	5,3873	5,3885	4,8139
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6650	3,6560	3,9120	3,4060
1 mês	-	3,7256	3,7471	3,7869	3,9123	3,2856
3 meses	-	3,8635	3,8736	3,8829	3,9257	3,1116
6 meses	-	3,9133	3,9184	3,9227	3,9437	2,7223
1 ano	-	3,8915	3,8904	3,8863	3,8570	1,6788
Euribor ***						
1 mês	-	3,635	3,655	3,632	3,679	3,425
3 meses	-	3,712	3,709	3,711	3,759	4,640
6 meses	-	3,678	3,678	3,682	3,735	3,945
1 ano	-	3,588	3,567	3,578	3,701	4,193
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,37	5,37	5,37	5,24
T-Bill (3 meses)	5,36	5,36	5,36	5,36	5,39	5,37
T-Bill (6 meses)	5,29	5,28	5,30	5,32	5,37	5,48
T-Note (2 anos)	4,64	4,61	4,77	4,75	4,89	4,95
T-Note (5 anos)	4,25	4,22	4,43	4,38	4,46	4,36
T-Note (10 anos)	4,28	4,28	4,47	4,40	4,43	4,07
T-Bond (30 anos)	4,47	4,48	4,63	4,56	4,56	4,04

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	mai/24 (Mês)	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,24	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,46	11,68
CDI	0,24	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,46	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	0,91	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,43	7,89
IMA-B	1,04	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,07	3,07
IMA-S	0,25	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,58	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,13	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,69	4,93
Índice Small Cap	4,52	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-11,01	-11,96
IBrX 50	1,99	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,26	7,39
ISE	3,18	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-7,29	-5,90
IMOB	5,05	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-12,64	-8,32
IDIV	1,60	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,86	12,09
IFIX	0,00	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,09	6,09
Dólar Ptax (BC)	-1,56	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	13,03	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-2,02	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	12,84	16,69
Euro (BC) (4)	-0,41	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	10,81	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,97	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	10,37	14,54
Ouro (BC)	-0,45	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	28,86	39,96
Inflação								
IPCA (5)	-	0,32	0,46	0,38	0,16	0,83	2,60	4,34
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 8/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,32% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 03/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.516.789,73					885,48	20.226,52	213.217,26	227.397,07
RF Indexados (2)	145.966,17	0,25	0,09	2,31	7,19	-195,65	-707,31	-8.224,85	-17.854,98
RF Duração Baixa Soberano (2)	678.868,40	0,04	0,11	4,93	10,88	-541,15	9.239,97	39.478,14	55.154,43
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	855.155,32	0,04	0,12	5,60	12,40	2.814,96	6.576,50	58.198,73	67.733,29
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	180.323,85	0,04	0,05	5,64	12,41	372,09	1.120,68	73.942,99	79.117,82
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.423,75	0,10	0,12	4,36	9,11	83,57	316,95	-2.903,97	-4.269,27
RF Duração Livre Soberano (2)	215.267,96	0,09	0,11	4,37	9,92	-198,48	2.668,91	-13.037,32	-29.202,04
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	640.943,35	0,07	0,08	4,82	10,81	-762,14	2.244,41	-32.994,38	-50.450,33
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	360.704,54	0,14	0,13	4,62	11,31	-875,75	97,90	77.223,06	128.259,53
Ações	614.494,66					-292,84	-1.364,33	-899,53	39.711,59
Ações Indexados (2)	10.074,21	0,73	1,41	-6,32	4,72	3,38	-166,83	235,07	-930,97
Ações Índice Ativo (2)	31.175,25	1,02	1,54	-7,03	2,65	-27,40	-574,80	-4.316,58	-4.154,94
Ações Livre	223.327,36	0,98	1,21	-4,21	5,23	-237,20	-484,88	837,36	-4.918,43
Fechados de Ações	125.262,33	0,45	0,04	-4,14	-3,65	119,90	146,10	-850,47	29.546,41
Multimercados	1.664.963,37					970,15	-20,67	-77.149,92	-206.399,09
Multimercados Macro	148.459,32	0,24	0,31	0,99	6,17	-129,89	-548,52	-28.010,75	-51.454,11
Multimercados Livre	634.550,87	0,10	0,20	2,96	8,09	1.063,65	1.420,64	453,60	-54.561,10
Multimercados Juros e Moedas	49.728,64	0,10	0,13	4,68	11,01	-42,76	-59,32	-7.942,55	-17.607,00
Multimercados Invest. no Exterior (2)	751.512,30	-0,31	0,24	5,07	12,28	24,47	-914,17	-42.597,48	-78.171,10
Cambial	6.560,66	-1,96	-0,37	17,86	22,70	-24,41	-41,25	-388,56	-1.361,70
Previdência	1.435.038,64					-507,41	-94,59	18.171,19	41.051,33
ETF	43.734,96					170,97	-162,62	-1.957,91	-3.073,56
Demais Tipos	2.010.542,80					-416,21	-1.629,29	43.848,41	55.523,65
Total Fundos de Investimentos	**7.281.582,03**					**1.201,94**	**18.543,05**	**150.992,53**	**97.325,62**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.659.905,59**					**-381,24**	**4.771,39**	**35.812,72**	**100.298,59**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.989.929,49**					**820,70**	**23.314,45**	**186.805,25**	**197.624,22**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	08/07/24	05/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,36
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9005
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,60
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9938
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,44	10,45	10,54	10,49	10,43	13,30
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,59	10,60	10,84	10,72	10,57	12,74
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,41	10,43	10,42	10,41	13,59
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,42	10,48	10,44	10,42	13,44
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,44	10,54	10,49	10,44	13,32
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,47	10,60	10,55	10,48	13,15
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,59	10,83	10,72	10,58	12,77
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,96	10,94	11,39	11,18	10,97	11,60

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 08/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.295,01	10,412	30.460	10,408	10,412	10,408
Vencimento em set/24	98.438,40	10,424	14.605	10,420	10,426	10,420
Vencimento em out/24	97.625,34	10,438	73.645	10,430	10,446	10,434
Vencimento em nov/24	96.736,23	10,467	17.734	10,450	10,480	10,480
Vencimento em dez/24	95.989,10	10,534	11.438	10,515	10,555	10,530
Vencimento em jan/25	95.165,89	10,594	471.916	10,570	10,625	10,575
Vencimento em fev/25	94.301,35	10,658	1.984	10,645	10,660	10,650
Vencimento em mar/25	93.503,57	10,735	2.785	10,720	10,790	10,720
Vencimento em abr/25	92.757,32	10,784	112.765	10,755	10,835	10,760
Vencimento em mai/25	91.972,01	10,835	3.541	10,825	10,890	10,825
Vencimento em jun/25	91.142,68	10,895	5.853	10,880	10,950	10,890
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.490,17	0,26	184.955	5.471,00	5.509,00	5.489,50
Vencimento em set/24	5.507,49	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.523,60	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.541,77	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.556,61	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.949,93	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.976,93	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.002,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	127.652	0,08	64.205	126.800	127.835	127.680
Vencimento em out/24	129.702	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	131.749	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 08/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4714	5,4720	-0,45	-1,56	13,03	12,13
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4749	5,4755	0,25	-2,02	12,84	12,51
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5044	5,6844	0,12	-1,91	12,62	12,63
Euro (BC) - (R$/€)	5,9272	5,9300	-0,39	-0,41	10,81	10,83
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9259	5,9266	0,09	-0,97	10,37	11,03
Euro Turismo (R$/€)	5,9920	6,1720	0,11	-0,74	10,07	11,35
Euro (BC) - (US$/€)	1,0833	1,0837	0,06	1,17	-1,96	-1,16
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	414,1862	414,2316	-1,81	-0,45	28,86	37,00
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.358,73	-1,13	1,47	14,21	22,54
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.371,65	0,27	1,89	14,99	23,80

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	08/07/24	05/07/24	No fim de jun/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	161.238,82	160.968,04	158.096,12	173.997,89	0,17	1,99	-7,33
Valor-Coppead Mínima Variância	98.099,19	97.313,04	95.968,24	93.533,91	0,81	2,22	4,88

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 08/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 08/07/24

Índice	08/07/24	05/07/24	Em 28/06/24	Em 29/12/23	Em 08/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	188,76	188,93	183,93	165,54	151,84	-0,09	2,63	14,03	24,31
S&P BNY Emergentes	367,70	366,09	353,54	312,75	294,37	0,44	4,01	17,57	24,91
S&P BNY América Latina	193,82	192,75	189,48	225,28	204,50	0,55	2,29	-13,97	-5,23
S&P BNY Brasil	192,08	191,77	186,15	232,95	204,42	0,16	3,18	-17,55	-6,04
S&P BNY México	297,68	292,92	294,86	331,67	325,27	1,62	0,96	-10,25	-8,48
S&P BNY Argentina	226,53	223,03	230,09	178,27	153,04	1,57	-1,55	27,07	48,02
S&P BNY Chile	139,49	138,92	137,44	162,12	181,24	0,41	1,49	-13,96	-23,04
S&P BNY Índia	3.033,31	3.032,76	3.032,46	2.923,01	2.777,77	0,02	0,03	3,77	9,20
S&P BNY Ásia	226,48	226,58	219,12	189,60	176,64	-0,05	3,36	19,45	28,22
S&P BNY China	307,54	310,91	302,10	336,11	327,67	-1,09	1,80	-8,50	-6,14
S&P BNY África do Sul	210,99	213,73	200,45	199,87	203,30	-1,28	5,26	5,56	3,78
S&P BNY Turquia	37,95	36,81	34,29	22,45	17,60	3,10	10,67	69,03	115,68

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 08/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.548	0,22	2,13	-5,69	6,43
IBrX	53.526	0,26	2,17	-5,18	7,13
IBrX 50	21.271	0,34	1,99	-4,26	8,79
IEE	90.698	0,12	2,73	-4,49	-0,18
SMLL	2.094	-0,52	4,52	-11,01	-10,27
ISE	3.489	-0,06	3,18	-7,29	-3,43
IMOB	883	-1,12	5,05	-12,64	-7,25
IDIV	8.905	0,11	1,60	-1,86	13,49
IFIX	3.347	0,17	0,00	1,09	4,91
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.127	0,68	3,75	-16,56	-5,08
IBrX	9.782	0,72	3,79	-16,11	-4,47
IBrX 50	3.887	0,80	3,61	-15,29	-2,98
IEE	16.575	0,58	4,36	-15,49	-10,98
SMLL	383	-0,06	6,18	-21,26	-19,98
ISE	638	0,39	4,82	-17,97	-13,88
IMOB	161	-0,66	6,72	-22,71	-17,29
IDIV	1.627	0,56	3,21	-13,17	1,21
IFIX	612	0,63	1,59	-10,57	-6,44

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 08/07/24	Spread 05/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	401	400	1,0	-2,0	56,0
África do Sul	318	320	-2,0	-9,0	-8,0
Argentina	1.502	1.405	97,0	47,0	-405,0
Brasil	226	230	-4,0	-5,0	31,0
Colômbia	302	306	-4,0	-4,0	37,0
Filipinas	74	75	-1,0	6,0	16,0
México	176	178	-2,0	-10,0	9,0
Peru	103	106	-3,0	1,0	1,0
Turquia	245	243	2,0	-8,0	-31,0
Venezuela	17.367	17.994	-627,0	-1.202,0	-6.725,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	26/06/24	357.371
dez/23	355.034	27/06/24	357.963
jan/24	353.563	28/06/24	357.827
fev/24	352.705	01/07/24	356.972
mar/24	355.008	02/07/24	357.421
abr/24	351.599	03/07/24	358.554
mai/24	355.560	04/07/24	358.562
jun/24	357.827	05/07/24	359.527

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	08/07/24	05/07/24	04/07/24	03/07/24	02/07/24	01/07/24
Índice	2.123,35	2.122,60	2.119,47	2.112,27	2.105,34	2.103,84
Var. no dia	0,04%	0,15%	0,34%	0,33%	0,07%	-0,15%
Var. no mês	0,77%	0,74%	0,59%	0,25%	-0,08%	-0,15%
Var. no ano	2,82%	2,78%	2,63%	2,28%	1,94%	1,87%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 08/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,4100	36,4300	0,15020	0,15030
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4714	5,4720
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4210	36,5123	0,1499000	0,1502000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7816	0,7988
Colon (Costa Rica)	529,2500	540,0000	0,010130	0,010340
Coroa (Dinamarca)	6,8840	6,8850	0,7947	0,7949
Coroa (Islândia)	137,4500	137,7700	0,03971	0,03981
Coroa (Noruega)	10,5901	10,5924	0,5165	0,5167
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2360	23,2460	0,2354	0,2355
Coroa (Suécia)	10,5492	10,5516	0,5185	0,5187
Dinar (Argélia)	133,7920	134,9100	0,04056	0,04090
Dinar (Kuwait)	0,3057	0,3063	17,8629	17,8999
Dinar (Líbia)	4,8419	4,8642	1,1248	1,1301
Direitos Especiais de Saque ***	1,3210	1,3210	7,2277	7,2285
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4896	1,4898
Dirham (Marrocos)	9,8576	9,8626	0,5548	0,5551
Dólar (Austrália)***	0,6736	0,6738	3,6855	3,6870
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4714	5,4720
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6910	2,7385
Dólar (Canadá)	1,3639	1,3640	4,0113	4,0120
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5526	6,6327
Dólar (Cingapura)	1,3492	1,3497	4,0538	4,0557
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4714	5,4720
Dólar (Hong Kong)	7,8102	7,8107	0,7005	0,7006
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6131	0,6135	3,3545	3,3571
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7158	6,8260	0,8016	0,8148
Euro (Comunidade Européia)***	1,0833	1,0837	5,9272	5,9300
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0063	3,0664
Franco (Suíça)	0,8971	0,8972	6,0983	6,0997
Guarani (Paraguai)	7534,4900	7547,0100	0,0007250	0,0007263
Hryvnia (Ucrânia)	40,5000	40,8000	0,1341	0,1351
Iene (Japão)	160,7700	160,7900	0,03403	0,03404
Lev (Bulgária)	1,8044	1,8055	3,0304	3,0326
Libra (Egito)	47,8800	47,9800	0,1140	0,1143
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2825	1,2826	7,0171	7,0184
Naira (Nigéria)	1505,0000	1565,0000	0,00350	0,00364
Lira (Turquia)	32,7183	32,7262	0,1672	0,1672
Novo Dólar (Taiwan)	32,4540	32,4840	0,16840	0,16860
Novo Sol (Peru)	3,7860	3,7886	1,4442	1,4453
Peso (Argentina)	917,5000	918,0000	0,00596	0,00596
Peso (Chile)	938,2000	938,6000	0,005829	0,005832
Peso (Colômbia)	4049,2800	4050,7400	0,001351	0,001351
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2280	0,2280
Peso (Filipinas)	58,5480	58,5680	0,09342	0,09346
Peso (México)	17,9933	18,0038	0,3039	0,3041
Peso (Rep. Dominicana)	58,9200	59,3000	0,09227	0,09287
Peso (Uruguai)	39,9600	39,9900	0,13680	0,13690
Rande (África do Sul)	18,1155	18,1255	0,3019	0,3021
Rial (Arábia Saudita)	3,7510	3,7512	1,4586	1,4588
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001303	0,0001303
Ringgit (Malásia)	4,7070	4,7110	1,1614	1,1625
Rublo (Rússia)	87,6205	87,6295	0,06244	0,06245
Rúpia (Índia)	83,4521	83,4701	0,06555	0,06557
Rúpia (Indonésia)	16250,0000	16260,0000	0,0003365	0,0003367
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,6000	0,01964	0,01965
Shekel (Israel)	3,6746	3,6772	1,4879	1,4891
Won (Coréia do Sul)	1382,6800	1383,1900	0,003956	0,003958
Yuan Renminbi (China)	7,2683	7,2690	0,7527	0,7529
Zloty (Polônia)	3,9369	3,9382	1,3893	1,3899

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2354,81	0,01321	414,1862	414,2316

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data

* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	08/07/24	05/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.344,79	39.375,87	-0,08	0,58	4,39	16,63	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.439,54	20.391,97	0,23	3,84	21,48	35,93	14.109,57	20.439,54
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.403,74	18.352,76	0,28	3,78	22,60	34,72	12.595,61	18.403,74
EUA	Nova York	S&P 500	5.572,85	5.567,19	0,10	2,06	16,84	26,69	4.117,37	5.572,85
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.126,13	22.059,03	0,30	1,14	5,57	11,57	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.907,69	52.333,16	1,10	0,89	-7,80	-1,85	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.383,05	1.383,57	-0,04	0,16	15,72	22,06	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	88.213,69	Feriado	-0,25	12,10	52,53	156,53	34.344,94	88.817,26
Chile	Santiago	IPSA	6.520,93	6.483,67	0,57	1,67	5,21	9,74	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.797,83	30.094,80	-0,99	-0,33	14,78	32,32	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.643.221,09	1.629.029,56	0,87	1,98	76,75	287,94	417.548,69	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.516,00	1.519,36	-0,22	2,14	8,63	13,74	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.472,05	18.475,45	-0,02	1,30	10,27	18,38	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.627,45	7.675,62	-0,63	1,98	1,12	7,25	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.046,54	33.987,67	0,17	2,69	12,17	22,57	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.945,04	3.959,84	-0,37	1,49	6,40	12,62	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.862,66	2.844,66	0,63	-0,87	25,36	43,25	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.022,10	11.023,50	-0,01	0,72	9,11	19,17	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.450,92	1.440,52	0,72	3,32	12,20	13,50	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	932,85	933,76	-0,10	0,97	18,56	23,80	714,05	934,82
Hungria	Budapeste	BUX	71.150,53	72.132,83	-1,36	-1,31	17,37	42,61	49.605,16	72.351,87
Polônia	Varsóvia	WIG	87.986,09	87.297,02	0,79	-0,71	12,14	30,97	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.655,83	6.678,60	-0,34	2,71	4,05	13,02	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.119,25	1.125,66	-0,57	-3,42	3,30	14,67	970,93	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.564,30	2.556,53	0,30	-0,20	6,93	14,16	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.051,66	12.006,14	0,38	0,48	8,21	10,82	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.864,08	10.851,78	0,11	2,03	45,43	75,59	6.141,14	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.026,99	-	1,73	4,08	8,06	13,14	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.783,50	80.797,38	-0,02	1,35	5,06	7,97	69.451,97	81.155,31
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.780,70	40.912,37	-0,32	3,03	21,86	25,91	30.526,88	40.913,65
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.012,20	8.070,10	-0,72	-0,02	2,33	10,60	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.560,97	1.590,88	-1,88	-3,53	-15,07	-23,12	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.922,45	2.949,93	-0,93	-1,51	-1,76	-8,58	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.857,76	2.862,23	-0,16	2,14	7,63	13,10	2.277,99	2.862,23
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.524,06	17.799,61	-1,55	-1,10	2,80	-4,58	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.960,38	79.996,60	-0,05	1,17	10,69	22,49	63.148,15	80.049,67
Indonésia	Jacarta	JCI	7.250,98	7.253,37	-0,03	2,65	-0,30	7,96	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.322,50	1.311,99	0,80	1,66	-6,59	-11,27	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.878,15	23.556,59	1,37	3,67	33,17	43,29	16.001,27	23.878,15

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

BANCO ABC BRASIL S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF nº 28.195.667/0001-06

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na forma do disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A., como segue: **DATA E HORÁRIO:** 29 de julho de 2024, às 12h. **LOCAL:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital via sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme abaixo detalhado. **ORDEM DO DIA:** Examinar proposta do Conselho de Administração sobre: a) Aumentar o capital social da Companhia mediante capitalização parcial do saldo da "Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos", sem modificação do número de ações, em conformidade com o art. 169, § 1º da Lei nº 6.404/76; b) Reforma parcial do Estatuto Social com o objetivo de: (i) alterar o "caput" do art. 7º do Estatuto Social para atualizar o valor do capital social da Companhia, face a capitalização parcial do saldo da "Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos"; e (ii) alterar o parágrafo 8º do art. 7º do Estatuto Social para elevar o valor do capital autorizado da Companhia; c) Ratificar os atos já praticados pela Companhia relacionados às deliberações acima. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** (i) Os acionistas detentores de ações preferenciais não possuem direito a voto nas matérias a serem deliberadas na Assembleia, mas poderão participar de forma digital, observadas as orientações dos itens (ii) a (vi) abaixo. (ii) Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, somente poderão tomar parte e votar na Assembleia os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome em até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, mediante comprovante expedido pela instituição custodiante (Itaú Unibanco S.A.). (iii) Os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão, ainda, ser representados conforme seus atos constitutivos, devendo o mandato ser depositado na sede da Companhia. (iv) Nos termos do artigo 28, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, desde que depositem os documentos necessários para verificação da representação na sede da companhia em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. (v) Não será disponibilizado Boletim de Voto a Distância, visto que a Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, não se enquadra nas hipóteses elencadas pelo Art. 26, §1º da Resolução CVM nº 81/22. (vi) Orientações adicionais para participação por meio de sistema eletrônico serão disponibilizadas no site http://ri.abcbrasil.com.br. Os documentos referentes às matérias que serão deliberadas em Assembleia, bem como as informações exigidas pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas na Sede da Companhia e disponibilizados no site http://ri.abcbrasil.com.br e nos sites da CVM e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

São Paulo, 5 de julho de 2024

ANIS CHACUR NETO

Vice-Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 469ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0226257) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 469ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 469ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 469ª Série da 1ª Emissão - IF 22A0226257), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A.

CNPJ nº 15.011.651/0001-54 – NIRE 35.300.418.646

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 30.4.2024

Data, Hora, Local: Em 30.4.2024, às 10h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 28.2.2024 no jornal "Valor Econômico". ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram o aumento do capital social no valor de R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), proposto pela Diretoria na reunião daquele Órgão desta data (30.4.2024), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em seguida, disse o senhor Presidente que: serão emitidas 81.177.316 (oitenta e um milhões, cento e setenta e sete mil, trezentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R$0,862310 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade desta data (30.4.2024); a redação do "caput" do artigo 6º do estatuto social será alterada após completado todo processo do aumento do capital. Na sequência dos trabalhos: 1) a acionista Bradesco Gestão de Saúde S.A., por seus representantes legais, assinou o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 81.177.316 (oitenta e um milhões, cento e setenta e sete mil, trezentas e dezesseis) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando, no ato, em moeda corrente nacional; 2) considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, o capital social foi elevado de R$606.755.431,05 (seiscentos e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos) para R$676.755.431,05 (seiscentos e setenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos), com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R$676.755.431,05 (seiscentos e setenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos), dividido em 920.062.783 (novecentos e vinte milhões, sessenta e duas mil, setecentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$78.550.824,48 (setenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos), proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 27.2.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$3.927.541,22 (três milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$34.861.037,65 (trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e um mil, trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$39.762.245,61 (trinta e nove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos) para pagamento de dividendos, os quais já foram declarados e pagos durante o exercício de 2023; 3) reelegeram, os membros da Diretoria da Sociedade, os senhores: ***Diretor-Presidente: Manoel Antonio Peres***, brasileiro, divorciado, médico, RG 8.014.301.397/SSP-RS, CPF 033.833.888-83, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Diretor Geral: Carlos Alberto Iwata Marinelli***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 23.995.501-8/SSP-SP, CPF 250.792.408/06, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Diretores Gerentes: Gedson Oliveira Santos***, brasileiro, casado, securitário, RG 63.978.640-6/SSP-SP, CPF 261.708.518/05, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Flávio Bitter***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 10.591.790-0/IFP-RJ, CPF 044.453.707/46, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Diretores: Thais Jorge de Oliveira e Silva***, brasileira, casada, médica, RG 1.354.562-ES/SSP-ES, CPF 074.060.777/42; ***Sylvio Roberto Alves Vilardi***, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 05.816.359-3/Detran-RJ, CPF 008.932.147/28, ambos com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Fabio Miranda Daher***, brasileiro, casado, securitário, RG 1.337.361-ES/SSP-ES, CPF 075.763.917-82; ***Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487/97; ***Valdirene Soares Secato***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 20.310.424-9/SSP-SP, CPF 131.402.398/58; e ***Antonio Alexandre Arias***, brasileiro, casado, securitário, RG 17.410.616-6/SSP-SP, CPF 101.489.968/09, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os quais: a) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargo de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; e b) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027; 4) ratificaram, perante à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as designações de responsáveis, conforme segue: Manoel Antonio Peres - pela Área Técnica de Saúde; Flávio Bitter - como Diretor de Relações com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Gedson Oliveira Santos - pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; Vinicius Marinho da Cruz - pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP206103/O-4, senhor Carlos Massao Takauthi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Acionista: Bradesco Gestão de Saúde S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa; Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Vinicius Marinho da Cruz - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 220.392/24-9, em 10.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Fundo imobiliário Transação alcança R$ 1,1 bilhão e marca o retorno de grupo de shopping ao Estado

BB Asset e Iguatemi compram 49,9% do RioSul

Liane Thedim
De São Paulo

A BB Asset, por meio de seu fundo imobiliário BB Premium Malls (código de negociação BBIG11 na B3), e o grupo Iguatemi estão comprando 49,9% do Shopping RioSul. Segundo fato relevante da gestora do Banco do Brasil, a maior do país, com R$ 1,6 trilhão sob gestão, o investimento do fundo será de aproximadamente R$ 790 milhões. De acordo com fontes de mercado, a transação tem valor total de R$ 1,1 bilhão.

A participação vai ser adquirida da Cia. Brasileira de Shopping Centers (Combrashop), holding de participações em shoppings, que já detinha 46% do RioSul. A holding exerceu seu direito de preferência e comprou a fatia restante, 54%, que a canadense Brookfield controlava no empreendimento. Ao fim da transação com a BB Asset e o Iguatemi, a Combrashop fica com 50,1% do centro de compras carioca.

Parceiro da BB Asset no fundo BBIG11, o Iguatemi terá 16,6% das ações e passará a administrar o shopping, o que marcará o retorno do grupo a terras fluminenses e será o único empreendimento do grupo no Rio. Já a gestora do Banco do Brasil ficará com 33,3% da composição acionária do empreendimento, ainda conforme o fato relevante.

R$ 790 mi
é o investimento do fundo BBIG11, da BB Asset, na transação

A Brookfield chegou a fechar um acordo com um consórcio formado pela administradora Allos, dona dos shoppings Leblon e Tijuca, e fundos imobiliários de XP, Vinci, Capitânia e BTG Pactual, que perdeu a validade após a Combrashop decidir exercer seu direito de preferência, em junho deste ano.

É a primeira operação de compra do BBIG11, que fez sua oferta inicial de cotas na B3 em abril e captou um total de R$ 960 milhões. O objetivo do fundo é montar uma carteira com "shoppings de padrão elevado, com foco nos públicos das classes A e B e em localidades com maior concentração de renda". A parceria com o Iguatemi é considerada estratégica e, em todos os empreendimentos do BBIG11, o grupo será o gestor.

Inaugurado em 1980, o RioSul foi o primeiro shopping center do Rio. Reúne 400 lojas e tem uma área bruta locável de 52 mil metros quadrados. Ainda de acordo com o fato relevante da BB Asset, apresentou "crescimento anual de dois dígitos na receita líquida entre 2021 e 2023".

A operação será feita por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) da Combrashop, que serão convertidos em ações. O investimento do BBIG11 na operação terá 70% do valor pago à vista e o restante em duas parcelas iguais anuais, corrigidas pelo CDI.

A transação ainda terá que ser submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Na tributária, FIDC é igualado a instituição de pagamento

Mariana Ribeiro e Adriana Cotias
De São Paulo

A inclusão dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) na regulamentação da reforma tributária gerou reação no setor. Associações que representam empresas de pagamentos, fintechs e consumidores enviaram carta ao Grupo de Trabalho da reforma tributária na qual dizem que o parecer do projeto de regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Sobre Bens Serviços (CBS) "coloca em risco a sobrevivência dos fundos de investimento" ao posicioná-los como "contribuintes".

Na prática, o que o governo parece querer coibir é o uso do FIDC como mero instrumento de eficiência fiscal de companhias que fazem antecipação de recebíveis usando esses veículos. Isso incluiria tanto carteiras criadas por companhias de tecnologia financeira, empresas de pagamentos e credenciadoras de cartões quanto aquelas embarcadas em operações de "factoring", que não captam, de fato, recursos de investidores.

As associações demandam que os fundos de investimento, independentemente da categoria, não sejam considerados contribuintes. Há preocupação especialmente com o artigo 190, que diz que ficam sujeitos à tributação FIDCs e os demais fundos que liquidem antecipadamente recebíveis por meio de desconto de duplicatas, notas promissórias, cheques e outros títulos passíveis de cessão. O trecho pegou algumas entidades de surpresa. Para elas, a exclusão deste e outros pontos beneficiaria a "ampliação do acesso a capital a partir da desintermediação bancária".

A Anbima, entidade que representa o mercado de capitais e de investimentos, segue em conversas com o GT da reforma para que os fundos não sejam tratados como contribuintes, conforme afirmou Pedro Rudge, diretor da entidade, em conferência com a imprensa na sexta-feira.

Entre representantes do setor, a percepção é que aqueles portfólios classificados como entidades de investimentos — conceito emprestado dos fundos de participações em empresas (FIP) —, que de fato captam recursos com investidores, poderiam escapar e continuar isentos de imposto nas transações feitas dentro das carteiras.

"O próprio conceito de fundos está sendo testado", diz Guilherme Cooke, sócio do Lobo de Rizzo Advogados. "A lógica que fez nascer, e que é necessária para que a indústria floresça, é que a [compra e venda de ativos na] carteira não é tributada, é quase um princípio 'divino' que é só na variação da cota, após perdas e ganhos, de forma consolidada. Tributar carteira não é ter fundo, mas empresa."

Ele lembra que desde que o projeto de lei complementar começou a ser discutido havia o desejo do governo de colocar o FIDC como contribuinte, pelo entendimento de que qualquer um que antecipasse recebíveis deveria pagar IBS e CBS. "Parece ser uma tentativa de equalizar o tratamento para bancos, instituições de pagamento, e incluíram neste bolo o FIDC como se o fundo tivesse uma atividade empresarial, equiparando-o a uma instituição de pagamento." Só que trazer numa lei que carteira de fundo é passível de ser tributável é uma exigência que "pode prejudicar produtos de verdade", prossegue Cooke. "São questões que poderiam ser resolvidas via supervisão e fiscalização."

Os fundos de recebíveis foram regulamentados no Brasil em 2001 e hoje reúnem quase R$ 490 bilhões. A legislação que taxou os fundos fechados exclusivos e restritos com o "come-cotas", o imposto semestral que já incidia nos abertos, condominiais de renda fixa, multimercados e cambiais a partir deste ano, já tinha trazido a distinção entre entidades de investimentos ou não para ficarem livres do pedágio periódico. Nos fundos imobiliários e ligados à cadeia produtiva do agronegócio (Fiagro) foi criada uma regra de dispersão para que a isenção de dividendos seja possível apenas para portfólios com pelo menos 100 cotistas.

Seria melhor barrar o uso considerado indevido do FIDC em vez de "trancar o veículo, isso não arrebentaria a indústria inteira", diz um gestor de recursos do segmento de fundos estruturados. "Se a empresa faz evasão fiscal com o veículo, vai para cima dela, não do fundo, o veículo é saudável."

O custo extra do imposto recairia sobre as cotas subordinadas, segundo um outro gestor de crédito, já que as seniores e mezanino têm meta a ser respeitada. As cotas subordinadas geralmente são adquiridas pela própria empresa que origina os créditos, funcionam como uma espécie de garantia prestada pelo cedente, um colchão de liquidez para absorver perdas. Os retornos são amplificados.

> Governo parece querer coibir uso do fundo como mero instrumento de eficiência fiscal de companhias que antecipam recebíveis

Cooke, do Lobo Rizzo: tentativa de equalizar o tratamento de bancos, instituições de pagamento, como se FIDC fosse empresa

"A estrutura de fundo foi desenhada para ser uma comunhão, um condomínio de investidores que ficam juntos para investir seus recursos. Quem presta o serviço são gestores e administradores para os fundos, os cotistas. Mas o fundo em si não presta serviço nenhum", disse Rudge, diretor da Anbima. Eventuais usos da estrutura de fundos para eficiência tributária poderiam ser tratados no âmbito regulatório.

A carta enviada ao GT é assinada pela Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD), Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), Associação Brasileira de Internet (Abranet), Associação Brasileira de Startups (Abstartups), Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (Afrac), Movimento Inovação Digital (MID) e Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste | Euroconsumers-Brasil.

Elas afirmam que a legislação pode aumentar o custo de crédito aos consumidores e comerciantes, majorar a carga tributária incidente, aumentar a complexidade no sistema e promover a fuga de capitais estrangeiros do país.

Rubens Vidigal, assessor jurídico da Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (Anfidc), afirma que a mudança vai de encontro ao objetivo da regulamentação de aproximar o país de padrões internacionais. "Cria uma jabuticaba brasileira", afirmou. Para ele, a redação do artigo também está vaga e, no limite, pode levar a um entendimento que abarca outros fundos, como multimercado e de renda fixa. "Gera muita insegurança jurídica."

Hamilton de Brito Junior, presidente da Associação Brasileira de Factoring, Securitização e Empresas Simples de Credito (Abrafesc), diz que a medida representaria um retrocesso de 20 anos para o mercado de capitais. Para ele, o ideal é que o trecho seja excluído, mas uma alternativa seria fazer a distinção entre fundos que funcionam, de fato, como entidades de investimento.

Na semana passada, o GT da reforma decidiu manter os fundos imobiliários (FIIs) de "papel" e os Fundos de Investimento da Cadeias do Agronegócio (Fiagros) como não contribuintes. Já os fundos imobiliários de "tijolo" terão a opção de se tornar contribuintes e ter crédito para abater impostos.

Impacto e ESG: oportunidades para futuro sustentável

Palavra do gestor

Tatiana Sasson

Durante a última década, temos testemunhado um aumento significativo nos investimentos de impacto, passando de cerca de R$ 200 bilhões em 2012 para mais de R$ 1,68 trilhão em 2022, representando um crescimento superior a 780%, segundo dados de um relatório da Pitchbook. Gestores e investidores convencionais passaram a se envolver em estratégias voltadas para o impacto, dada a percepção que é possível obter retornos financeiros competitivos aliados com impacto positivo, o que por sua vez trouxe uma grande demanda por investimentos que combinam essas características.

Como reflexo desse avanço, houve uma proliferação dos termos "ESG" e "investimento de impacto" ao longo da última década, frequentemente utilizados de forma intercambiável, embora sejam distintos em abordagem e significado.

A confusão entre investimento de impacto e ESG muitas vezes decorre do fato de ambos fazerem parte do conceito de investimento responsável, que busca gerar não apenas retornos financeiros, mas também algum tipo de impacto positivo externo, considerando fatores sociais, ambientais e de governança.

De forma simplificada, o ESG pode ser visto como a maneira como uma empresa conduz seus negócios e como suas práticas são avaliadas com base em padrões sociais, ambientais e de governança. Nos últimos anos, os padrões relacionados ao ESG tornaram-se relativamente claros, com diversas formas de avaliação e medição de aderência, e os casos de "greenwashing" tornaram-se mais evidentes.

Por outro lado, o investimento de impacto, conforme definido pelo Global Impact Investing Network (GIIN), refere-se a investimentos realizados com a intenção de gerar impacto social ou ambiental positivo e mensurável, combinados com retorno financeiro. A intencionalidade (a clara intenção de gerar impacto social ou ambiental) e a mensurabilidade (a capacidade de medir objetivamente o impacto gerado) são dois elementos-chave para determinar se um investimento pode ser caracterizado como de impacto, além do retorno financeiro.

Há muitas empresas que são bem avaliadas pelos padrões ESG (como as empresas de tabaco que seguem melhores práticas ambientais, sociais e de governança), mas que têm pouco interesse para os investidores de impacto. Também é importante ressaltar que investimento de impacto não deve ser confundido com filantropia. O retorno financeiro é um componente-chave para diferenciar ambos.

Apenas as externalidades positivas também não caracterizam o investimento de impacto. O simples fato de uma empresa gerar empregos como resultado de suas operações é uma externalidade positiva que não é suficiente para caracterizar como impacto. Mesmo quando tanto a intencionalidade quanto a mensurabilidade do impacto estão presentes, é importante avaliar alguns fatores que possam indicar a magnitude do impacto: ele vem da atividade central do negócio? Quem é o alvo? Qual o impacto esperado e quão importante? Qual o grau de mudança social ou ambiental causado?

Neste contexto, a América Latina apresenta uma dinâmica de mercado favorável, com um vasto conjunto de empresas que estão enfrentando desafios relevantes na região, lideradas por empreendedores que necessitam de capital para expandir e perseguir seu propósito.

As empresas da região encaram desafios estruturais que abrem espaço para a inovação, apoiadas por um ambiente regulatório mais favorável nos últimos anos. Há vantagens competitivas intrínsecas, seja em termos de sustentabilidade, como no caso da matriz elétrica predominantemente renovável do Brasil, seja pela atratividade geográfica, como o México, que ultrapassou a China como maior exportador para os Estados Unidos em 2023.

Uma parcela relevante das 580 milhões de pessoas no continente são adeptas da tecnologia, que se evidencia através de avanços recentes, como o crescimento de 37% das vendas através de e-commerce, a assinatura de telefones celulares por pessoa 12% maior que a média global, e concentração de mais de 5% da tecnologia 5G global no Brasil.

A América Latina concentra ainda 57% das florestas nativas, um terço das reservas naturais de água, e as maiores reservas de cobre e lítio do planeta, cruciais para a transição energética, além de ser uma potência em commodities que são chaves para a segurança alimentar global (45% dos produtos agroalimentares do mundo vêm da região).

Em suma, independente da distinção entre impacto e ESG, a América Latina tem um enorme potencial para atrair investimentos relevantes para enfrentar seus desafios de maneira sustentável, com empresas que geram impacto positivo, consideram dimensões ambientais, sociais e de governança, e garantem retorno para os investidores, tornando o investimento de impacto na região escalável e contínuo.

Tatiana Sasson é head de impacto para a América Latina da Lightrock
E-mail tatiana@lightrock.com

TST
Ministros promovem debate sobre direito de oposição à contribuição sindical
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
A catástrofe no Rio Grande do Sul e o papel do seguro
E2

Entenda
Qual é o prazo para renunciar à herança?
valor.globo.com/legislacao

Previdenciário Todas as ações sobre a reforma de 2019 têm um impacto estimado de R$ 497,9 bilhões

União quer reverter placar no Supremo e impedir aumento no rombo da Previdência

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

A União acompanha com preocupação o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que pode declarar a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas da contribuição previdenciária dos servidores públicos, instituídas pela reforma de 2019. O placar está empatado em 5 a 5, e o voto decisivo será do ministro Gilmar Mendes, que interrompeu o julgamento ao pedir vista — mais tempo para análise — no dia 19 de junho. Ele tem até 90 dias para devolver o processo à pauta da Corte.

Antes da reforma da Previdência, os servidores federais contribuíam com uma alíquota fixa de 11%. Com a Emenda Constitucional nº 103, foi criado um sistema progressivo, em que os percentuais variam conforme a faixa salarial, começando em 7,5% para a faixa até um salário mínimo e chegando a 22% para a faixa acima de R$ 52 mil.

A lógica é a mesma do Imposto de Renda, e o objetivo foi tornar o sistema mais justo, ao cobrar uma alíquota efetiva maior de quem recebe salários mais altos. Também foi uma forma de aumentar a arrecadação previdenciária e reduzir o déficit do regime próprio. Em 12 meses até maio, o rombo chegou a R$ 55 bilhões.

A União não tem um cálculo específico de impacto para as contas públicas sobre esse dispositivo em julgamento no Supremo. Ao todo, as ações envolvendo a reforma de 2019 — o que inclui questionamentos às regras para servidores públicos e iniciativa privada (INSS) — têm um impacto estimado de R$ 497,9 bilhões. Esse valor considera todos os questionamentos em julgamento e alguns já foram reconhecidos como válidos, tanto que nem se tornaram objeto de debate.

DIVULGAÇÃO
Flavio Roman: "Os ministros têm o direito de rever os seus posicionamentos"

Paulo Tafner, economista e diretor-presidente no Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds), afirma que a derrubada da alíquota progressiva é uma "temeridade". "Os números que eu tenho ainda em fase preliminar apontam um impacto de R$ 300 bilhões [para a União] em dez anos", diz o especialista em Previdência. Ele acrescenta dois riscos que elevariam esse número: o retorno para uma cobrança única de 11% (cobrada antes da reforma) e ações pedindo o ressarcimento dos valores cobrados desde 2020, quando o sistema progressivo foi instituído.

Para Tafner, o argumento contra a progressividade não se sustenta. "Não há nenhum dispositivo que fira a Constituição", afirma o especialista. "Sem esse instrumento para tornar o sistema menos injusto, não resta alternativa [ao governo], senão aumentar imposto para cobrir o rombo [do RPPS] ou emitir dívida."

Ao **Valor**, Flavio Roman, adjunto do Advogado-Geral da União (AGU), destaca que a advocacia ainda tem "esperança" de que os ministros revejam seus posicionamentos. "Enquanto não é encerrado o julgamento, todos os ministros têm o direito de rever os seus posicionamentos e fazer um melhor juízo. A questão da Previdência é sempre bastante problemática, por conta da longevidade que vamos alcançando. Temos a perspectiva de que, principalmente na parte das alíquotas progressivas, a gente consiga demonstrar que elas são necessárias", diz.

Até o momento, votaram pela inconstitucionalidade os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e André Mendonça. Já o relator, Luís Roberto Barroso, votou pela constitucionalidade, sendo acompanhado por Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Nunes Marques.

Roman lembra que o Supremo já havia se manifestado em outras oportunidades contra a progressividade das alíquotas, mas era porque não havia previsão constitucional. A reforma de 2019 colocou essa previsão na Carta Magna e, por isso, segundo o vice-AGU, não haveria afronta à Constituição. "No governo de Michel Temer, o STF, em duas oportunidades, declarou a inconstitucionalidade da regra da progressividade das alíquotas por falta de previsão constitucional. E agora cumprimos exatamente o que o Supremo pediu, de colocar na Constituição", afirma Roman.

Leonardo Rolim, consultor da Câmara dos Deputados e ex-secretário de Previdência Social, avalia que a progressividade promove justiça contributiva ao fazer com que servidores com salários mais altos paguem uma alíquota efetiva maior. Por isso, diz, a medida foi muito importante para a União que, tradicionalmente, tem salários mais altos que Estados e municípios.

Já o advogado Diego Cherulli, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV), considera a alíquota progressiva instituída pela Emenda 103 inconstitucional, porque trouxe percentuais muito altos. "É uma carga tributária muito alta e percentual de desconto muito alto, porque os servidores ainda pagam Imposto de Renda e contribuições sociais."

Caso o STF declare a progressividade inconstitucional, Rolim e Cherulli avaliam que a alíquota que voltaria a ser cobrada seria a de 11%, porque a alíquota base de 14% prevista no artigo 11 da emenda constitucional também cairia. Se confirmada essa tese, seria uma perda significativa de arrecadação para União, Estados e municípios.

"Só o [ministro Luiz] Fux deixou claro que mantém o caput do artigo 11 [que prevê a alíquota de 14%]. Seria fundamental a decisão final deixar isso claro. Vão aumentar a alíquota dos servidores que com a alíquota progressiva estão pagando menos de 14%? Ou vão revogar o artigo 11 inteiro?", questiona Rolim. Os Estados e municípios puderam optar por adotar alíquotas progressivas ou instituir a alíquota base de 14%.

Cherulli acrescenta que, caso o STF realmente declare a inconstitucionalidade da progressividade, os ministros ainda terão de modular o efeito da decisão. "O mais correto seria devolver tudo o que foi pago a mais, mas creio que o Supremo vai modular os efeitos da decisão para não incluir o passado e também para decidir quando volta a cobrar a alíquota de 11%."

> "Sem esse instrumento, governo terá que aumentar imposto"
> *Paulo Tafner*

A progressividade das alíquotas para servidores públicos é o principal ponto em avaliação pelo Supremo que preocupa a União. O julgamento foi suspenso no STF no último dia 19 de junho. Diversos pontos da reforma da Previdência de 2019 foram questionados, mas somente cinco estão em discussão no Plenário, todos referentes a servidores públicos. Já foi formada maioria em quatro itens, o que pode levar a alterações na Previdência com relação aos itens — se os ministros mantiverem os votos quando o julgamento for retomado.

Foi formada a maioria de votos quanto à inconstitucionalidade da previsão de que, quando houver déficit atuarial, a contribuição possa incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que superem o salário mínimo. Esse item foi implementado por diversos Estados e municípios.

A maioria dos ministros também votou pela invalidade da contribuição previdenciária extraordinária, caso as medidas anteriores para equacionar o déficit dos regimes não surtam efeito. Esse item ainda não foi adotado pela União nem pela maioria dos Estados e municípios.

A maior parte dos ministros também votou para derrubar a previsão de cálculo diferenciado do provento de mulheres no regime geral e no regime próprio dos servidores públicos e contra a revogação de aposentadorias de membros do Ministério Público e da magistratura que não tiveram o devido tempo de contribuição, por desconsiderarem anterior exercício da advocacia.

Procurado pelo **Valor**, o Ministério da Previdência Social não quis se manifestar.

Estados tentam manter cobrança de inativos

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que pode declarar alguns pontos da reforma da Previdência de 2019 inconstitucionais também preocupa Estados e municípios. O maior temor deles é quanto à possibilidade de os ministros declararem irregular o recolhimento de contribuição previdenciária dos inativos (aposentados e pensionistas) que ganham acima de um salário mínimo. O placar já está seis a quatro contra essa cobrança, mas os ministros ainda podem mudar seu voto até o fim do julgamento.

O Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) estima um impacto financeiro de mais de R$ 5 bilhões aos cofres públicos estaduais por ano, caso a cobrança seja declarada inconstitucional. Os municípios não têm esse impacto agregado.

Até a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, os entes só podiam cobrar dos inativos que ganhassem acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Atualmente, esse teto é de R$ 7.786,02. Com a reforma, abriu-se a possibilidade de cobrança para inativos que ganham acima de um salário mínimo, em caso de déficit do regime próprio. O objetivo foi justamente aumentar a base de contribuintes, de forma a reduzir o rombo das previdências dos servidores públicos. Diversos Estados e municípios têm adotado a medida.

É o caso do município de São Paulo, que cobra 14% dos inativos. O item foi central na redução do passivo atuarial do regime próprio de previdência do município de R$ 171 bilhões para R$ 71 bilhões depois que a prefeitura implementou, em 2021, alguns itens da reforma de 2019. Hoje, o déficit atuarial está estimado em R$ 98 bilhões.

O recolhimento sobre os aposentados e pensionistas que ganham acima do piso salarial foi feito de forma ampla no município, exceto para servidor portador de doença grave, explicou ao **Valor** o secretário de Fazenda de São Paulo, Luis Felipe Vidal Arellano. O impacto atuarial caso prevaleça a maioria formada no STF para derrubar a cobrança é estimado em R$ 17 bilhões.

Além do déficit atuarial, haveria impacto para o caixa do município, segundo o secretário, de R$ 775 milhões por ano. "A cidade deixaria de receber quase R$ 1 bilhão anual e teria que tirar de outras políticas públicas [para equacionar o déficit na Previdência]", diz Arellano.

Leonardo Rolim, consultor da Câmara dos Deputados e ex-secretário de Previdência Social, afirma que a cobrança dos inativos acima do mínimo faz sentido porque os servidores não contribuíram no passado, o que gerou um déficit nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que precisa ser equacionado.

"Só depois da Emenda Constitucional nº 20 [de 1998] que os servidores passaram a contribuir para a Previdência. No município de São Paulo foi em 2004. Esse mesmo servidor, que contribuiu poucos anos, hoje é aposentado e tem direito à integralidade e paridade. Do ponto de vista de justiça contributiva, faz sentido que ele contribua agora pelo que ele não contribuiu lá trás", defende o especialista em Previdência, ressaltando que a cobrança é permitida só em caso de regime previdenciário deficitário.

Segundo Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a questão é muito impactante para alguns municípios, sendo que 2,1 mil têm fundos próprios que serão atingidos pela decisão. "A gente acompanha com apreensão", afirma. Um dos pontos que mais preocupa é a eventual derrubada da alíquota de 14% para 11%. Para Ziulkoski, seria relevante que os ministros abordassem se essa seria uma consequência caso seja declarada a inconstitucionalidade da alíquota progressiva.

A reforma de 2019 estabeleceu que os Estados e municípios deveriam implementar uma alíquota de contribuição à Previdência progressiva ou fixa em 14%. A maioria optou pelos 14%. Há a interpretação de que, caso o Supremo julgue inconstitucional a progressividade das alíquotas, a cobrança de 14% também caia, voltando a obrigar os entes a recolher apenas 11% dos servidores.

A alíquota de 14% e a cobrança dos inativos a partir de um salário mínimo são pontos essenciais para equacionamento dos déficits das previdências públicas dos Estados e municípios, diz Rolim. "Todo esse esforço para garantir sustentabilidade fiscal dos regimes próprios pode, numa canetada, ser jogado no lixo", diz o consultor da Câmara, que também já foi presidente do INSS. "O Supremo estaria criando um déficit atuarial gigantesco e jogando fora um esforço que começou em 1998, com a Emenda 20, para equacionar o déficit dos Estados e municípios."

Segundo Ziulkoski, as mudanças podem levar a um problema "gravíssimo", tendo em vista que o déficit atuarial da União é de R$ 1,4 trilhão, o dos Estados, R$ 3,1 trilhões e dos municípios, R$ 1,1 trilhão. "Esse é o déficit que se procura combater com elevação de alíquota", afirma.

André Horta, diretor institucional do Comsefaz, argumenta que os Estados estão sofrendo sucessivos reveses no campo financeiro desde 2022, e o julgamento no Supremo pode ser mais um. "Caso os Estados percam essa arrecadação [previdenciária], é mais um serviço público que fica ameaçado."

O secretário de Fazenda de São Paulo, Luis Felipe Vidal Arellano, afirma que a procuradoria do município deve entrar como amicus curiae (parte interessada) no processo, para levar ao conhecimento dos ministros os impactos atuariais do julgamento. O objetivo é tentar reverter o quadro antes do resultado final. Horta também diz que governadores farão o mesmo.

Os outros itens em julgamento no STF têm impactos mais limitados, caso da aposentadoria de servidores que advogavam, em geral procuradores e juízes, e da alíquota extraordinária, que, por sua vez, não está sendo implantada, salvo exceções.

NILANI GOETTEMS/VALOR

> "São Paulo teria que tirar de outras políticas públicas para equacionar o déficit"
> *Luis F. V. Arellano*

Segundo Francisco Funcia, secretário de Finanças de Diadema (SP), muitos municípios ainda estão tentando quantificar o potencial resultado do julgamento. "Todas essas questões envolvem, necessariamente, a busca por reforçar a receita previdenciária, especialmente dos regimes próprios", diz ele.

A catástrofe no RS e o papel do seguro

Opinião Jurídica

Henrique Beloch e Raul Rinaldo Baptista

A recente tragédia no Rio Grande do Sul, onde chuvas e inundações causaram um quadro devastador, ressalta a gravidade e a recorrência de desastres naturais. Além das mortes e dos impactos pessoais sobre a vida e a saúde das famílias atingidas, as inundações causaram danos materiais gigantescos, afetando residências, comércios, cadeias de produção, entre outros bens e atividades públicos e privados, com repercussões sobre a sociedade como um todo. A destruição de propriedades, interrupção de serviços essenciais e deslocamento de populações são apenas a ponta mais visível dos desafios enfrentados durante e após um fenômeno dessa magnitude.

Eventos como esse reforçam a importância dos seguros na mitigação dos riscos, uma vez que podem proporcionar proteção e suporte financeiro vital para pessoas e empresas enfrentarem os inúmeros prejuízos causados por tragédias. É provavelmente o maior impacto de um único evento da história do setor de seguros no Brasil. Segundo dados divulgados pela CNSeg, até 18 de junho, os avisos de sinistro relacionados às enchentes totalizavam R$ 3,8 bilhões, incluindo seguros de residência, automóvel, agrícola e grandes riscos, entre outras modalidades, um aumento de 132% em relação ao levantamento do mês anterior. A extensão total dos danos segurados ainda é incerta, inclusive porque muitas apólices não foram sequer acionadas enquanto as pessoas e empresas ainda se dedicam a contabilizar os prejuízos e retomar certa normalidade.

Naturalmente, a situação de cada segurado deverá ser analisada em suas particularidades diante do seguro adquirido e das circunstâncias concretas do caso, a fim de se verificar a cobertura disponível e quantificar os danos. Não é incomum, por exemplo, que determinadas apólices de seguro excluam expressamente certos tipos de desastres naturais, como, por exemplo, inundações. E como em qualquer seguro, há outras exclusões, limitações e cláusulas gerais ou particulares que podem não ser muito bem conhecidas do segurado. Por isso, é crucial que, quando da contratação ou utilização do seguro, o segurado, orientado pelo seu corretor, entenda quais riscos estarão de fato cobertos.

É verdade que em casos extremos, de grande repercussão social, mesmo quando as apólices de seguro não cobriam claramente determinadas situações ou prejuízos, as seguradoras em geral se mostraram flexíveis. Um exemplo recente foi a pandemia da covid-19: muito embora várias apólices excluíssem pandemias, as seguradoras desempenharam um papel importante ao garantir tratamentos, inclusive o custo dos testes de infecção.

Por outro lado, a magnitude e a duração da catástrofe podem levantar uma série de outras questões que serão avaliadas na fase de regulação e eventualmente chegarão aos tribunais. Entre elas, se as inundações foram um único evento contínuo ou uma série de eventos sucessivos. No caso do Rio Grande do Sul, em que as enchentes duraram vários dias, essa distinção pode ser determinante já que traz implicações na cobertura e no pagamento de indenizações: por exemplo, se houver limites de cobertura por evento ou se o seguro tiver expirado antes de materializados todos os prejuízos.

Ao mesmo tempo em que se busca remediar a situação no RS e traçar planos para prevenir novas tragédias naturais, infelizmente elas parecem se suceder com frequência e severidade cada vez maiores. Nesse contexto, ganha ainda mais relevância a Letra de Risco de Seguros (LRS), título recém instituído pela Lei nº 14.430/22 e regulamentado pela Resolução CNSP nº 453/22. Ainda inédita no mercado brasileiro, a LRS é inspirada nos insurance-linked securities (ILS) existentes nos EUA e na Europa, onde movimentam cifras bilionárias. Trata-se de uma forma de securitização, em que seguradoras e resseguradoras transferem parte de seus riscos para uma seguradora de propósito específico, que, por sua vez, emite os títulos de dívida no mercado de capitais, financiando e pulverizando os riscos assumidos.

A LRS pode ser especialmente útil diante de eventos climáticos extremos como os ocorridos no Rio Grande do Sul, a exemplo dos cat bonds emitidos no exterior, espécie de ILS atrelado a furacões ou outras catástrofes naturais. Espera-se que o novo título viabilize proteção para riscos que, de outra forma, pela sua abrangência e severidade, as (res)seguradoras não teriam capacidade ou apetite de reter integralmente, embora seja verdade que a sucessão e dimensão dos desastres tende a impactar a rentabilidade e atratividade da LRS no mercado.

Em um cenário de mudanças climáticas e aumento da frequência de desastres naturais, a conscientização e preparação para esses eventos através de seguros apropriados são mais importantes do que nunca. Proteger vidas, propriedades e atividades econômicas contra inundações e outras catástrofes requer uma abordagem integrada que combina prevenção, preparação e respostas eficazes. Sem esquecer o desafio de que ainda podem ser muito mais popularizados no Brasil, os seguros não apenas ajudam a mitigar os impactos imediatos, mas também fortalecem a resiliência das comunidades e das economias diante das adversidades climáticas.

Henrique Beloch e Raul Rinaldo Baptista são, respectivamente, sócio e advogado da área de Direito Societário e M&A do BMA Advogados

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 477ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0939885) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 14 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 477ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 477ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022., ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **14 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 477ª Série da 1ª Emissão – (IF 22B0939885), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ZAMP S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96 - NIRE 35.300.393.180

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da ZAMP S.A. ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 26 de julho de 2024, às 14:00 horas ("**AGE**"), de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e §3º e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"), para deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **1.** Aumento do capital social da Companhia no valor de, no mínimo, R$ 268.920.003,60 ("**Valor Mínimo do Aumento**"), mediante a emissão, para subscrição privada, de 78.631.580 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Quantidade Mínima de Ações**") e, no máximo, R$ 450.000.002,16 ("**Valor Máximo do Aumento**"), mediante a emissão, para subscrição privada, de até 131.578.948 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Quantidade Máxima de Ações**"), que conferirão os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R$ 3,42 ("**Preço de Emissão**"), conforme disposto na Proposta da Administração para a AGE ("**Aumento de Capital**"). **Instruções Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas**. Todos os documentos e informações relacionados à matéria referida acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos acionistas na AGE**. Conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução CVM 81, a AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81. **Não haverá possibilidade de comparecimento presencial ou de utilização de Boletim de Voto a Distância (BVD) para a AGE**. **3. Apresentação dos Documentos para Participação na AGE**. Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. O acionista que desejar participar da AGE, deverá acessar *website* específico para a AGE no endereço https://assembleia.ten.com.br/794007289, e preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na AGE, conforme indicados no Manual para Participação na AGE, com antecedência mínima de 2 dias da realização da AGE (ou seja, **até o dia 24 de julho de 2024**). **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81**. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o endereço indicado acima. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação a distância na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam do Manual para Participação na AGE, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Barueri, 5 de julho de 2024.

Leonardo Armando Yamamoto - Presidente do Conselho de Administração

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35300158334 - COMPANHIA ABERTA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo-SP, 11 de junho de 2024. À **CCR S.A.** ("Companhia"). Aos Cuidados da Senhor Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-065. Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezado Sr. João Henrique, Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **Adalberto de Moraes Schettert,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cedula de Identidade RG nº 15.187.462-1, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 113.556.700-04, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, Torre Norte, 30º andar, Vila Nova Conceicão, CEP 04543-907, apresento minha RENÚNCIA, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de abril de 2024, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido transmitidas no respectivo período. Atenciosamente, **Adalberto de Moraes Schettert.** Ciente em: 11/06/2024. **João Henrique Batista de Souza Schmidt -** Presidente do Conselho de Administração. JUCESP 257.109/24-9 em 28.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 452ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L1281680) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 452ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 452ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 452ª Série da 1ª Emissão - IF 21L1281680), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

OITAVA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 28ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 28ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Oitava Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("8ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **26 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 8ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 8ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 8ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da remuneração dos meses de, abril, maio, junho e julho de 2024; **(ii)** a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da amortização referente ao mês de junho de 2024; **(iii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em decorrência da não recomposição do Fundo de Liquidez; **(iv)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, referente a não recomposição do fluxo de Direitos Creditórios; e **(v)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 8ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 8ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 8ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 8ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 05 de julho de 2024. Diretora de Securitização

CCR S.A.

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97

NIRE nº 35300158334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024 ÀS 16:00 HORAS

CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, JUCESP - Certifico o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 256.669/24-7 em 04.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 478ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0945873) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 478ª Série da 1ª Emissão - IF 22B0945873), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

DÉCIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 25ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Décima Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("10ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **25 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 10ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 10ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 10ª AGT tem como objetivo deliberar sobre **(i)** a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da remuneração dos meses de, outubro, novembro e dezembro de 2023, e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2024; **(ii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em decorrência da não recomposição do Fundo de Liquidez; **(iii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, referente a não recomposição do fluxo de Direitos Creditórios; e **(iv)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 10ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 10ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 10ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 10ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 05 de julho de 2024. Diretora de Securitização